

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Rejane Beatriz Fiepke

**A REESCRITURAÇÃO E OS SENTIDOS DE LÍNGUA NA
PERSPECTIVA DO SENSO COMUM: IDEOLOGIA E IMAGINÁRIO.**

Santa Maria, RS
2019

Rejane Beatriz Fiepke

**A REESCRITURAÇÃO E OS SENTIDOS DE LÍNGUA NA PERSPECTIVA DO
SENSO COMUM: IDEOLOGIA E IMAGINÁRIO.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliana Rosa Sturza

Santa Maria, RS
2019

FIEPKE, Rejane Beatriz

A reescrituração e os sentidos de língua na perspectiva do senso comum: ideologia e imaginário. / Rejane Beatriz FIEPKE.- 2019.

110 p.; 30 cm

Orientadora: Eliana Rosa STURZA

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2019

1. Enunciação 2. Reescrituração 3. Imaginário de língua
I. STURZA, Eliana Rosa II. Título.

Rejane Beatriz Fiepke

**A REESCRITURAÇÃO E OS SENTIDOS DE LÍNGUA NA PERSPECTIVA DO
SENSO COMUM: IDEOLOGIA E IMAGINÁRIO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Aprovado em 19 de fevereiro de 2019:



Eliana Rosa Sturza, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Evelyne Patricia Figueiredo de Sousa Costa, Dra. (UFSM)



Sara dos Santos Mota, Dra. (UNIPAMPA) – Videoconferência

Santa Maria, RS
2019

AGRADECIMENTOS

- A Deus, pela dádiva da vida, pelas inúmeras bênçãos recebidas a cada novo desafio, pela força e proteção sempre tão necessárias. Gratidão por ser o porto seguro, o socorro que jamais falta em tempos de aflições e inquietudes.
- A CAPES, pela bolsa de mestrado, que possibilitou a concretização de mais esta etapa da minha formação.
- A minha orientadora, Professora Doutora Eliana Sturza, por me ensinar, com o seu exemplo, que a carreira acadêmica pode proporcionar imensa felicidade e realização. Por compartilhar os seus conhecimentos, ensinando sempre com alegria, e abraçar este projeto na construção conjunta de ideias e novos saberes. Gratidão por ser mais que orientadora, uma mãe/amiga da academia que tornou esta fase mais leve e extremamente instigante no âmbito do saber. Em você se constituem os sentidos do que considero uma carreira acadêmica plena, pois és o exemplo de quem sabe ensinar além de conhecimentos teóricos, compartilhando com os alunos conhecimentos da e para a vida.
- À banca, pelas valiosas contribuições para o aperfeiçoamento da pesquisa.
- Ao meu esposo, Maichel, por ressignificar a minha história, me mostrando o sentido pleno do amor e da cumplicidade. Gratidão pela compreensão inesgotável, das horas que não pude lhe dar a atenção merecida, e dos tantos dias da distância de mais de 300 km se interpondo entre nós.
- A minha família, pelo apoio incondicional; por comemorarem comigo a aprovação no mestrado antes mesmo de compreender o que isso realmente significava – amo imensa e infinitamente vocês. Minha mãe, Nilse, por sonhar comigo os sonhos que a vida não lhe permitiu realizar – continuar os estudos e um dia ser professora. Meu pai Rubin, que também tão cedo deixou a escola, na 4ª série, mas que jamais cessou seus incentivos à minha formação. Minha irmã Eliane, cinco anos mais nova que eu, grande amiga, amizade com laço de barriga, e a frase que sempre me motiva “Vai lá Re! Tu consegue!”; e tanto me alegra ver que trilhas hoje pelos caminhos dos sistemas de informação, em meio à complexas redes de dados e códigos que jamais compreenderei, mas sei que te realizam.
- A minha tia Agnes e meu tio Dinis, devo minha gratidão pelo incentivo constante, desde o ensino médio, para cursar graduação e pós-graduação em uma universidade federal. Vocês me instigaram a conhecer o valor do ensino público,

gratuito e de qualidade. Gratidão, Dinis, por tudo, pois além de tio fostes amigo, colega de apartamento e minha única família na cidade nova e estranha com que me defrontava; grata por todas as caronas de Tuparendi a Santa Maria; os conselhos e apoio nos momentos desafiadores do mestrado.

As minhas amigas:

- A Ana Elisa e Rocheli, companheiras na trajetória do mestrado, pela amiza sincera, que é um dos pilares que nos fortalece e deixa os dias mais belos. Gratidão pela oportunidade de poder compartilhar mais que apenas trabalhos em grupo, momentos e discussões de estudos; mas também a vida, em tantas viagens a eventos, passeios no shopping, um café ou um pastel na cantina...

- A Ingrid, pela oportunidade de convivermos um semestre, durante seu intercâmbio para o Sul, e podermos compartilhar tantos momentos e também conhecimentos.

- A Andrea Weber, professora doutora que a vida transformou em amiga, gratidão pelos tantos saberes e histórias compartilhadas. Grata por me receber tão bem em teu grupo de pesquisa após o falecimento do professor Elias; pelas inúmeras orientações, por literalmente me pegar pela mão e ajudar a dar os primeiros passos firmes (com as pernas ainda trêmulas pela insegurança de todo pesquisador iniciante), pois quando te conheci ainda engatinhava na pesquisa.

- A Jéssica e Tamires, pela amizade que se consolidou na graduação de Jornalismo, e tenho certeza que perdurará para sempre. Gratidão pelo diálogo constante e apoio.

- A Andréia, cunhada e amiga, e seu esposo Moacir, por me receberem tão bem em sua casa todas as vezes que voltava de viagem de Santa Maria à Santa Rosa e precisava aguardar o Maichel me buscar; pelo diálogo constante e apoio.

- Ao Professor Dr. Elias José Mengarda (In Memoriam), pessoa fundamental para o início disso tudo. Recordo-me do dia em que me convidou para participar de seu grupo de pesquisa "A representação da perseguição linguística de imigrantes alemães e italianos na região noroeste do RS e oeste de SC". Tantos conhecimentos e conselhos compartilhados, falando da importância da pesquisa para quem desejava seguir carreira acadêmica (desde o início da graduação almejava o mestrado, mas não sabia por onde começar, como se fazia para chegar lá, pois me faltavam essas informações), e exalando sempre a sua paixão pela linguística. No início de 2015 a notícia da sua partida abalou a toda comunidade acadêmica da UFSM de Frederico Westphalen, pois era um dos professores

idealizadores e pioneiros desta instituição – tanto que a biblioteca recebeu o seu nome posteriormente. - Sou imensamente grata ao professor Elias por ter me mostrado o caminho, queria poder lhe dizer que consegui, que o mestrado hoje é realidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001.

Com dois grandes livros, aparentemente muito antigos em mãos, a avó se aproxima do neto.

- Olhe estas relíquias! Estes livros são um dicionário e uma gramática. Eram do meu avô, um homem muito culto. Aqui está a língua, a nossa verdadeira língua. Vou colocá-los na estante, para que assim a língua não se deteriore com o tempo.

Após um breve momento de introspecção, o neto sussurra no ouvido da avó.

- Schhhhhh!!! Não podemos mais falar, vovó!

Em meio à expressão de espanto e incompreensão da senhora, o menino continua:

- Se a gente falar, vamos estragar a língua que mora nesses livros.

(Rejane Beatriz Fiepke)

RESUMO

A REESCRITURAÇÃO E OS SENTIDOS DE LÍNGUA NA PERSPECTIVA DO SENSO COMUM: IDEOLOGIA E IMAGINÁRIO.

AUTORA: Rejane Beatriz Fiepke
ORIENTADORA: Eliana Rosa Sturza

Esta dissertação de Mestrado se propõe a analisar os dizeres enunciados no senso comum sobre a língua portuguesa, no intuito de compreender qual a ideologia e o imaginário linguístico que atravessam esses enunciados. Muitos estudos já foram empreendidos em relação aos discursos sobre a língua, podendo destacar os de Mariani (2004), que analisou os discursos de literatos e políticos, gramáticos e eruditos, ou seja, pessoas de influência na sociedade da época do Brasil colônia. Assim, poucas são as pesquisas que se dedicam a estudar o que se diz no senso comum sobre a língua portuguesa falada no Brasil, e em decorrência disso nos propomos a realizar esta análise para conhecer o imaginário de língua que circula no senso comum, a partir de comentários de internautas na fanpage oficial do Palácio do Planalto no Facebook, no primeiro pronunciamento oficial do presidente Michel Temer no exterior. A perspectiva teórica adotada é a da Teoria da Enunciação (Benveniste, 1989), mais especificamente voltada aos pressupostos da Semântica do Acontecimento (Guimarães, 2002), e fazendo uso do movimento analítico que o procedimento de reescrituração produz sobre a constituição dos sentidos como ferramenta semântica para análise de nosso corpus. A análise se dá a partir de um recorte de 10 enunciados sobre a língua portuguesa falada pelo “novo presidente”, divididos em dois eixos de funcionamento semântico, conforme as formas nominais mais recorrentes, sendo eles “Português Correto” e “Presidente Alfabetizado”. O processo analítico revelou um imaginário de língua perpetuado no senso comum fundamentado na ideia de uma língua homogênea, pura e idealizada; bem como, confunde-se língua falada e língua escrita, tendo como critério para um português falado de modo “correto” a aproximação e fidelidade à gramática. A partir dos dizeres do senso comum sobre a língua evidenciam-se sentidos relativos à segregação social gerada entre aqueles “que sabem falar” e os que “assassinam a língua”, consolidando, deste modo, o poder ideológico que atravessa os usos linguísticos e os imaginários estabelecidos sobre o que é língua correta ou bem falar uma língua e que se fortalecem ininterruptamente.

Palavras-chave: Enunciação. Reescrituração. Imaginário de língua.

RESUMEN

LA REESCRITURACIÓN Y LOS SENTIDOS DE LENGUA EN LA PERSPECTIVA DEL SENSO COMÚN: IDEOLOGÍA E IMAGINARIO.

AUTORA: Rejane Beatriz Fiepke
ORIENTADORA: Eliana Rosa Sturza

Esta disertación de Maestría se propone analizar las palabras que figuran en el sentido común de la lengua portuguesa con el fin de entender el cruce de la ideología y del imaginario lingüístico en estas declaraciones. Muchos estudios en relación a los discursos sobre la lengua ya fueron emprendidos, destacamos el estudio de Mariani (2004), que analizó los discursos de los literatos, políticos, gramáticos y eruditos, o sea, personas con influencia en la sociedad de la época del Brasil colonia. Así, hay pocas investigaciones dedicadas al estudio de lo que se dice en el sentido común de la lengua portuguesa hablada en Brasil, y, como resultado de eso, propusimos llevar a cabo este análisis para conocer el lenguaje de las imágenes que circulan en el sentido común, a partir de comentarios de internautas en la *fanpage* oficial del "Palacio do Planalto" en el Facebook, en el primer pronunciamiento oficial del presidente Michel Temer en el exterior. La perspectiva teórica adoptada es la Teoría de la Enunciación (Benveniste, 1989), más específicamente dirigida a los presupuestos de la Semántica del Acontecimiento (Guimarães, 2002), y haciendo uso del movimiento analítico que el procedimiento de reescritura produce sobre la constitución de los sentidos como herramienta semántica para el análisis de nuestro corpus. El análisis parte de un recorte de 10 declaraciones sobre el idioma portugués que se habla por el "nuevo presidente", dividido en dos ejes de operación semántica, como las formas nominales más frecuentes, a saber, "portugués correcto" y "El presidente alfabetizado". El proceso analítico reveló un imaginario de lengua perpetuado en el sentido común fundamentado en la idea de una lengua homogénea, pura e idealizada; así como el lenguaje hablado y lenguaje escrito confundido, con los criterios para un enfoque portugués que se habla de manera "correcta" y la lealtad a la gramática. A partir de las palabras del sentido común sobre la lengua se evidencian sentidos relativos a la segregación social generada entre aquellos "que saben hablar" y los que "asesinan la lengua", consolidando de este modo el poder ideológico que atraviesa los usos lingüísticos y los imaginarios establecidos sobre lo que es lengua correcta o bien hablar una lengua y que se fortalecen ininterrumpidamente.

Palabras clave: Enunciación. Reescritura. Imaginario de lengua.

ABSTRACT

THE REWRITTEN AND THE LANGUAGE SENSES IN THE PERSPECTIVES OF THE COMUM SENSE: IDEOLOGY AND IMAGINARY.

AUTHOR: Rejane Beatriz Fiepke
ADVISOR: Eliana Rosa Sturza

This Master's dissertation is proposed to analyze the statements enounced in the comum sense about the portuguese language, in order to understand which ideology and linguistic imaginary go through these statements. A lot of studies had already been undertaken in relation to the discourses upon the language, highlighting the Mariani's (2004), who analyzed the discourses of writers and politicians, grammarians and scholars, in other words, people of influence in the society of the colonial Brazil. Thus, few are the researches dedicated to study what is said in the comum sense about the language, and as a result of that we propose to carry out this analysis to know about the imaginary of language that circulates in the comum sense, from comments of internauts in the official fanpage of the Palácio do Planalto in Facebook, in the first official pronouncement of the president Michel Temer abroad. The theoretical perspective adopted is the Theory of Enunciation (Benveniste, 1989), more specifically focused to the presuppositions of the Semantics of the Event (Guimarães, 2002), and making use of the analytical movement that the rewriting procedure produces on the constitution of the senses as a semantic tool for analysis of our corpus. The analysis is based on a clipping of 10 statements about the Portuguese language spoken by the "new president", divided into two axis of meanings, according to the most recurrent phrases, "Correct Portuguese" and "Literate President". The analytic process revealed an language imaginary perpetuated in common sense based on the idea of a homogeneous, pure and idealized language; as well that the spoken language is confused with the written language, having as a criterion for a Portuguese spoken in a "correct" way the approximation and fidelity to grammar. From the statements of the common sense about the language, there are evidences of the social segregation generated between those who know how to speak and those who "assassinate the language", thus consolidating the ideological power that crosses linguistics uses and the imaginaries established about what is correct language or speaking well a language and that are strengthened uninterrupted.

Keywords: Enunciation; Rewritten; Language imaginary.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. AS LÍNGUAS E SUAS REPRESENTAÇÕES	17
1.1 AS LÍNGUAS EM CIRCULAÇÃO: MATERNA, NACIONAL E OFICIAL	19
1.1.1 Língua materna: “Que maravilha! A nossa língua mãe, falada adequadamente”	21
1.1.2 Língua nacional: “Nossa língua Pátria agradece Presidente Temer”	23
1.1.3 Língua oficial: “O português volta a ser a língua oficial do Brasil”	27
1.2 ELE FALA O NOSSO IDIOMA DA FORMA COMO DEVE SER FALADO: IMAGINÁRIO DE LÍNGUA	28
1.2.1 Imaginário: mais real do que o real	32
1.2.2 Monolinguismo, nacionalismo e purismo	33
2 O FUNCIONAMENTO DO POLÍTICO NA ENUNCIÇÃO	36
2.1 IDEOLOGIA LINGUÍSTICA E SENTIDO	37
2.2 MOVIMENTOS POLÍTICOS DA NORMA	41
2.3 CENÁRIO POLÍTICO	47
3 DIZERES SOBRE A LÍNGUA	50
3.1 COMENTÁRIO DE FACEBOOK: UMA NOVA MATERIALIDADE ENUNCIATIVA	50
3.1.1 Um outro espaço enunciativo: tessituras do sujeito virtual	52
3.2 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO	55
3.2.1 Enunciação em Benveniste	57
3.2.2 Enunciação em Ducrot	60
3.2.3 Semântica do Acontecimento	62
3.2.4 O funcionamento da reescrituração	66
3.3 DESCRIÇÃO DO CORPUS	68
4 PERCURSO ANALÍTICO	72
4.1 MODOS DE REESCRITURAÇÃO E SENTIDO	73
4.2 SENTIDOS DE LÍNGUA NO IMAGINÁRIO DO SENSO COMUM	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	106

INTRODUÇÃO

Certamente nenhuma pesquisa inicia apenas com a escrita do projeto, mas com inquietações que nos constituem enquanto sujeitos e se consolidam aos poucos, durante o percurso de pesquisador, no contato com os objetos empíricos, na materialização das reflexões com embasamento teórico pertinente. De semelhante modo foi a trajetória desta pesquisa de mestrado, que tem as suas raízes primárias em questões da vivência pessoal, aliadas, posteriormente, aos conhecimentos científicos adquiridos durante a graduação.

A memória suscitada e que move as inquietações que, de alguma forma, tocam este estudo é de muitos anos atrás, está constituída de lembranças da língua e das perplexidades que viriam a rondar essa relação – língua/falante. A cena é de uma sala de aula com aproximadamente 30 alunos, em uma escola pública de um pequeno município colonizado por imigrantes europeus.

- “Érre! Diga érre” – repetiu a professora pela terceira vez.

- “Ére” – respondeu a menina tímida, novamente, dentre as inúmeras tentativas anteriores.

- “Você está falando errado! O correto é ‘érre’ ou ‘éhe’”.

A criança de seis anos cresceu falando alemão e português concomitantemente, e agora no início do processo de alfabetização escolar não compreendia porque, na opinião da professora, estava falando errado. Aprendeu a falar assim. Seus pais falavam assim. Seus amiguinhos falavam assim. Seus avós, seus tios e com a maioria das pessoas com quem convivia socialmente. E nunca ouviu alguém dizer que essas pessoas, que falavam como ela, falavam errado. Na sua inocência, não conseguia enxergar o “erro” que a professora apontava.

Lembrou-se do dia em que sua mãe lhe ensinara a escrever seu nome, ainda antes de ingressar na pré-escola, pois não suportava mais esperar para aprender as letras, formar as palavras, e depois ler o mundo.

- “A primeira letra do teu nome é o ‘ére’. Você desenha ele assim (R)”. – Falou, muito paciente e amorosa, a mãe. A alegria era imensa, pois apesar de sua pouca escolaridade, 4ª série apenas, estava fazendo algo grandioso, ensinando a escrita das primeiras letras e palavras à filha de cinco anos, que ansiosa desejava aprender.

A menina cresceu. Formou-se no ensino fundamental e médio de uma escola pública. Formou-se na graduação de uma universidade federal – memória mais recente de presenciar lágrimas escorrendo dos olhos de seu pai, ao ver a menina crescida, alçando seus voos, por caminhos que a vida não lhe oportunizou trilhar, porque os tempos eram outros, a criança tinha que crescer logo para ajudar a trabalhar na roça.

Já nos caminhos da graduação, a menina recordou o episódio da pré-escola. Na visão de uma ideologia linguística dominante na sociedade e no senso comum, que presenciava no cotidiano, ela e todos aqueles com quem convivia na sua infância, falavam “errado”, pois não estavam de acordo com a “norma padrão da fala”, seu sotaque era carregado, engraçado, inadequado. No entanto, as pesquisas em linguística, orientadas inicialmente pelo ilustre professor Elias – que durante esse percurso deixou o plano terreno tragicamente – trouxeram à luz todas as dúvidas e inquietações. Não há “erro” na língua. Ninguém fala errado, ou ‘erado’, como preferirem. Os sujeitos falam de um lugar, do seu lugar sócio-histórico, marcado por diferenças em diversos âmbitos, e que refletem, indubitavelmente, na língua, reafirmando seu caráter heterogêneo.

As memórias relatadas trazem um imaginário de língua, a idealização de apenas uma forma aceitável como correta, constituindo um ideal monolíngue sustentado por uma ideologia que prega uma língua homogênea.

E esta vaga reminiscência da infância fez com que, na madrugada de 02 de setembro de 2016, o ouvido se atentasse a um discurso transmitido ao vivo pela Fanpage Oficial do Palácio do Planalto em que ressoa uma voz que provoca uma enxurrada de comentários de internautas instantaneamente. É o presidente Michel Temer em seu primeiro pronunciamento no exterior, em Xangai, na China, após o processo que resultou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

“Viva o português correto do novo presidente!”, “Nossa língua materna falada corretamente outra vez”, “Que discurso perfeito e com classe”, “Temos um presidente alfabetizado” [...], proclamam à exaustão os sujeitos internautas, mediante a fala, de aproximadamente oito minutos, de Temer. Por fim, dentre os milhares de comentários no vídeo da transmissão, o que se evidencia é a referência ao português falado pelo presidente, que segundo esses internautas reflete a verdadeira língua do povo brasileiro. Mas, de que língua falam estes sujeitos?

Assim, nosso corpus está constituído por um conjunto de comentários produzidos pelos internautas sobre o pronunciamento do presidente Michel Temer em um vídeo veiculado durante sua primeira visita ao exterior. O destaque nos comentários são as várias e inúmeras referências à língua portuguesa usada pelo presidente. Ao todo foram aproximadamente 20 mil comentários, dentre estes, em torno de um terço se enquadram neste quesito, referente à língua. No processo de constituição e recorte do corpus percebemos que a língua portuguesa falada pelo presidente é incessantemente significada de modo a determinar a qualidade do uso de uma variante “cultura” do presidente Temer, materializada pelo uso recorrente de adjetivos elogiosos e avaliativos. Desse modo, optamos por selecionar um conjunto de comentários a partir das formas nominais mais recorrentes significando modos de valoração do uso de variedade padrão da língua portuguesa pelo presidente. Os comentários recortados estão organizados em dois eixos de funcionamento semântico – constituídos pelas reescrituras dessas formas nominais – para desenvolver a análise dos dizeres do senso comum para interpretação dos sentidos de língua oriundos de opiniões formuladas na perspectiva de um discurso de senso comum.

Benveniste (2006) afirma que a Linguística é uma ciência que visa “transformar as palavras que voam em uma matéria concreta, que se estuda, que se disseca, onde se delimitam unidades, onde se isolam níveis (Benveniste, 2006, p. 29)”. Isso se denomina teoria. Em outras palavras, o mecanismo que permite a concretude e análise de certa matéria. E nesta pesquisa, pretende-se desenvolver uma reflexão a partir do dispositivo teórico e analítico da Semântica do Acontecimento, apresentada por Guimarães (2005), no campo da Teoria da Enunciação.

A questão cerne consiste em investigar qual é o imaginário constituído no senso comum sobre a língua, e o que o senso comum legitima como língua de poder. Para tal, mobilizamos conceitos que julgamos imprescindíveis para o desenvolvimento do estudo. Aprofundando-nos especialmente na questão do imaginário e da ideologia que rege o pensamento social sobre língua e perpassa as mais diversas esferas.

Mariani (2004, p.18) em sua obra *Colonização Linguística*, empreende um estudo do discurso sobre a língua, no século XIX, a partir da análise de discursos de literatos e políticos, gramáticos e eruditos, ou seja, pessoas de influência na

sociedade da época. A autora constatou que “A construção do imaginário da língua brasileira estava fortemente ligada à construção da identidade nacional: o discurso polêmico sobre a língua era também uma discussão política e ideológica.”. De encontro a isso, o nosso estudo se concentra no discurso do senso comum sobre a língua, representado pelos comentários dos internautas do Facebook, hoje a rede social mais popular do mundo, representando assim, uma grande heterogeneidade de pensamentos e ao mesmo tempo uma amostra do que pensam distintos sujeitos em diferentes condições sócio-históricas que constroem este senso comum, que é de todos, mas ao mesmo tempo parece não ser identificável.

Em um primeiro momento, no primeiro capítulo, discutimos sobre o imaginário, apresentando perspectivas de autores que se propõe a refletir sobre o assunto, inclusive de áreas do conhecimento distintas. Analisamos como o imaginário linguístico incide sobre a realidade da língua, como atravessa seu funcionamento, as relações e as condições sócio-históricas e políticas dos sujeitos.

As políticas e normas linguísticas instituídas pelo Estado ajudam a constituir uma ideia do que é língua. Essa ideia perpassa o pensamento social e incide sobre a realidade cotidiana da língua, e assim se consolida o imaginário. Como exemplo, podemos citar a escola, aparelho ideológico do Estado, em que se originam as nossas concepções sobre língua e correção, pois sem ela os sujeitos fariam o livre uso da língua sem pensar que podem estar falando “certo” ou “errado”.

No segundo capítulo, discorreremos acerca da norma, pois sabe-se que há ainda muita divergência sobre este tema, e confunde-se constantemente os registros de língua, que consistem em uma gama de variedades que vão da mais popular à padrão, e por isso mais aproximada também da escrita, já que o registro na fala é menos controlado. A partir de pesquisadores como Faraco (2011), abordamos os conceitos em sua amplitude, no intuito de pensar como a norma reflete sobre a língua e o seu funcionamento. Refletimos também acerca da ideologia e do cenário político na perspectiva da historicidade.

Posteriormente, no terceiro capítulo apresentamos os dizeres sobre a língua a partir do discurso do senso comum. Discutimos o espaço virtual como um novo espaço de enunciação, e as tessituras do sujeito que enuncia nesse ambiente. Apresentamos a discussão teórico-metodológica que adotamos para o desenvolvimento desta pesquisa, e realizamos uma descrição detalhada do corpus.

Já no quarto capítulo, realizamos nosso gesto de análise, por meio da categoria de reescrituração, pensada por Guimarães, na perspectiva da Semântica do Acontecimento. Por meio dos movimentos analíticos, percebemos que os sentidos se estruturam em dois grandes eixos de funcionamento semântico, que denominamos “Presidente Alfabetizado” e “Português Correto”. E por fim, apresentamos as considerações finais, com as reflexões que o estudo nos permitiu realizar.

Esta pesquisa se constitui como uma contribuição para os estudos dos discursos sobre a língua, mas do lado aposto do que vem sendo analisado tradicionalmente. Uma vez que muito se detém nos discursos de gramáticos, escritores, instituições, políticos e da mídia, mas pouco se atenta para os dizeres sobre a língua que circulam no senso comum. Neste sentido, Faraco (2012) afirma que

No caso da língua, é bastante claro que o que se diz sobre ela no senso comum é, de fato, muito pouco. Mas – temos de reconhecer – é também muito pouco o que temos realizado em termos de estudo e da compreensão dessas articulações discursivas do senso comum. [...] Há, portanto, muito ainda a se fazer no destrinchamento dos dizeres sociais sobre a língua. (FARACO, 2012, p.35).

Assim, nos propomos a desenvolver uma pesquisa que acrescente conhecimento científico nesta nova/outra perspectiva dos dizeres sobre a língua. Além disso, há outro fator imbricado diretamente em nosso trabalho, pois conforme Dias (2018, p.171) “Falar em língua na atual conjuntura política brasileira é um privilégio e ao mesmo tempo, um desafio. Isso porque a língua sempre foi um lugar de poder. Um trunfo, uma arma para o controle, a regulação das populações.”. Conhecer o imaginário que atravessa o discurso do senso comum é uma forma de compreender como os sentidos em torno do poder e da ideologia se movimentam, constituindo os sujeitos.

1. AS LÍNGUAS E SUAS REPRESENTAÇÕES

Antes de aprofundarmos a reflexão acerca das línguas em circulação e suas representações, consideramos imprescindível um sucinto panorama do processo de constituição do português como língua nacional, em uma perspectiva histórica, tal como a apresentada por Guimarães (2005) em que o autor destaca as principais condições sócio-históricas nas quais a língua portuguesa se constituiu como língua nacional no Brasil e as implicações para sua consolidação como língua oficial e nacional.

Conforme Guimarães (2005), a partir de uma perspectiva histórica da constituição da língua nacional, a língua portuguesa no Brasil passou por quatro estágios ao longo do processo histórico, do ponto de vista do contato com as outras línguas existentes em solo nacional. A colonização portuguesa teve seu início de fato em 1532, e foi neste período que o português veio às terras brasileiras, conforme o povoamento foi se intensificando. Esta nova língua, até então desconhecida no território, passa a apossar-se do espaço, e entra em contato com as línguas dos sujeitos que aqui habitavam, os indígenas. Com o passar o tempo, o Português conquista o seu lugar de língua dominante, se consolida como língua do Estado e língua nacional do país.

A primeira fase, segundo o autor, se dá entre o período inicial da colonização e se estende até o momento em que os holandeses deixam o Brasil, em meados de 1654. Durante esse tempo, conviviam no mesmo território as línguas indígenas, as línguas gerais, o holandês e outras línguas europeias. As línguas gerais possuíam a função de estabelecer o contato entre os nativos e os colonizadores, e “[...] eram línguas tupi faladas pela maioria da população. Eram as línguas do contato entre índios de diferentes tribos, entre índios e portugueses e seus descendentes, assim como entre portugueses e seus descendentes” (Guimarães, 2005, n.p). O português, desde o início, foi adotado como língua oficial, utilizada nas relações formais com a administração da colônia e em documentos.

Após a saída dos holandeses do solo brasileiro, inicia-se o segundo período, e se estende até a vinda da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, no ano de 1808. O português adquire maior predomínio, uma vez que não compete mais com outra língua reconhecida por um Estado, que é o holandês. Coexistem nessa fase a língua portuguesa, as indígenas e as africanas, pois neste período aumenta

significativamente o número de escravos trazidos ao Brasil. Ainda nessa época, Guimarães (2005, p.82) destaca que “Os portugueses que vêm para o Brasil não vêm da mesma região de Portugal. Desse modo, passam a conviver no Brasil, num mesmo espaço e tempo, divisões do português que, em Portugal, conviviam como dialetos de regiões diferentes.”. Outro ponto a destacar, é a intervenção do império português com o impedimento do uso da língua geral no ensino das escolas e a criação do Diretório dos Índios, em 1757, com o objetivo principal de proibir a língua geral na colônia. Assim, (Guimarães 2005, p.83) “[...] o português que já era a língua oficial do Estado passa a ser a língua mais falada no Brasil”.

O terceiro período inicia em 1808 e tem seu término com a Independência, mais especificamente em 1826 quando a questão da língua portuguesa como língua nacional no Brasil é oficialmente formulada. Dois pontos que merecem destaque são o aumento repentino da população portuguesa em território brasileiro, e o *status* de capital do Império atribuído ao estado do Rio de Janeiro, o que reflete diretamente nas relações sociais, e conseqüentemente, na língua. Conforme Guimarães (2005, 85), “Dom João VI criou a imprensa no Brasil e fundou a Biblioteca Nacional, mudando o quadro da vida cultural brasileira.”, com isso, expande-se o espaço de circulação da língua portuguesa como língua nacional.

Por fim, o quarto período inicia-se em 1826, quatro anos após a Independência do Brasil, proclamada em 1822. Em 1826 um deputado apresentou a proposta de que os diplomas dos médicos no Brasil fossem escritos em “linguagem brasileira”, com isso, no ano seguinte, após inúmeras discussões oriundas dessa proposta, criou-se uma lei que estabelecia que os professores deveriam ensinar a ler e escrever com uso da gramática da língua nacional. Com a língua nacional estabelecida, surge uma nova situação, o contato do português com as línguas de imigração, a partir de 1818.

Deste modo o espaço de enunciação do Brasil passa a ter, em torno da língua oficial e nacional, duas relações significativamente distintas: de um lado as línguas indígenas (e num certo sentido as línguas africanas dos descendentes de escravos) e de outro as línguas de imigração. (GUIMARÃES 2005, 87).

Vale destacar que neste período nomeia-se a língua oficialmente de língua portuguesa, mas é identificada como língua nacional no/do Brasil. E isto se deve à relação da língua com a nação, conforme explica Guimarães e Orlandi (2001).

O que está em questão, não é somente a predominância de uma língua sobre as outras, nem mesmo a questão da língua do Estado, mas a língua enquanto signo de nacionalidade, ou seja, em sua relação com a nação. E é nesse sentido que será percebida a diferença da língua no Brasil em relação à língua em Portugal. (Guimarães; Orlandi, 2001, p. 24).

Assim, compreendemos os períodos da constituição da língua nacional em território brasileiro e a sua relação com as demais línguas em circulação no mesmo espaço. A língua portuguesa conquistou seu lugar de poder e se consolidou no imaginário dos falantes como uma língua única e igual em todo território nacional, a língua de todos apresenta-se pela homogeneidade linguística que começa, a partir daí, ser perpetuada nos discursos do senso comum, em uma indissociabilidade da língua com sua gramática e com sua ideia de correção.

1.1 AS LÍNGUAS EM CIRCULAÇÃO: MATERNA, NACIONAL E OFICIAL

Uma peculiaridade comum a todos os países é a ideia de que possuem uma língua comum que lhes caracteriza frente as suas relações sociais e interpessoais, tanto no contexto nacional como internacional, o que faz em princípio que os sujeitos se reconheçam como pertencentes a uma mesma nação, o que lhes confere assim um sentimento de nacionalidade. Esta língua, no imaginário do senso comum, seria a oficial, que pode coincidir com a língua materna e costuma ser também uma língua ou mais das línguas nacionais faladas no âmbito da nação. Frequentemente essas três identificações são confundidas, como se carregassem o mesmo sentido, ou seja, pudessem inclusive serem usadas como sinônimo. No caso do Brasil, o português comumente coincide na ideia da língua oficial com a nacional e com a materna.

No intuito de distinguir essas designações iremos discorrer acerca de cada uma neste capítulo, apresentando as suas definições na perspectiva teórica da semântica histórica de enunciação, a qual toma a língua no seu funcionamento. Neste caso, nos referimos especificamente ao Brasil e a sua situação linguística. Considera-se necessária essa reflexão a partir dos sentidos atribuídos pelos internautas nos comentários na Página no Facebook do Palácio do Planalto, nos quais se observam que não há diferenciação entre uma e outra designação de língua, segundo o status político que ela apresenta.

A língua é um aspecto fundamental do estabelecimento de unidade de um Estado, pois por meio dela se estabelece um vínculo com o povo, constrói-se como elemento de unidade territorial nacional, contribuindo assim para a construção da sua soberania. Por outro lado, também serve como ferramenta de controle das massas, dando-lhes voz e marginalizando-as ao mesmo tempo. Exemplo disso são o nazismo e fascismo, em que a unidade das nações foi garantida por meio da língua, na construção de um ideal monolíngue, com o apoio dos meios de comunicação em massa e da propaganda. Dentre os critérios apresentados por Hobsbawn (1990, p. 49) está a identificação nacional por meio da língua, e isto se dava “pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito”.

Reiteramos que no Brasil coexistem três designações para o modo como as línguas se representam para os sujeitos: oficial, nacional e materna. No entanto, há uma confusão imensa no modo como elas são compreendidas, em relação ao que representa cada uma, pois no imaginário do senso comum elas se equivalem, como se todas correspondessem a único modelo de língua, que é o do português padrão, como modelo da língua escolar da escrita e referendado por uma gramática. Historicamente, como já mencionamos, no Brasil a língua materna sempre esteve atrelada à língua nacional e língua oficial e esta relação tem a ver, por um lado, com negação de outras línguas nacionais, não reconhecidas oficialmente, como as línguas indígenas e de imigrantes, o que contribuiu para construção de uma cultura monolíngue, alimentada sobretudo por políticas nacionalistas. Deste modo, o nacionalismo linguístico contribui para fortalecer este tipo de coincidência, uma vez que ajuda a garantir maior vínculo de pertencimento da nação ao Estado nacional, pois é preciso uma língua hegemônica, reforçando assim a falsa ideia de que todos nascemos falando a mesma língua, uma língua igual e única em todo Brasil.

Conforme os estudos de Guimarães (2005), apesar de em nosso país ter apenas uma língua oficial, o português, ainda há em território nacional a presença de cerca de 30 línguas alóctones, ou de imigração, e aproximadamente 180 línguas autóctones ou indígenas, o que se constitui como um fator histórico-social, desconhecido por muitos. Já de acordo com dados do IBGE¹, em 2010, são faladas em território brasileiro 274 línguas indígenas, de 305 etnias diferentes.

¹ Link com dados da pesquisa realizada pelo IBGE: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>.

Em entrevista para uma matéria² sobre o Brasil e suas muitas línguas, publicada no site do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL), Rosângela Morello, coordenadora-geral do IPOL, afirma que

Temos apenas uma estimativa do número de línguas faladas no Brasil. Em relação às línguas indígenas, os dados do Censo são maiores daqueles que os pesquisadores costumam reproduzir, que é em torno de 180 línguas indígenas. Além dessas, pesquisas mostram que há 56 línguas faladas por descendentes de imigrantes que vivem no Brasil há pelo menos três gerações. (MORELLO, Rosângela. Entrevista disponível online).

E raramente nos referimos a alguma destas línguas ao se falar em língua nacional ou materna, considerando que são todas línguas nacionais, uma vez que coexistem em solo nacional. Bem como, algumas destas línguas são as línguas maternas, ou primeira língua, de muitos sujeitos brasileiros, que nasceram e vivem no Brasil.

Assim, partindo do pressuposto da existência deste imaginário constituído pelo discurso do senso comum, desejamos aprofundar a reflexão para compreender o funcionamento da língua oficial, nacional e materna.

1.1.1 Língua materna: “Que maravilha! A nossa língua mãe, falada adequadamente”.

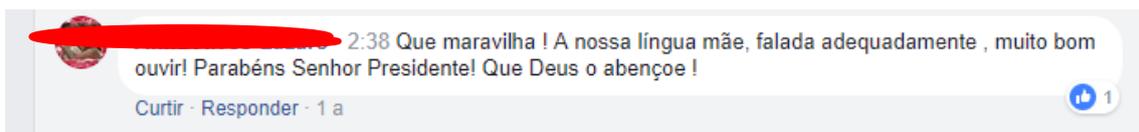
Há diferentes perspectivas possíveis de serem adotadas para refletir a questão da língua materna. Nesta pesquisa entendemos como língua materna a primeira língua falada pelos sujeitos, ou seja, a língua que se aprende no seio da família e que se usa para interagir com outros sujeitos com quem convivem e falam a mesma língua. A língua materna é a língua de acesso ao funcionamento da linguagem.

De certo modo, a língua materna nos constitui de forma simbólica desde a nossa infância. Concomitante a essa ideia, Rêvuz (1998) apresenta uma reflexão que pensa a relação da língua materna com a psique humana, afirmando que a primeira língua habita o processo de formação do sujeito, pois é por meio desta língua que o mundo lhe será apresentado, que aprenderá a se comunicar e pensar a realidade.

² Link da matéria: <http://e-ipol.org/tag/linguas-do-brasil/>.

Devido à tamanha importância e sentido da primeira língua para o sujeito, é que acontecimentos que afetam e interferem no uso da língua materna, acabam por tocar também na identidade dos sujeitos. Como já dito por Guimarães (2005), há diversas línguas de imigração e indígenas que ainda são faladas em território nacional, no entanto, todos os sujeitos que possuem o português como língua materna, tem a mesma língua, apenas com regras variáveis distintas. Além disso, há muitas variedades do português, o que significa dizer que nem todos tem a mesma variação do português como língua materna, porque os falares se distinguem, ainda mais em um território tão imenso quanto o do Brasil.

No entanto, no imaginário construído a partir de um discurso do senso comum, neste estudo, representado nos comentários dos internautas, prevalece a ideia de que o português é a única língua materna de todos brasileiros, como podemos observar no recorte a seguir



O enunciado produz diversos sentidos em relação à língua materna, dentre eles podemos destacar o imaginário de uma mesma língua mãe para todos, homogênea, que possui um padrão para ser “falada corretamente”, e como é bom quando esta norma é seguida, à exemplo do presidente Michel Temer. Assim, defrontamo-nos com uma confusão de significados das designações. Vê-se a coincidência entre língua materna e língua oficial, e de língua oficial baseada no modelo de língua padrão.

Gadet e Pêcheux (2004) destacam que no pensamento ocidentalizado, a língua nacional é o elemento fundamental pelo qual os estados nacionais trabalham em prol da unidade linguística e da jurídica. Com isso, instaura-se um modelo de homogeneização linguística, que sutilmente se apresenta em um discurso de igualdade e universalidade, uma vez que o Estado conhece o poder da língua. Dessa forma, segundo os autores, no Estado Nacional os sujeitos são levados a abrir mão de suas características particulares, costumes regionalizados e suas línguas maternas.

Assim, surge umas das relações que os sujeitos possuem, de modo adquirido em algum momento da vida, com a língua, que é a de compreendê-la como um

instrumento ou sistema, de comunicação sujeito à norma, à correção, e que só pode ser aprendido adequadamente na escola. A partir disso, se instaura o imaginário de que o sujeito apenas terá o verdadeiro domínio da língua no momento em que souber usá-la no arcabouço da normatização, o que o tornará um bom falante e leitor com eficiência.

Toda situação em que não se reconhece que os sujeitos possuem uma língua materna e que esta não coincide com a língua que é ensinada no espaço escolar, acaba por alterar a percepção e a relação dos sujeitos com a língua que falam, pois passam a enxergá-la como errada e não adequada para comunicação em sociedade. Assim, quando o sujeito se torna consciente da existência de normas atribuídas à língua, quando antes pensava saber a sua língua, passa a crer que não é um bom falante e que não conhece a própria língua. Isto nos casos em que a língua materna corresponde à língua adotada pelo Estado.

Já nas circunstâncias em que a língua materna difere totalmente, como acontece com as línguas de imigração, se instauram situações de tensão, que podem ser de conflito. Podemos citar a intervenção linguística realizada pelo Governo Vargas em 1937, que via as línguas maternas dos sujeitos imigrantes e de seus descendentes como um perigo para a soberania e unidade nacional, o que levou a proibição através de um decreto do uso de muitas línguas, silenciando-as. Este silenciamento resultou em estigmas e danos à identidade dos sujeitos e à relação que mantinham a vida toda com as suas primeiras línguas.

1.1.2 Língua nacional: “Nossa língua Pátria agradece Presidente Temer”.

A língua nacional é frequentemente confundida com a língua oficial, pois os sentidos que lhe atribuem são relacionados à ideia de que a língua jurídica e administrativa é a mesma que vincula os falantes à nação. No entanto, há uma grande distinção entre elas.

Em nosso estudo, compreendemos como língua nacional a língua que é falada no território da nação. Com isso, conforme Guimarães (2005) tomando por base a situação do Brasil, e com o conhecimento de que inúmeras línguas são faladas em solo brasileiro, deparamo-nos com muitas línguas nacionais faladas no Brasil, e assim, o português é apenas uma das línguas nacionais do nosso país,

embora as demais não sejam reconhecidas na constituição brasileira e nem em documentos oficiais, por exemplo, da área da educação.

A língua nacional traz em si o conjunto de características que se vinculam aos sujeitos por construir uma identidade nacional de um território específico, refletindo a herança étnico-cultural do povo. Em outras palavras, língua nacional é aquela compartilhada por um grupo de pessoas que convive em um espaço no qual se reconhecem como pertencentes a um território comum e se identificam por traços étnicos e pela língua que falam. Assim, um país pode ter muitas línguas nacionais, mas normalmente escolhem apenas uma como língua oficial. E outras como línguas co-oficiais.

A língua nacional pode coincidir com a língua materna de um sujeito, mas não necessariamente irá coincidir com a língua oficial. Em casos como o de Portugal, a língua nacional, o português, coincide com a língua oficial. Destacamos que no Brasil as línguas nacionais não possuem reconhecimento oficial pela constituição, com exceção de situações isoladas e de iniciativas de instâncias menores, como cooficialização de uma língua de imigração em determinado município. Contudo, o direito de usar a língua nacional, ou materna, que lhe convier e com a qual o sujeito melhor se identificar, consiste em um direito fundamental dos cidadãos que vivem em uma comunidade nacional, independente de qual seja ela.

O historiador e cientista político estadunidense Benedict Anderson, traz em sua obra “Comunidades Imaginadas” (1991) um conceito de nação, afirmando que se trata de uma comunidade socialmente construída, imaginada por sujeitos que reconhecem a si mesmos como integrantes de um grupo. Para o autor, se trata de uma comunidade imaginada porque a partir do momento em que a relação face a face deixa de existir, a interação já não é real, e assim, nada maior que um vilarejo poderia ser entendido como uma comunidade real, considerando ser impossível de todos se conhecerem. Assim, Anderson (1991) destaca que a nação é

Uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. Ela é imaginada porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão, ou sequer ouvirão falar da maioria dos seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. (ANDERSON, 1991, p. 32).

Ainda, em seu estudo, o autor reflete acerca da existência do nacionalismo e da sua influência nos processos políticos, enfatizando que “[...] não se enxerga, nem remotamente, o fim da era do nacionalismo, que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos”. (1991, p. 28).

Apresentadas as perspectivas adotadas para língua nacional e nação, podemos observar a imagem, que consiste em um dos recortes dos enunciados que constituem o nosso corpus, uma das ideias que constituem este imaginário de língua que se origina nos discursos do senso comum.



O enunciado explicita a ideia de que todos os sujeitos da nação têm uma mesma “língua Pátria”, por meio do emprego do pronome possessivo “nossa”. Percebe-se que existe claramente um forte nacionalismo no Brasil quando se refere a “nossa língua Pátria”, e isso fortalece o imaginário de que no país há apenas uma língua, e homogênea.

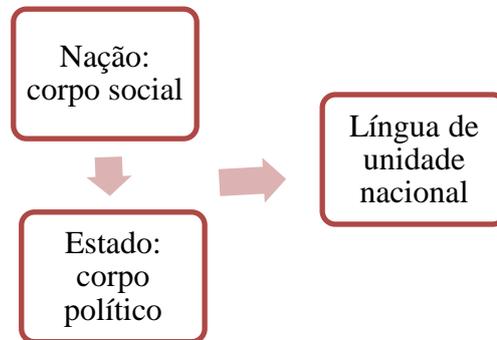
Sturza (2006) ressalta o silenciamento de outras línguas em decorrência da exaltação de uma cultura monolíngue por parte do Estado, afirmando que

A defesa das línguas nacionais pelo Estado, na maioria das vezes, despreza a existência de outras línguas. A cultura monolíngüe é idealizada pelos discursos que defendem a homogeneidade lingüística como sustentáculo de um sentimento de valorização do nacional. (Sturza, 2006, p. 27).

É imprescindível que nos lembremos dos estudos de Hobsbawm (1990), historiador inglês que tem se dedicado a estudar profundamente acerca das nações e do nacionalismo. Em sua obra “Nações e Nacionalismo” o autor discorre sobre os mais diversos conceitos de nação e as suas transformações ao longo do tempo, e reflete criticamente sobre pesquisas anteriores que se dedicaram ao tema.

O nacionalismo é o pilar que mantém a unidade política e nacional, conforme Hobsbawm (1990), e são o Estado e o nacionalismo que geram a nação. A partir de um panorama sobre o que o autor propõe, podemos descrever a nação como o

corpo social, o Estado como o corpo político, e ambos têm a sua unificação garantida pela língua, conforme representado no esquema abaixo:



Apesar de conceitualmente não compreendermos língua nacional e oficial como sinônimos, a história o tem feito, e tal pensamento tem se perpetuado no senso comum. Hobsbawm (1990) afirma que “As línguas nacionais são sempre, portanto, construtos semiartificiais e, às vezes, virtualmente inventados [...]”. Frequentemente, essas línguas são tentativas de construir um idioma padronizado através da recombinação de uma multiplicidade de idiomas realmente falados.”. Assim, o autor esclarece como funciona a relação entre o Estado e as línguas, enfatizando que

[...] requer essencialmente, controle do Estado ou ao menos o ganho do reconhecimento oficial para a língua. Isso não tem a mesma importância para todos os estratos ou grupos que vivem dentro de um Estado ou nacionalidade, ou mesmo para cada e Estado ou nacionalidade. De qualquer modo, não são os problemas de comunicação ou mesmo de cultura, que estão no coração do nacionalismo da língua, mas sim os de poder, status, política e ideologia. (HOBSEBAWN, 1990, p. 134).

O marco inicial estabelecido para o surgimento do conceito de nação passa a funcionar acoplado a nova ideia de Estado Moderno, que é referida a partir deste período como Estado Nação Moderno. Já a ideia de nação relacionada com a de Estado surge após a Era das Revoluções, que se deu a partir de 1930, pois foi neste período que o conceito começou a significar no discurso social e político. Para Hobsbawm (1990), o auge do nacionalismo se deu nos anos 1918 e 1950, ao final

da segunda guerra, que propiciou uma grande oportunidade para entender o potencial e as limitações do que seria nacionalidade e estado-nação.

1.1.3 Língua oficial: “O português volta a ser a língua oficial do Brasil”.

Uma língua é oficializada em um país a partir de seu uso comum, e inclusive alguns países possuem mais de uma língua oficial. Guimarães (2005, p. 11) define a língua oficial como “a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”. Ou seja, a língua oficial é a língua que o Estado adota para reger as situações de oficialidade nas circunstâncias que lhe dizem respeito. E esta língua escolhida passa a funcionar como reguladora da unidade nacional, como por exemplo, por meio dos aparelhos do Estado, especialmente a Escola e o judiciário, com isso se exige que seja esta a língua que os cidadãos usem ao se relacionar com questões do Estado.

A instituição da língua oficial de uma nação perpassa um longo processo histórico, que certamente trará as marcas de uma dominação econômica e política até que resulte em um acordo legal. Zoppi Fontana (2015) relata como se deu a jornada de implantação da língua oficial no Brasil, afirmando que

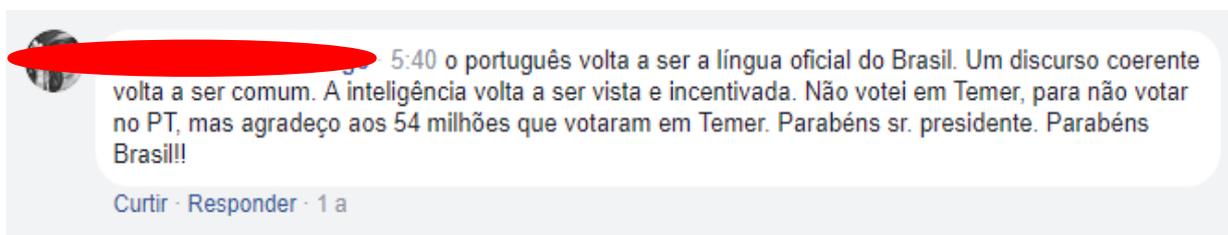
[...] a instituição do português como língua oficial é efeito do processo de colonização portuguesa e seu percurso pode ser traçado historicamente até o Diretório dos Índios, promulgado pelo Marquês de Pombal (1757), gesto fundador de políticas linguísticas destinadas a impor a língua portuguesa no território brasileiro. (ZOPPI FONTANA, 2015, p. 222).

Com isso a subjetivação dos brasileiros é afetada, pois agora são chamados a construir uma identidade nacional, que tem por fundamento a homogeneização imaginária dos sujeitos em relação à língua oficial, como se esta fosse uma, e igual para todos. Assim, a língua oficial passa a imperar em solo nacional, em detrimento disso, ficam à margem tantas outras línguas faladas na nação.

Após instituído como língua oficial, o português passa por um intenso processo de gramatização, como língua nacional, se instrumentaliza e se institucionaliza (Auroux, 1992). Estes fatores, aliados ao intenso processo de escolarização fomentado pelo Estado, fizeram com que surgisse uma unidade imaginária para essa língua, representada como língua nacional, como se não fosse apenas a língua do Estado, mas de toda a nação e da população. Isso refletiu na

Era Vargas, em que se criou o Decreto de Nacionalização, no intuito de implementar o uso da língua portuguesa para todos os falantes, o que levou ao silenciamento, por exemplo, das línguas de imigração.

A língua oficial apresenta um caráter de formalidade, paralelo à imagem de uso de uma língua padrão, regida por normas e, portanto, formando um modelo de língua correta. A imagem a seguir consiste em um enunciado em tom de ironia, ao afirmar que “o português volta a ser a língua oficial do Brasil”, uma vez que nunca deixou de ser.



Os sentidos do enunciado perpassam uma questão sócio-histórica, em que anteriormente o país possuía dois presidentes que não faziam uso da mesma variedade linguística, norma padrão-culta, do presidente Michel Temer. Assim, pelo fato de haver já um imaginário instaurado no senso comum compreende-se que, para assumir o cargo presidencial, um dos requisitos é “falar correto” a língua portuguesa, se produz assim sentidos para língua que inclusive remetem a condição cognitiva para de ser capaz de falar bem. Além disso, há muita relação com o grau de instrução escolar, como língua bem falada quando se usa bem os recursos retóricos, o que seria resultado ou indícios de alta escolarização.

1.2 “ELE FALA NOSSO IDIOMA DA FORMA COMO DEVE SER FALADO”: IMAGINÁRIO DE LÍNGUA

Estudar o imaginário é defrontar-se com um conceito extremamente polissêmico no campo científico, pois perpassa as pesquisas de diversas áreas do conhecimento. No campo do saber das ciências sociais, um posicionamento teórico possível é o de Pesavento (1995, p. 24), que afirma que “[...] o imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber.”. Isto significa dizer que o

imaginário suscita uma gama de representações coletivas e imagens formuladas socialmente.

Paralelamente, no campo do saber da linguística, o imaginário também perpassa os conceitos inerentes a esta ciência. Ressaltando que a linha teórica da qual estamos falando é a enunciativa, em que a perspectiva subjetiva da língua se dá no seu funcionamento. Assim como há uma infinidade de imaginários, há também um imaginário de língua, conforme mostram os estudos de Orlandi (1988, p. 28), que define as línguas imaginárias como objetos-ficção, e afirma que de um modo geral “[...] são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias.”.

A língua imaginária é aquela presa aos sistemas de normatização, como gramáticas e dicionários, é a língua idealizada. De modo que esta língua impossível de ser vivenciada na realidade passa a habitar o pensamento do senso comum, como modelo perfeito a ser seguido e para ser considerado um falante do bom português. Este sistema de padronização da língua consiste basicamente no que Orlandi (1988, p. 29) pontua, afirmando que um sistema como a gramática “[...] deixa o que a língua é para ser como cremos que deve ser.”.

Apesar da língua imaginária aparentemente permanecer no plano inalcançável pelos falantes, de algum modo ela implica sobre a realidade linguística, pois “A língua imaginária tem um retorno sobre o real: modela-o.”. (Orlandi, 1988, p. 29). A partir desse atravessamento, se constituem as ideologias que regem e criam juízos de valor sobre a língua falada.

Pêcheux e Gadet (2004), numa perspectiva discursiva, afirmam que existe língua e existem línguas, referindo-se a língua da gramática e a realização plena da língua. A esta última, a língua falada, Orlandi (1988, p. 34) denomina como língua fluida, afirmando que esta “[...] não pode ser contida no arcabouço de sistemas e fórmulas.”, e é a “[...] língua na qual convivem processos muito diferentes e cuja história é feita de fatura e movimento.”. Sem o engessamento e inércia resultantes do processo de normatização, a língua fluida consiste na língua viva, se movimentando por entre os espaços de enunciação e produzindo sentidos.

Mariani e Medeiros (2007, p. 27), partindo dos pressupostos de Orlandi (1988), afirmam que a “língua fluida visa compreender as línguas em seu funcionamento discursivo, funcionamento em que jogam as heterogeneidades e

multiplicidades da produção de sentidos em um dado período histórico”. Desse modo, a língua em uso no cotidiano, na convivência em sociedade, é a língua fluída, despreendida de normas, e permeada pelas questões sócio-históricas e políticas que constituem a identidade linguística de cada indivíduo. No entanto, ainda prevalece a noção de língua imaginária como a ideal, segundo a qual muitas vezes se julga a competência e capacidade intelectual das pessoas.

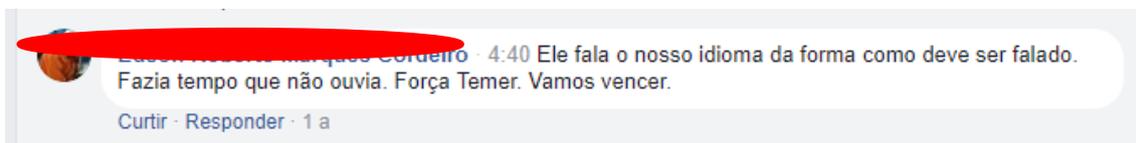
É imprescindível destacar que língua imaginária não é o oposto de língua fluída, pois são somente dois funcionamentos linguísticos distintos. A língua imaginária se consolida no plano das ideias, e a língua fluída no plano cotidiano da vivência diária. Nesta perspectiva, Guimarães (2003) apresenta duas categorias para língua imaginária, e respectivamente, duas categorias para língua fluída. Uma das fluídas é a língua materna: “língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que nasce a praticar; e a outra é a língua franca: é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercuro comum” (GUIMARÃES, 2003, p. 48).

Em relação à língua imaginária, atrelada às questões institucionais e imaginárias (ideológicas), o autor destaca que ela também possui duas categorias de língua: a língua nacional e a língua oficial. Assim, a primeira “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo” (GUIMARÃES, 2003, p. 48). Já a segunda é a “língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais”.

Foi pensando ser possível conter a língua no arcabouço de regras, normas e leis, que governantes tentaram controlar o seu uso por meio de legislações. No entanto, o poder do Estado jamais alcançou totalmente os resultados pretendidos, pois a língua é viva e escapa, escorrendo por entre as grades das normatizações que lhe impõe. Como já mencionamos anteriormente, um exemplo é a Política de Nacionalização imposta por Getúlio Vargas, em 1937, que pretendia zelar pela unidade nacional por meio de uma única língua, a portuguesa, em detrimento das tantas línguas de imigração faladas em território brasileiro. O Decreto desencadeou uma perseguição linguística ferrenha, punindo os sujeitos que continuavam falando a sua língua materna, conseqüentemente, ferindo a sua identidade linguística, o que respinga na história até os dias atuais, refletido na vida de quem colheu os frutos amargos do período do Estado Novo.

O imaginário de uma homogeneidade linguística nutriu a lei, porém nada conteve de fato a língua dos sujeitos, a língua fluida, inerente à prática diária da comunicação pessoal. Porque assim que a lei foi revogada, as línguas maternas voltaram ao seu uso cotidiano normal, evidentemente que agora em um contexto que provocava medo e uma certa insegurança, como sombras da proibição que ainda rondam, internalizadas no inconsciente dos falantes.

Assim, coexistem os funcionamentos da língua imaginária e fluida, produzindo sentidos o tempo todo. Os sujeitos inscritos na ordem fluida em suas práticas linguísticas são tomados pelo imaginário de uma língua ideal, a língua da norma, da correção, como observamos no comentário de um dos internautas:



Percebemos como o imaginário atravessa o enunciado na afirmação “[...] fala o nosso idioma da forma como deve ser falado [...]”, evidenciando que há uma maneira considerada correta, uma projeção que os sujeitos fazem do que seria a língua bem falada, que estaria refletida da figura do presidente Michel Temer em seu discurso.

Como explicitado por meio da imagem, interessa-nos compreender o funcionamento do imaginário de língua no contexto desta pesquisa, como se movimenta e produz sentidos a partir do discurso do senso comum.

Em movimentos iniciais, observamos que no corpus temos um encontro da língua fluida e da língua imaginária. De um lado há o presidente Temer, falando uma língua que se aproxima da imaginária, pois há uma tentativa de falar o mais próximo da variedade padrão. Já na posição inversa temos as falas das pessoas, que escrevem seus enunciados se aproximando de outras variedades e coladas na língua falada, sem observação às normas, constituindo-se assim, a língua fluida.

O sentido enunciativo presente nos enunciados dos internautas está em que apesar de no plano linguístico não se ter uma fala regrada pelas regras, pois há diversos erros gramaticais, no plano enunciativo se mantém um imaginário, uma língua imaginária, pois as pessoas produzem um discurso sobre a língua e em defesa do bem falar.

1.2.1 Imaginário: mais real do que o real

O filósofo, sociólogo e psicanalista grego, Cornelius Castoriadis (1982), realiza um estudo sobre o funcionamento das sociedades humanas, que é descrito na obra “A instituição imaginária da sociedade”. Em sua análise Castoriadis afirma que o modo de ser de uma sociedade sempre inclui como fator determinante de grande impacto um poderoso imaginário, que na visão do autor consiste em um conjunto de imagens que irão atribuir sentidos a cada um dos fatos sociais e à sociedade como um todo. Para Castoriadis (1982),

O imaginário nada tem a ver com as representações que circulam correntemente sobre este título. Em particular, isso nada tem a ver com o que algumas correntes psicanalíticas apresentam como “imaginário”: o “especular”, que, evidentemente, é apenas imagem de e imagem refletida, ou seja, reflexo, ou, em outras palavras ainda, subproduto da ontologia platônica (eideion), ainda que os que utilizem o termo ignorem sua origem. O imaginário não é a partir da imagem no espelho ou no olhar do outro. O próprio espelho, e a sua possibilidade, e o outro como espelho são antes obras do imaginário que é criação ex nihilo. Aqueles que falam de “imaginário” compreendendo por isso o “especular”, o reflexo ou o “fictício”, apenas repetem, e muito frequentemente sem o saberem, a afirmação que os prendeu para sempre e um subsolo qualquer da famosa caverna: é necessário que (este mundo) seja imagem de alguma coisa. O imaginário de que falo não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/ formas/ imagem, a partir das quais somente é possível falar-se de “alguma coisa”. Aquilo que denominamos “realidade” e “racionalidade” são seus produtos. (Castoriadis, 1982, p. 13).

Percebemos que o imaginário não consiste em um reflexo fiel do real, e que também não é uma ilusão falsa da realidade. No entanto, é uma espécie de rede de significações por meio da qual constituímos o nosso mundo para nós como sociedade. Neste sentido, Castoriadis (1982) afirma que a realidade é produto do imaginário, como forma de dizer que o imaginário é mais real que o real.

As sociedades se consolidam sob os pilares de um conjunto de normas que garantem a ordem. E estes pilares estão fundamentados no imaginário, que segundo Castoriadis (1982, p. 195) garante que o mundo social não se transforme em um caos, e sim em uma pluralidade ordenada, em que a unidade organiza a diversidade sem esmagá-la, fazendo demarcações entre o permitido e o proibido, o verdadeiro e o falso.

Uma vez que o imaginário é permeado de um papel social, qualquer argumentação racional será pouco eficaz. Assim, é imprescindível que no âmbito

das questões linguísticas lhe seja dado o devido valor, considerando que se constitui como um poderoso elemento na configuração dos pensamentos do senso comum sobre o que é língua.

Castoriadis (1982, p. 154) destaca que determinados segmentos da sociedade veem em nós aquilo que não somos, nos enxergando de modo totalmente distinto do que realmente somos. Isso consiste em uma representação imagética tão poderosa que não permite que se veja modos de como enfrentá-la, pois, como afirma o autor, o imaginário é mais real do que o real.

Nesta perspectiva, tudo que mexe ou questiona os pensamentos solidificados pelo imaginário, se torna uma ameaça à ordem social. Porém, a humanidade vem presenciando uma avalanche imensa em que os muros das certezas ruem incessantemente, e todos os julgamentos sobre o certo e errado tornam-se relativos. Em outras palavras, tudo é passível de questionamento. Exceto a língua.

Concomitante a isso, Faraco (2011, p. 266) afirma que “[...] as pessoas se orientam por uma imagem segundo a qual há, na língua, princípios claros e indiscutíveis de correção. E, por isso acreditam que podem censurar com convicção e autoridade, ou com deboche e sarcasmo, o comportamento linguístico dos outros.”. Assim, por meio de violência psicológica, humilhação, insultos, exclusão de espaços públicos e violência simbólica, a língua se torna peso para o julgamento alheio, e inclusive com amparo social daqueles que acreditam ser detentores da verdade.

1.2.2 Monolinguismo, nacionalismo e purismo

Ao falar de língua imaginária, é válido ressaltar os estudos de Achard (1989), referentes ao Ideal Monolíngue, que discute a problemática da língua nacional na França no século XVIII, em que se buscava uma “coerência ideológico-social”, visando processos sociais construídos a partir da ideia de se ter uma língua comum a todos os cidadãos instruídos. Esse pensamento acabou por homogeneizar os distintos grupos étnicos e culturais que compunham o país, evidente no lema “uma língua, uma nação” que almejava constituir o estado-nação, e determinava que a “língua materna deveria coincidir com a língua nacional” (Achard, 1989, p. 31), de modo que um projeto de nacionalismo criou-se baseado no estabelecimento de uma cultura única e de modo homogêneo.

Semelhante caso é o do Brasil, em que apesar de já muito contestado por alguns estudiosos de linguística, ainda se mantém um mito de país monolíngue onde se fala apenas o português brasileiro (Poche, 1989). A justificativa para isso se encontra ao longo dos processos históricos e políticos, principalmente nas últimas décadas do século XIX, em que estudiosos desejavam diferenciar o português do Brasil com relação ao português de Portugal, o que foi definitivo na formação da nacionalidade brasileira. Conforme Guimarães (2003) os estudos desenvolvidos “tomaram a forma específica de gramáticas e dicionários brasileiros e, na forma de um conhecimento descritivo e normativo, fizeram parte da constituição de nosso imaginário de língua nacional para o Brasil”. Assim, constituiu-se o pensamento de que o Brasil é um país de uma língua apenas, e uma língua homogênea, desconsiderando a diversidade e riqueza multilíngue da nação.

Uma vez instaurada no pensamento social a ideia de homogeneidade linguística, fatores sócio-históricos que impactam diretamente na língua passam a ser ignorados, especialmente pelos puristas, defensores da boa língua, como destaca Lagorio (2011)

A discussão sobre norma deixa de lado, quase sempre, um dos fenômenos mais recorrentes da história: sociedades e línguas em contato. O purismo, como bandeira ou emblema de defesa e coesão social, geralmente estigmatiza as formas e falares não canônicos que fazem parte das consequências dessas situações sociolinguística. (LAGORIO, 2011, p. 193).

Com o intento de zelar pela preservação da língua adotada por renomados autores brasileiros de séculos passados, o purismo vê hoje a sua bandeira ameaçada, pois com o advento das novas tecnologias a língua também perpassa por um constante processo de mudança, inclusive nas plataformas e suportes digitais, como acontece na Internet, e conforme Lucchesi (2015, p. 16), os puristas da atualidade “[...] ficam horrorizados com a linguagem desleixada da internet, impregnada de abreviaturas. Pois as abreviaturas abundavam nas inscrições romanas e nos manuscritos medievais, sem comprometer o funcionamento dos romances e vernáculos em seu devir histórico.”. Ao contrário disso, a linguagem na Internet se apresenta de uma forma livre, espontânea, sem observar as regras gramaticas, especialmente nas redes sociais.

De encontro ao pensamento que se preserva nos fundamentos puristas, (Lucchesi 2015, p. 17) “O que garante a unidade da língua é a interação entre os

seus usuários, não sendo necessária a imposição de uma norma linguística de cima para baixo.”. Ademais, é por ser heterogênea que a língua possui a capacidade de funcionar em uma sociedade culturalmente diversa e tão estratificada. Graças a flexibilidade, gerada pela variação linguística, é que a mesma língua funciona em tantos espaços distintos, dos encontros casuais entre amigos na rua aos tribunais de justiça. Assim, esse funcionamento dinâmico não seria possível se a língua fosse um código fixo e monolítico, como sugerem os puristas, o que faria com que ela, inevitavelmente, se fragmentasse.

A influência e o poder da língua tem se revelado em diferentes condições históricas ao longo do tempo, e em muitos casos tem sido um forte instrumento empregado para exercer a dominação de um povo sobre outro, como ressalta Scherre (2005, p. 89), afirmando que “Na história da humanidade, a sede de poder, de dominação, de colonização e de subjugação tem sido sempre levada às últimas consequências, por todos os meios disponíveis: armas, ideias, tecnologias... e gramáticas normativas.”.

Lucchesi (2015), explica como se dá o processo de consolidação do pensamento homogeneizador a respeito da língua no seio da sociedade. Desde os fatores que impulsionaram o seu surgimento, à incorporação no cotidiano das pessoas.

Segundo a visão hegemônica da sociedade, a língua é um sistema homogêneo e unitário, desenvolvido pelos melhores escritores nacionais e fixado pelos gramáticos, para ser seguido e usado por todos aqueles que desejem falar e escrever bem. Portanto, saber falar uma língua é conhecer esse sistema e emprega-lo corretamente, pois qualquer desvio é visto como deturpação, índice de ignorância e prejuízo à eficácia e à clareza da comunicação. (LUCCHESI, 2015, p. 11).

Assim, percebemos que as regras impostas sobre o uso correto da língua, provém das esferas mais altas, daqueles que possuem a variedade culta, e fazem o uso formal da linguagem em suas atividades, pois são um grupo de intelectuais. Ao restante do povo, resta buscar alcançar o mesmo nível, e quando não possível – e de fato não o é para a maioria das pessoas -, permanecem no erro da língua, como prega a ideologia a que estão subordinados.

2 O FUNCIONAMENTO DO POLÍTICO NA ENUNCIÇÃO

O político e a enunciação são constitutivos, pois ao enunciar o sujeito significa e com isso se inscreve na história. A Semântica do Acontecimento, teoria adotada nesta pesquisa, se filia ao materialismo histórico, e assim dialoga com o funcionamento do político na linguagem.

Quando se fala no lugar do político na linguagem se está afirmando a sua constituição por meio das condições sócio-históricas, e concomitantemente, se assume que a língua está afetada pelas relações sociais. Conforme Orlandi (2002) o político é da ordem do conflito, da diferença, do dissenso, se destacando pela disputa “dos princípios que regem a vida social em suas diferenças, sendo ele próprio a prática dessas diferenças”.

Vale lembrar que o político se difere da política, pois de acordo com Mariani (2011)

A política é o exercício jurídico e administrativo de regulação do conflito. Por exemplo, discussões sobre o nome da língua nacional, ou sobre qual será a língua nacional, ou discussões visando a um planejamento linguístico [...] são discussões ligadas a contextos em que o linguístico e o político ficam sob o efeito ideológico de processos de naturalização dos sentidos. (MARIANI, 2011, p.241).

Para Guimarães (2002, p. 16) o político na língua é incontrolável, pois “[...] é caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.”. Assim, o político enquanto diferença de sentidos “[...] é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem.”.

Como exemplo, podemos citar os sujeitos que defendem a norma da língua portuguesa, mas que ao mesmo tempo usam as variações linguísticas próprias do território brasileiro. Já a naturalização dos sentidos ocorre em decorrência da disputa pelos sentidos. A partir disso é imprescindível considerar o político no espaço enunciativo, pois o ato de enunciar está inserido em um espaço sócio-histórico, o que por sua vez, irá determinar o dizer, ou seja, os sentidos da fala. Mariani (2004, p. 40), explica as escolhas do sujeito no ato de sua manifestação pela linguagem, afirmando que “Usar uma palavra é não usar outra, é fazer recortes em regiões de sentidos sem ter nenhuma garantia de um entendimento absoluto, é inscrever-se em

redes de filiações de sentidos, as memórias e esquecimentos constitutivos do dizer.”.

Com relação a este pensamento, Guimarães (2005), afirma que esta escolha não é um ato consciente do sujeito, mas é atravessado pelas questões sócio-históricas que levam o enunciador a fazer estes recortes, sem que tenha consciência disto, pois seu dizer está afetado pelo tempo e espaço de sua enunciação. Assim, o político opera na língua, tomando-a em seu funcionamento, pois para que possa manifestar-se é preciso que ocorra a enunciação.

Mariani (2011, p. 242) atenta para o fato de que o ato de tomar a palavra inscreve o sujeito em uma infinidade de possibilidades e de diferenças de sentidos em relação aos demais sujeitos, e com isso “As práticas discursivas instituídas por sujeitos que ocupam lugares de poder podem disciplinar, ou mesmo silenciar, o diferente, o heterogêneo, o polissêmico em nome da manutenção do mesmo, do homogêneo, do parafrástico.”. É isso que abordamos a partir deste estudo, ou seja, um imaginário de língua constituído no senso comum perpassa as práticas linguísticas dos sujeitos, dividindo-os entre os que usam o “português correto” e por isso são dignos de ocupar lugares de poder e os que não seguem a norma e, portanto, merecem viver às margens dos sentidos de boa língua e da sociedade.

Deste modo, reitera-se que o sujeito afetado pelas condições sócio-históricas procede a uma escolha política no modo de enunciar. Quando enuncia sobre a correção da língua do presidente está claramente afetado por uma tradição escolar e pela construção de um imaginário que sustenta a cultura monolíngue, reforçada pelo sentimento de nacionalismo, que a língua potencializa desde que se entra na escola e se aprende a língua nacional baseada em um modelo e sendo a única língua de todos os brasileiros.

2.1 IDEOLOGIA LINGUÍSTICA E SENTIDO

A consolidação da padronização linguística culminou no surgimento de uma consciência entre os falantes de que apenas uma forma de língua poderia ser considerada correta. Desse modo, uma das características inerentes à ideologia de língua padrão, conforme Milroy (2001, p. 57), é a “[...] firme crença na correção.”. Ainda conforme o autor, essa crença determina que quando houver duas variantes ou mais, apenas uma delas pode ser considerada correta conforme estipula o senso

comum, por mais que haja discrepância nas opiniões sobre qual é a forma correta e a errada.

Em seu estudo sobre “Ideologias Linguísticas e as Consequências da Padronização”, Milroy (2001) apresenta uma reflexão sobre a ideologia do padrão, enfatizando o caráter de representação da norma e o poder modelador que a nossa ideia de língua possui. As práticas do senso comum são repletas de ideologia, no entanto, quem as sustenta não percebe tal fato, mas crê que seu posicionamento possui valor científico

[...] acreditam que seus juízos desfavoráveis sobre pessoas que usam a língua “incorretamente” são juízos puramente linguísticos sancionados por autoridades sobre língua, e essa crença é, em parte, ela mesma, uma consequência da padronização. (MILROY, 2011, p.59).

A partir disso podemos inferir que o discurso do senso comum não associa esse pensamento sobre língua à discriminação e ao preconceito social. Assim, ressalta que independentemente desses fatores relacionados aos falantes, quem usa a língua de modo “errado” tem a possibilidade de aderir à correção e usar a língua do modo como idealiza a padronização.

O padrão instaurado na crença do senso comum ignora os fatores sócio-históricos que perpassam a língua dos sujeitos, como se a “culpa do erro” fosse do falante, que pode perfeitamente aderir a um dos modelos do bom falar disponíveis.

Tratar do preconceito linguístico é tarefa delicada, pois consiste em um preconceito sutil e que, não raras vezes, é ignorado, visto como inofensivo e por estar relacionado ao preconceito social, mas com o poder avassalador sobre os sujeitos que o sofrem. Hoje esse preconceito ainda permeia a maioria dos âmbitos da sociedade, subjugando e excluindo os sujeitos que não seguem a gramática normativa, ou então, que muito se distanciam dela. Conforme Scherre (2005, p. 42), prevalece o pensamento de que tudo o que foge à gramática é errado e que o ensino normativo “tem o objetivo explícito de banir da(s) língua(s) formas ditas empobrecedoras, formas ditas desviantes, formas consideradas indignas de uma língua bem falada e, portanto, consideradas indignas de serem usadas por homens de bem”.

Orlandi (2013) vai ao encontro desta ideia ao abordar o preconceito linguístico, afirmando que “[...] aquilo que é norma passa a ser um divisor que

qualifica ou desqualifica os cidadãos, dando-lhes lugar ou excluindo-os da convivência social qualificada.”. Assim, percebe-se que há uma língua de prestígio, aquela que em sua fala mais se aproxima com a gramática normativa, o que podemos definir como o português chamado de culto e reconhecido como padrão.

Para Joseph e Taylor (1990, p. 2) “Qualquer empreendimento que afirme ser não ideológico e neutro, mas que de fato permanece dissimuladamente ideológico e carregado de valor, é o mais perigoso por causa dessa sutileza enganosa.”. Assim, é preciso cautela para com as instituições que afirmam não possuir posicionamento ideológico, enfatizando sua imparcialidade, pois representam maior risco que as decididamente assumidas.

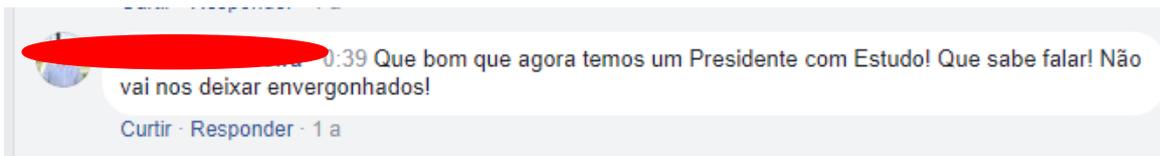
De encontro às instituições que dissimulam o seu posicionamento ideológico, há esferas da sociedade que criam um sistema ideológico com a intenção de exercer o controle e o criam por meio da língua, porque a palavra se constitui como um símbolo naturalmente ideológico, por isso, conforme Brandão (2011, p. 9) “[...] é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam.”.

Neste sentido, a elite que habita o centro do sistema ideológico e rege as suas manifestações, passa a exercer seu poder perante as demais classes sociais. Isso ocorre porque a língua tem a capacidade de impor status, que se consolida por meio da gramática normativa, considerada a única fonte que permeia o bem falar. Assim, a força ideológica da elite, exercida por meio da língua, acaba por subjugar aqueles que vivem à margem da sociedade.

Desta forma, funda-se o pensamento de que quem domina a gramática normativa, domina também a boa fala e uma escrita perfeita, mas isso não é correto, pois se criou essa concepção de certo e errado a partir da diferenciação das classes, como explica Câmara Jr. (1979)

Numa sociedade estruturada de maneira complexa a linguagem de um dado grupo social reflete-o tão bem quanto suas outras formas de comportamento. Desse modo, essa linguagem vem a ser uma marca desse status social. As classes superiores dão-se conta desse fato e tentam preservar os traços linguísticos pelos quais se opõem às classes inferiores. Tais traços são considerados corretos e passa a haver um esforço persistente para transmiti-los de geração em geração. Esta atitude cresce em intensidade à medida que o impacto das classes inferiores se torna cada vez maior. (CÂMARA JR. 1979).

Reconhecido o poder da língua, e a sua capacidade de exercer domínio e garantir o status a quem carrega a boa forma, se perpetua um imaginário no senso comum de que os sujeitos detentores da boa fala são também altamente escolarizados. Portanto, como se percebe nos comentários dos internautas do nosso estudo, estes sujeitos têm a competência de ocupar os altos cargos, de representar o povo, inclusive na figura de presidente do país, como se observa na imagem.



Por mais que o povo não use uma variante que se aproxime exatamente da língua da norma, se vê representado por quem a fala e se orgulha disso, como revela o enunciado. Não saber a língua das regras é motivo de envergonhar-se e envergonhar os outros, como podemos notar na figura 5 em “Não vai nos deixar envergonhados. Assim, observamos neste enunciado uma correlação entre o alto grau de instrução com o modelo padrão de língua. Os que têm mais estudo são, portanto, mais cultos, é este argumento que sustenta a correlação de sentidos língua e escolaridade.

Deste modo, como discorreremos aqui, a língua foi um grande instrumento que contribuiu para a dominação e a disseminação da hegemonia ideológica que torna legítimo o poder das classes que exercem a dominação. Como nos lembra Lucchesi (2015)

A violenta clivagem social da Roma imperial encontrava no cultivo da retórica e das refinadas circunvoluções literárias do latim dos patrícios, em oposição ao estigma social que se abatia sobre a linguagem rude e tosca dos plebeus, uma de suas mais poderosas representações simbólicas. [...] A formação dos modernos Estados nacionais encontrou na uniformização e homogeneização linguística um de seus mais importantes pilares, sobretudo em regimes autoritários e absolutistas, como os da França, mesmo que ao custo da atrofia e da extinção de um dos mais ricos idiomas da cultura trovadoresca, o provençal. (LUCCHESI, 2015, p.18).

Assim, nos deparamos com uma ideologia que rege o sistema e que exerce influência sobre a sociedade e as conjunturas. Em decorrência disso, se alimenta e se perpetua no senso comum o imaginário da língua ideal, da língua da

normatização, língua que afere status aos sujeitos que a falam e legitima um lugar de poder.

2.2 MOVIMENTOS POLÍTICOS DA NORMA

A temática da norma linguística tem sido largamente discutida no âmbito da pesquisa acadêmica, em decorrência da frequente divergência sobre o tema e a sua aplicabilidade teórica e conceitual. Para esta pesquisa, consideramos importante esta discussão uma vez que o imaginário de língua discursivizado pelo senso comum se funda em torno destes sentidos, de língua padrão e correta, e como sabemos, a escola enquanto aparelho ideológico do estado é um dos elementos que favorece a solidificação desse pensamento. Conforme Faraco (2011, p. 261), os linguistas afirmam que do ponto de vista linguístico (gramática/sistema), as normas se equivalem, mas do ponto de vista social isso não acontece. Assim, concordamos que há “escalas sociais de prestígio e de aceitação das diferentes normas”.

Deste modo, a partir de uma perspectiva do senso comum, se entende que o ensino da norma culta é um bem de valor sociocultural inquestionável. Com isso, de acordo com Faraco (2011) se cria uma assimilação entre língua escrita e norma culta, ou ainda, entre cultura letrada e norma culta.

O conceito de norma foi criado basicamente para dar conta da variação linguística, ou seja, para acomodar no modelo saussuriano de língua e fala uma terceira camada teórica capaz de captar a diversidade intralinguística, sem abandonar a ideia da existência de um grande sistema que autoriza os diferentes usos coletivos, ou seja, os usos normais das diversas comunidades que, não obstante as diferenças, se identificam como falantes de uma mesma língua”. (FARACO, 2011, p. 259).

Como percebemos, o estabelecimento da norma jamais foi para estratificar os sujeitos socialmente, mas permitir a identificação das variedades existentes no âmbito social e assim, categorizá-las de acordo com as suas características. No entanto, a ideia de norma acabou por criar a falsa ideia de que só há uma forma correta de falar, sendo ela guiada pela gramática e denominada forma padrão, enquanto as demais formas passam a ser estigmatizadas e, diz-se que corrompem o bom português.

Ao discorrer acerca de norma é imprescindível considerar a perspectiva de norma na língua adotada por Coseriu (1989). O autor afirma que a norma consiste

no primeiro grau de abstração, e se constitui como uma realização coletiva, tradição e repetição de modelos anteriores. Neste sentido, a norma é comum e constante, pois inclui os elementos normais da fala da comunidade; e assim elimina o que individual e inédito, uma vez que seu foco é a realização tradicional.

Nos estudos relacionados à norma de língua e variedades linguísticas, acredita-se que há um fator que implica diretamente no valor da variedade de língua falada adotada pelos sujeitos, pois conforme Gnerre (1985, p.4) “[...] uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais”. Neste sentido, Wolfram e Fasold (1974, p.18), ao referir-se à variedade padrão, a descreve como um “conjunto codificado de normas linguísticas que são consideradas socialmente aceitáveis para a classe social de maior prestígio de uma comunidade”. Já para Camanho (1984)

[...] uma variedade-padrão desempenha uma função objetiva, a de servir como quadro de referência para toda forma de expressão. Isso significa que a variedade-padrão fornece uma norma codificada que consiste, em última análise, em uma medida de correção e, em consequência, os falantes em geral são julgados em termos de sua conformidade ou desvio em relação a essa norma. (CAMACHO, 1984, p.44).

Desta forma, segundo o autor, a variedade-padrão é imposta como referência exclusiva para todas as circunstâncias de interação, e as experiências culturais vivenciadas são negligenciadas, principalmente aquelas dos jovens provindos das camadas mais marginalizadas da sociedade. Com isso, na perspectiva da linguística, é criado um conflito entre a língua ensinada na escola (como referência exclusiva – a variedade normativa), e a variedade social que o aluno domina, como língua materna, de acordo com a sua origem sociocultural. Camacho (1984) afirma ainda que

No ensino tradicional de língua portuguesa, elegem-se o correto e o incorreto como critério único no tratamento da variação, o que, como vimos, longe de ter qualquer respaldo em fenômenos intrinsecamente linguísticos, encontra justificativa em determinações de natureza social. (CAMACHO, 1984, p.47).

Assim, nos preceitos de Camacho (1984), por tradição, a instituição escolar ignora a variação linguística, bem como, submete as variedades linguísticas ao critério de correção, que funciona como uma espécie de peneira fina. As expressões

vinculadas ao registro formal da escrita são aceitáveis, e o que excede a elas é visto com estigma, como realizações incorretas em relação aos valores linguísticos determinados como variedade padrão.

Enquanto a variedade culta, conforme Gnerre (1985, p.7) é “associada à escrita e à tradição gramatical. Esta variedade, por sua vez, é inventariada nos dicionários, passando, portanto, a ser [...] a portadora legítima de uma tradição cultural e de uma identidade nacional”.

Faraco (2015, p. 21) comenta que “a expressão ‘norma culta’ pulou os muros da universidade e se tornou de uso comum. Está hoje presente nos documentos oficiais dos nossos sistemas de ensino, nos discursos correntes nas escolas e nos discursos da mídia”, o que explica as regras impostas quanto à linguagem dos sujeitos, que se pretende, imaginariamente, que seja homogênea. Conforme esclarecem Faraco e Tezza (2007)

É fato que há uma diferenciação valorativa, que nasce não da diferença desta ou daquela forma em si, mas do significado social que certas formas linguísticas adquirem nas sociedades. Mesmo que nunca tenhamos pensado objetivamente a respeito, nós sabemos (ou procuramos saber o tempo todo) o que é e o que não é permitido. Nós costumamos “medir nossas palavras”, entre outras razões, porque nosso ouvinte vai julgar não somente o que se diz, mas também quem diz. E a linguagem é altamente reveladora: ela não transmite só informações neutras; revela também nossa classe social, a região de onde viemos, o nosso ponto de vista, a nossa escolaridade, a nossa intenção... [...]. (FARACO; TEZZA, 2007, p. 51).

Com isso, se abre um vão para o surgimento do preconceito linguístico, que torna-se empecilho não só em momentos de fala e comunicação, como também no que se refere ao comprometimento social. Scherre (2008, p. 12 apud Abraçado, 2008, p. 12) explica o preconceito em relação à língua como “[...] o julgamento depreciativo, desrespeitoso, jocoso e, conseqüentemente, humilhante da fala do outro,”, demonstrando claramente em que consiste e como é realizado. Além disso, segundo Camacho (2011)

A natureza discriminatória que a linguagem pode assumir, em função da variação linguística e dos mecanismos de estigmatização, leva-nos, professores e pesquisadores, a refletir sobre a questão que mais nos afeta: em que grau o processo de ensino da língua materna contribui para o agravamento ou para a simples manutenção das situações de exclusão [...] a que está sujeita a população socialmente marginalizada? Certamente são numerosos os aspectos que respondem a essa questão. (CAMACHO, 2001, p.67).

Orlandi (2002, p.197) afirma que o preconceito é uma forma de discurso que circula sem sustentação em condições reais, e se mantém por relações imaginárias atravessadas por um poder dizer que apaga (silencia) sentidos e razões da própria maneira de significar. Assim, o preconceito é de natureza histórico-social, e se rege por relações de poder, representadas simbolicamente.

Refletir sobre o preconceito linguístico, cabe considerar a forma como a língua é historicizada no Brasil, fato marcado por relações de poder entre colonizados e colonizadores, e também pela censura de certos falares, pois na perspectiva da linguística, no preconceito estaria a origem da estagnação da própria língua. E em relação a isso, Dias (2018) afirma que

Um exemplo de estagnação social, histórica e linguística, que se origina no preconceito linguístico, é o que temos presenciado atualmente no cenário político brasileiro, após o discurso de posse de Michel Temer que, ao usar a mesóclise causou certo barulho. A tão propalada frase “Como menos fosse sê-lo-ia pela minha formação democrática e pelo minha formação jurídica” é, sem dúvida, uma formulação “prestigiosa”, típica da língua de madeira, segunda a qual “para bom entendedor, meia palavra basta”, língua de classe dotada de senha. Língua artificial separada do povo. (DIAS, 2018, p.182).

Segundo Faraco e Tezza (2008, p. 10) “[...] toda língua é um conjunto de variedades.”. O que desmistifica o conceito que muitos agregam em julgar a realidade da língua falada em certa ou errada, sendo que não há uma maneira certa de falar, e sim uma forma mais adequada conforme a circunstância. Deste modo, observamos que ocasiões formais exigem o uso de uma fala mais culta, já situações comuns do cotidiano como conversas com amigos, permitem uma linguagem totalmente coloquial, despreocupada com as regras da gramática.

Apesar das inúmeras variações da língua, todas as formas acabam por compreender-se. Isto se observa em uma comparação entre a língua e a música, realizada por Azeredo

Imaginemos uma canção qualquer que já tenha sido interpretada por três diferentes cantores. Por maiores que sejam as diferenças entre as três interpretações, sempre seremos capazes de reconhecer nelas a mesma canção. (AZEREDO, 2010, p. 62).

A diversidade de variações se dá devido alguns fatores de grande relevância, como: região onde vive o falante, sendo que cada região do país possui

um conjunto de características fonéticas semelhantes; o grau de escolaridade do falante, assim como o seu nível social, a relação que possui com a escrita e a ocasião na qual ocorre a fala. Apesar disso, Faraco e Tezza explicam que

[...] parece que, de uma forma ou de outra, todos (ou quase todos!) costumamos nos entender razoavelmente, pelo menos em situações básicas de comunicação. Há, ainda, um outro fato bem interessante: em geral, as variedades linguísticas são capazes de intercomunicação, isto é, grande parte das variedades *conversam entre si*. (FARACO, 2007, p. 12).

Da mesma forma que ao transcorrer do tempo se vivencia inúmeras mudanças nas mais diversas áreas, a língua também passa por transformações. Fato que se confirma nas palavras de Azeredo (2010, p. 61) “Toda língua sofre alterações ao longo do tempo.”. A partir disso é possível analisar expressões que são modificadas ou até mesmo caem em desuso, gírias que entram e saem do vocabulário dos sujeitos de modo que a língua se consolida em um contínuo processo de mudança. Basta observar o português da época medieval e se verá que é muito diferente do atual.

Vale ressaltar que nem todas as variações linguísticas tem o mesmo prestígio social no Brasil, pois é apenas lembrar que algumas variações usadas por sujeitos de determinadas classes sociais ou regiões geram preconceito em relação a eles. No entanto, a língua prestigiada e vista como a correta por quem desconhece a diversidade da oralidade será sempre a mais difundida pelos meios de comunicação e a língua da elite.

Quanto à questão da normatividade da língua, a norma padrão é sempre a encarregada de assegurar a unidade da língua de uma nação. Conforme Faraco e Tezza (2008, p. 52) “Na rede das linguagens de uma dada sociedade, a língua padrão ocupa um espaço privilegiado: ela é o conjunto de formas consideradas como o modo correto, socialmente aceitável, de falar e escrever.”. Assim, qualquer forma de linguagem sempre será vista como próxima ou distante da língua padrão.

Surge então a indagação em relação à origem da língua padrão, sob quais as bases ela teria se estabelecido e firmado através da história. Sabe-se que em todas as sociedades modernas ela é o resultado de um longo processo histórico de seleção, que sempre esteve ligado aos grupos sociais hegemônicos. Como se observa nas palavras de Faraco e Tezza (2008, p. 52) “[...] a língua padrão, na sua origem, é a língua do poder político, econômico e social.”. Fato este, que continuará

a se perpetuar, pois a língua é uma das marcas subjetivas do sujeito que o coloca socialmente nos espaços de funcionamento político.

Dentre todas as variedades de uso da língua, entende-se que a norma padrão é a adequada para a escrita, até por questões intrínsecas a esta modalidade da língua, pois, ao contrário do que ocorre na fala, há na comunicação escrita uma ausência de interlocutores, o que não permite que as dúvidas referentes ao uso do código sejam sanadas por meio de perguntas e esclarecimentos entre os interlocutores, bem como por meio de outros elementos extralinguísticos e situacionais, como por exemplo expressões faciais e dêiticas.

Faraco e Tezza (2008, p. 112) apontam que há pesquisas que nos revelam uma particularidade interessante do Brasil, que consiste no fato de que nenhum falante se orgulha de sua variedade não padrão, a não ser em situações muito específicas e socialmente aceitas. O motivo é descrito pelos autores, que afirmam que “Como falantes, desde crianças estamos acostumados a um universo rico de variedades da língua. Quando entramos na escola, tal riqueza se reduz bastante, porque só faz sentido aprender a escrever se aprendemos a escrever a língua padrão.”.

Surge, então, um choque, para os pequenos que iniciam a sua aventura pelo vasto universo da língua. Aventura, que desde o primeiro momento, talvez se torna frustrante, pois descobrem que tudo se resume a um conjunto de regras que devem seguir. E é estabelecida a noção de certo e errado. Segundo Faraco e Tezza (2008, p. 112), nesse contexto, “[...] errada, é sempre a língua que falamos.”.

Bagno (2011) define a norma padrão como uma instituição social, em decorrência do seu poder simbólico.

A norma-padrão, de fato, está longe de ser uma “variedade”, um “dialeto”, ou uma “língua”, no sentido de um “sistema” fonomorfo sintático que se “realiza” na fala dos indivíduos: ela é, isto sim, uma hipótese (“uma ideia na mente”), uma instituição social e, nessa qualidade, goza de um poder simbólico especial, muito diferente do que se atribui às autênticas variedades linguísticas; ocupa no imaginário coletivo um lugar de destaque; é objeto de um culto e de um cultivo que ninguém dedica jamais aos outros modos de falar. (BAGNO, 2011, p. 368).

Desta forma, a norma padrão funciona como um parâmetro para avaliar todas as demais manifestações orais e escritas da língua, pois irá evidenciar os erros, equívocos, distanciamentos e aproximações do que é considerada a língua ideal.

2.3 CENÁRIO POLÍTICO

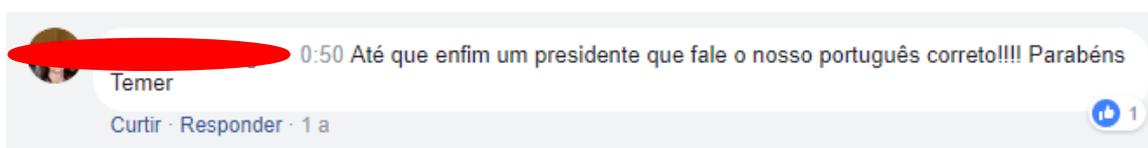
Para compreender a questão sócio-histórica, que atravessa os acontecimentos que resultaram na conjuntura política que levou Michel Temer ao posto de presidente do Brasil, e mais especificamente, o atravessamento das questões linguísticas imbricadas nisso, adotaremos o funcionamento do conceito de historicidade, desenvolvido inicialmente na Análise de Discurso (AD), e também adotado por Guimarães nos pressupostos da teoria da Semântica do Acontecimento.

Para a AD, a historicidade não é tomada em sua ordem cronológica. “Trata-se antes de pensar relações de filiação, de memória (estruturada pelo esquecimento), de discursividade.”. Orlandi 2009, p. 87). Para Orlandi (2009):

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto, mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa e efeito (ORLANDI, 2013, p. 68).

Toda vez que o sujeito fala pensa que é o dono do seu dizer, mas “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua” e isso se denomina interdiscurso, ou seja, existe um já-dito que fundamenta todas as possíveis formas de dizer. Deste modo, “[...] o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Assim, em todo o dizer devem-se considerar a memória (constituição) e a atualidade (formulação). É desse jogo que saem os sentidos.”. ORLANDI, 2013, p. 32, 33).

A partir disso, refletiremos acerca dos sentidos relacionados à historicidade que constituem a discursivização do imaginário do senso comum sobre língua. Tomamos por base o enunciado a seguir:



Ao enunciar “Até que enfim um presidente que fale o nosso português correto!!!” sabemos que os sentidos nos levam a compreender que havia então um presidente anterior que não falava o “português correto”. Essa temporalização “até que enfim” remete aos governos anteriores, de Lula e Dilma, criticados em vários aspectos, inclusive pela questão do uso da língua.

Quando Luís Inácio Lula da Silva assume a cadeira presidencial em 2002, passam-se a discutir na sociedade brasileira uma série de assuntos, dentre eles sociais, políticos, ideológicos e linguísticos. O que significou tocar em estigmas e imaginários constituídos socialmente e materializados no discurso, que supunham quem poderia, ou não, ocupar lugares e funções no espaço sociopolítico. Este acontecimento, conforme observa Bagno (2003),

[...]fez ressurgir, sobretudo na mídia impressa, os velhos alarmes apocalípticos sobre a “ameaça” que representaria para a própria “sobrevivência” da língua a ascensão ao poder de um falante das variedades linguísticas tipicamente estigmatizadas pelos ocupantes das camadas sociais de prestígio. (BAGNO, 2003, p. 12).

No início do seu mandato Lula não foi reconhecido pela elite social letrada como um sujeito a altura do seu cargo político, justamente por fazer uso de uma variedade linguística mais próxima da fala popular, e não discursar de modo culto e empolado em seus pronunciamentos públicos. No entanto, com o passar do tempo, o presidente cativou todas as classes sociais, das mais baixas aos grandes empresários, por meio da sua habilidade de orador, favorecida pela sua capacidade argumentativa adequada a cada situação discursiva.

Quando Michel Temer assume o poder em 2016, por meio do processo de impeachment da então presidenta Dilma Rouseff, chama a atenção de imediato sua forma de falar, seu uso da língua, erudito, culto e formal. De imediato, o imaginário discursivizado pelo senso comum se manifesta, por meio da memória dos mandatos anteriores, de Lula e Dilma, em que a diferença no sentido da língua é fortemente marcada. Conforme Dias (2018).

Durante o período em que Dilma Rousseff ocupou o cargo de presidenta da República, não foram poucas as vezes em que seus discursos foram ridicularizados por não serem considerados versados. Isso sem considerar o Presidente Lula, sempre julgado por ser considerado iletrado ou analfabeto, ao proferir seus discursos. (DIAS, 2018, p.179).

Temer aparece como a representação política idealizada, pois surge como uma figura política que fala “português correto” e de boa aparência e oratória, ou seja, é a legítima representação conservadora do que é língua e política. E como observado no enunciado acima, temos simbolicamente constituído o prestígio pelo bem falar, que legitima os sujeitos em seus espaços sociais.

A partir destes sentidos que constituem o imaginário, percebemos também o atravessamento de um preconceito linguístico, que para Dias (2018, p. 178 e 181) “[...] está na maneira como, hierarquicamente, se valoriza os sujeitos pelo modo como falam.”, e por isso “A língua utilizada pela presidenta Dilma e pelo presidente Lula, alvos de preconceito linguístico, é uma língua capaz de estranhamento, e portanto, capaz de política.”. Nesta conjuntura social em relação aos sentidos de língua que circulam nos espaços sócio-históricos, percebemos a existência de uma elite e uma classe média que não desejam se identificar com o povo.

A representação de Lula como um sujeito analfabeto e iletrado em decorrência de sua pouca escolaridade revela um pensamento carregado de ideologia, em que o sistema de poder da sociedade legitima somente as práticas acadêmicas, escolares e institucionais como espaços de letramento e absorção de conhecimento. Dessa forma, se negam as práticas sociais de linguagem em que a escrita também se inscreve, a citar espaços como mídias, família, igreja e trabalho, pois mesmo após sair da escola, os sujeitos não deixam de estudar, o conhecimento apenas se transfere para outro espaço. Assim, o político se atravessa, pela contradição e pelo conflito refletido no imaginário discursivizado do senso comum, que comemora quando “enfim” o “português correto” volta ao poder.

A partir disso, podemos refletir acerca dos fatores sócio-históricos e do imaginário constituído no senso comum sobre o que legitima um presidente ao seu cargo, lhe qualificando ao poder ou não, com o simples critério de seu uso da língua portuguesa.

3 DIZERES SOBRE A LÍNGUA

Nossa pesquisa se dá a partir de enunciados de internautas (locutores) referentes à língua portuguesa, compreendidos como os dizeres do senso comum sobre a língua. Tradicionalmente as pesquisas no âmbito da linguística voltadas aos discursos sobre a língua se detêm nos discursos de gramáticos, escritores e instituições, e raras vezes se lança um olhar para esta questão a partir da perspectiva do imaginário do senso comum.

Assim, defrontamo-nos com novos movimentos de sentidos, oriundos de direções ainda pouco investigadas – o senso comum. Como já discutido, há nessa esfera um imaginário amplamente disseminado sobre língua, o de que a língua é homogênea, e apenas uma forma pode ser considerada como correta; em relação a isso, Dias (2018) afirma que

No que diz respeito à intolerância linguística produzida entre essa “nova classe trabalhadora” em ascendência e a classe média conservadora é uma disputa no campo da língua, que metaforiza uma disputa política, ética e cognitiva. E podemos dizer que essa divisão se reflete no espaço da língua, há uma língua de “elite” e uma língua do povo. A língua é também, portanto, fator de desigualdade, divisão, poder. (DIAS, 2018, p.172).

E, além disso, estamos mediante o desafio de pensar a enunciação a partir de outro viés, outra materialidade, outro espaço político de funcionamento – o digital. Dias (2018, p.170) empreendeu um estudo na perspectiva da Análise de Discurso Francesa sobre o discurso digital, e no sentido desta nova materialidade, afirma que “[...] o digital produz um novo tipo de relação entre o sujeito e o social, uma nova relação de práticas políticas e discursivas que não são da ordem da banalidade.”. Ou seja, faz-se necessário pensar essas novas relações enunciativas, a partir da teoria adotada neste estudo, a Enunciação.

3.1 COMENTÁRIO DE FACEBOOK: UMA NOVA MATERIALIDADE ENUNCIATIVA

Nosso *corpus* se constitui de comentários em uma página no Facebook. Portanto, é imprescindível que pensemos o comentário enquanto materialidade enunciativa virtual. Com o advento dos suportes comunicacionais e da mídia digital, houve simultaneamente uma diversificação na produção de escrita e leitura, que

perpassaram um processo de intensa mudança, tanto no âmbito formal como de interações, atitudes e intenções.

Deparamo-nos com um novo formato, de escritas sucintas, rápidas, e de um ágil compartilhamento de ideias, em número cada vez maior, superando o processo realizado pelos suportes comunicacionais tradicionais, como rádio, jornal e televisão. Nesse sentido, os textos, flexíveis e adaptáveis aos suportes e as formas de escrita, moldam-se conforme os contextos tecnológicos em que se apresentam para os leitores e os produtores dessas novas realidades de escrita, que se dão principalmente na internet.

Surge assim, um novo espaço de enunciação em que circulam estes dizeres sobre a língua. Não é o espaço tradicional da língua falada e escrita, mas um espaço ainda um tanto desconhecido, em que circula a língua escrita com fortes marcas da oralidade, produzindo sentidos, em temporalidades e perspectivas distintas das que se vinha pensando.

Para fins de melhor compreender a rede social que dá origem ao nosso corpus, é válido uma breve contextualização. O Facebook foi criado em 2004 nos Estados Unidos, e possui diversas funcionalidades que abrangem diferentes práticas sociais, dentre as quais temos a formação de grupos com interesses específicos, marcação, atualização de status, transmissões ao vivo, comentários sobre postagens, convite e confirmação para eventos, as opções curtir e compartilhar conteúdo. Quanto aos comentários Barton e Lee (2015, p. 59) afirmam que “[...] por vezes, [o recurso de comentário] age como um site para mini fóruns de discussão.”

Em um estudo realizado por Bertucci e Nunes (2017), se afirma a importância do comentário, com a tese de que o comentário é o grau mais profundo de interação entre autor, texto e leitor, em uma rede social como o Facebook, em termos de texto escrito.

O comentário é o grau mais importante de envolvimento de um usuário, porque exige, além de uma navegação e leitura atentas, disposição e capacidade de contribuir para a ampliação da publicação. É um outro texto, que revela o percurso construído pelo leitor e que soma outros sentidos ao primeiro. (BERTUCCI e NUNES, 2017, p. 323).

O Facebook apresenta uma possibilidade diversa de comentários, podendo ser eles: longos e complexos, curtos, de aprovação ou reprovação sobre alguma temática em discussão, imagem ou informação pessoal, de posicionamento sobre

temas como política, religião e esporte. Por fim, qualquer assunto de interesse social, positivo ou negativo, é capaz de desencadear uma série de comentários na rede social. E assim, oscilam sempre, imprevisíveis, entre um simples e breve enunciado às longas e fervorosas discussões.

Deste modo, por meio dos comentários a língua, e os dizeres sobre a língua, circulam em um novo espaço enunciativo, e nisto atravessa o funcionamento político e da historicidade que constituem o sujeito, pois conforme Dias (2018)

A língua material é a língua em sua historicidade, naquilo que toca a história do sujeito, a história da sociedade em que vive e a história da própria língua. Em outros termos, significa considerar que a relação do sujeito com qualquer língua é atravessada pela história do sujeito e pela história da língua. (Dias, 2018, p.171).

Os comentários, enquanto enunciados no espaço de enunciação virtual, tocam a história da língua e do sujeito, uma vez que as relações e os funcionamentos se transformam, sentidos circulam e resultam em novas significações. A natureza inerente à enunciação se mantém, transforma-se a materialidade enunciativa.

3.1.1 Um outro espaço enunciativo: tessituras do sujeito virtual

Movimentar-se neste outro espaço enunciativo, o virtual, para fins de pensar esse funcionamento, assemelha-se a andar em um pântano, pois o terreno é imprevisível, e em constante transformação. Com o advento do meio virtual, todas as instâncias da significação enunciativa foram tocadas de certo modo, principalmente o espaço e o sujeito.

Nos preceitos de Benveniste (2006), a enunciação consiste no ato de utilização individual da língua, e implica a presença de um “eu” que fala/enuncia para um “tu”, pois antes da enunciação é língua é apenas uma possibilidade de língua.

A enunciação pode-se definir, em relação à língua, como um processo de apropriação. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor [...]. Desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o outro diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente uma alocação, ela postula um alocutário. (BENVENISTE, 2006, p.84).

Deslocando os conceitos para a realidade virtual, presumir a presença do outro, ou postular um alocutário, já não ocorre nos mesmos moldes. Isto porque o sujeito neste espaço de enunciação perde o controle do seu dizer, uma vez que enuncia no ambiente virtual, a exemplo o Facebook, e não há a certeza de que este enunciado cumpriu com o seu propósito, alcançando o “tu” almejado. Bem como, nestes parâmetros, tem-se um “eu” que fala para vários “tus”, ou talvez, nenhum, e nem sempre com o conhecimento de quem são os “tus”.

O espaço de enunciação é um conceito teórico, no campo da Semântica do Acontecimento, pensado por Guimarães, que afirma que

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. (GUIMARÃES, 2002, p. 18).

A partir desta definição podemos repensar o direito de dizer e os modos de dizer neste novo espaço de enunciação. Antes da ascensão da Internet, mais especificamente, das redes sociais, o direito de dizer do sujeito estava condicionado a determinados limites, pois nem todo mundo possuía o direito de dizer o que bem entendesse e quando quisesse, sobre o assunto que fosse, e mais, com a possibilidade de atingir um grande público. Com o direito de dizer condicionado, os modos de dizer também se tornavam específicos, pois em espaços informais de comunicação a liberdade não apresentava fronteiras, mas no momento em que ao sujeito era dado, por exemplo, um espaço em uma das mídias tradicionais, seu dizer necessitava atentar-se ao modo.

O espaço virtual mudou radicalmente esta realidade, modificando a produção de sentidos, e o funcionamento político na enunciação. Uma vez que lançado na rede virtual, o enunciado não possibilita controle sobre si, pois por mais que possa ser deletado, os recursos disponíveis para este meio permitem que seja presentificado em uma circulação não prevista pelo locutor, por exemplo, por meio da ferramenta de compartilhar no Facebook, e da captura de tela (PrtSc).

Assim, enunciar no meio virtual é não ter controle sobre as reescrituras do enunciado. A língua se transforma, o sujeito, a temporalidade e o movimento de sentidos, uma vez que o espaço enunciativo virtual é tênue, de fronteiras porosas, sendo um desafio demarcar os seus limites (se é que é possível). O “eu” enuncia

aqui e agora para um “tu” imaginário, mas alcança alguns “tus” que se incomodam com os sentidos produzidos, e assim se instaura o conflito no espaço virtual.

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade de língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge um ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno. (BENVENISTE, 2006, p.84).

Esta “outra enunciação de retorno” é condicionada à imprevisibilidade, em decorrência da tessitura que constitui o sujeito virtual neste novo espaço enunciativo. A citar, o pronunciamento de Michel Temer no exterior transmitido ao vivo pela fanpage do Palácio do Planalto, que enunciava o cumprimento da agenda presidencial no exterior, em seu primeiro evento de grande relevância; no entanto, os sujeitos locutores dos comentários detiveram sua atenção ao português falado por Temer, e assim desencadeou-se a discussão que resultou em nosso corpus. Ou seja, o objetivo da assessoria de comunicação presidencial gerou uma resposta por parte dos alocutários que não estava prevista, mas que foi viabilizada pelas possibilidades enunciativas do espaço virtual.

Um detalhe fundamental na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, pois conforme Guimarães (2018, p.24) “[...] não se é falante das línguas deste espaço da mesma maneira. O espaço de enunciação é, então, um espaço político do funcionamento das línguas.”.

Com isso, compreendemos que os espaços de enunciação de funcionamento da língua no ambiente virtual são atravessados pelo político que configura este funcionamento. Nestes espaços ocorre uma disputa de sentidos, significada não necessariamente por uma política de conflito, mas inerente às razões das escolhas linguísticas dos sujeitos.

Benveniste (2006), em sua obra Problemas de Linguística Geral II, afirma que há muitos planos enunciativos ainda por serem estudados, certamente ele não se referia ainda ao plano virtual no momento em que compunha seus estudos.

Muitos outros desdobramentos deveriam ser estudados no contexto da enunciação. [...] Seria preciso também distinguir a enunciação falada da enunciação escrita. Esta se situa em dois planos: o que se escreve se

enuncia ao escrever e, no interior de sua escrita, ele faz os indivíduos se enunciarem. (BENVENISTE, 2006, p.90).

Posterior, ao aprimorar a teoria enunciativa preconizada por Benveniste, Guimarães pensa outras perspectivas, como a Semântica do Acontecimento, por meio da qual propõe distintos conceitos como modo de pensar o funcionamento político na enunciação, seja por meio da designação, reescrituração, espaço de enunciação. Especificamente, quanto ao espaço de enunciação, Guimarães (2018, p.28) afirma que “Na medida em que o espaço de enunciação é o espaço da prática linguística, ele está aberto a permanentes mudanças.”. E é um viés dessa mudança que estamos tratando aqui, o espaço virtual de enunciação, com seus desafios e tessituras inerentes ao sujeito que opta por movimentar-se nesse ambiente.

Há muito para se pensar ainda em relação ao sujeito virtual nesse novo espaço de enunciação, nesta pesquisa o tempo limitado não nos permite desenvolver os conceitos com mais rigor teórico, mas permanece como um desafio para futuros trabalhos. De momento, tratamos o sujeito virtual como aquele que não detém o controle sobre o seu dizer, sobre as reescrituras daquilo que enuncia, em decorrência dos limites porosos e das fronteiras sempre desconhecidas desse novo espaço de enunciação.

3.2 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

A perspectiva teórico-metodológica adotada nesta pesquisa consiste na Teoria da Enunciação, mais especificamente, nos estudos de Guimarães (2005) em que, fundamentado na Linguística da Enunciação, cria a Semântica do Acontecimento. Para fins de melhor compreender a teoria do autor, refletiremos brevemente acerca das propostas de linguistas que definiram a enunciação, e a partir disso estudar a questão do sentido no acontecimento da enunciação.

Ao realizar um estudo enunciativo, percebemos que Guimarães (2005) elabora a sua proposta teórica, a Semântica do Acontecimento, a partir de Benveniste e Ducrot. Estes dois autores fundamentam as suas teorias no modelo estruturalista saussureano, divergindo na questão da enunciação e do sentido, que não foi pensada por Saussure, e se aproximando à teoria de Guimarães.

A enunciação ocorre, para Benveniste (1976, p. 82), no momento em que o locutor faz a língua funcionar, pois “[...] a relação do locutor com a língua determina

os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação.”. É neste contexto que se produzem os enunciados, em uma relação mútua entre a enunciação e o locutor, considerando que um não existe sem o outro.

Ducrot (2001), por sua vez, parte dos pressupostos de Benveniste, porém pensa a enunciação como um ato de linguagem que ocorre no momento em que se fala, em outras palavras, compreende a enunciação como acontecimento, que está situado em um espaço e tempo. Deste modo, a presença do sujeito por meio do enunciado em um espaço e tempo determinados é que resultará no sentido.

Assim, o enunciado passa a ser considerado como uma unidade discursiva, pois se pensa uma relação de historicidade no interior do conceito de enunciação, o que lhe agregará um caráter social. Assim, o fator sócio-histórico refletirá suas marcas no interior do enunciado, e este consiste na relação entre o sujeito e a palavra. Deste modo, o sentido de um enunciado passa a ser compreendido como um conjunto de formações imaginárias, formado pelo sujeito, o seu interlocutor e o tema tratado na relação de diálogo.

De acordo com Benveniste (1989) o movimento integrado de uma unidade linguística não permite passar do limite do enunciado. Guimarães (2002) não concorda, afirmando que há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento, e que este não é segmental.

Antes de prosseguirmos na reflexão sobre a Semântica do Acontecimento, é importante destacarmos alguns aspectos referentes aos estudos da Teoria da Enunciação, pois frequentemente aparecem descritos como conceitos de teorias da enunciação e linguística da enunciação. Neste sentido, Flores e Teixeira (2005), explicam essa relação

Em suma, falamos em teorias da enunciação (no plural) e em linguística da enunciação (no singular) para salientar o fato de que se, por um lado, existe uma diversidade que permite considerarmos mais de uma teoria da enunciação, por outro, verificamos que há traços comuns a todas as perspectivas. Em outras palavras, acreditamos na unicidade referencial da expressão linguística da enunciação. No entanto, isso não deve levar a crer que procedemos a uma planificação das teorias com a finalidade de alcançar o objetivo de unificá-las em um campo de saber. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 8).

Assim, compreendemos que as teorias da enunciação se constituem a partir do reconhecimento de que existem distintas teorias que a estudam. Já a linguística da enunciação se constitui por possuir traços comuns em todas as perspectivas enunciativas. Conforme Flores e Teixeira (2005), os estudos linguísticos no campo da enunciação são oriundos essencialmente da perspectiva benvenistiana, que pensa o discurso a partir do modelo de Saussure e reformula os conceitos no plano da língua, considerando a fala, ou seja, pensando a subjetividade. Posteriormente, fundamentado em um conceito estruturalista semelhante a Benveniste, mas com modo diferente de compreender a enunciação, surgem os estudos de Oswald Ducrot, também na França. Deste modo, nosso intuito é apresentar brevemente um traçado sobre a perspectiva das duas linhas de pensar a enunciação.

3.2.1 Enunciação em Benveniste

Em um primeiro momento observamos uma relação de continuidade entre a teoria saussureana e os preceitos pensados por Benveniste sobre a enunciação. Na realidade, Benveniste lança um olhar diferenciado sobre a linguagem, e estrutura os estudos da língua enquanto sistema, para o uso da língua, o que o autor explica nos textos clássicos de Problemas de Linguística Geral I e Problemas de linguística geral II. Benveniste (1989) apresenta uma revolução aos estudos da linguística moderna, pois distingue a língua do seu uso, e passa a pensá-la no plano da fala

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido. (BENVENISTE, 1989, p. 82).

Benveniste (1989), ao repensar o conceito de língua traçado por Saussure, inclui em seus postulados o conceito de sentido juntamente com a noção de forma. Estes conceitos significam, primeiro, o uso que o homem faz do sistema no momento em que produz um discurso; e o conceito de forma consiste na análise da língua como sistema.

Benveniste (2006) também discorre sobre o nível semiótico da língua, afirmando que este está relacionado ao sistema de signos em que a significação se constitui pelo elo destes signos uns com os outros, por meio de distinção. Já a forma

semântica da língua está relacionada ao ato do locutor e incide sobre a construção da referência no agenciamento do sintagma.

Assim, no nível, semiótico, a forma corresponde ao significante, compreendido como aspecto formal do signo, e faz alusão à função da língua de significar. E o sentido está ligado às relações paradigmáticas, e consiste nas relações de oposições com os demais signos da língua, ou seja, tem como objetivo estabelecer atos comunicativos por meio da ação. Barbisan (2005, p. 27) afirma que “A semiótica e semântica têm métodos distintos de análise, mas não se opõem, ao contrário se complementam.”, e explica que

A forma é a língua como semiótica, com função de significar, a frase, como semântica, com função de comunicar pela linguagem em ação, na mediação entre homem e homem e homem e mundo, em seu papel de transmissora de informação, de comunicadora de experiência, organizando a vida dos homens. (BARBISAN, 2005, p. 27).

Em relação a estes níveis opostos de significação, Flores e Teixeira, (2005) destacam a ideia de que a linguagem possui um aspecto intersubjetivo

O primeiro eixo é o da (inter) subjetividade na linguagem. A perspectiva semântica desenvolvida por Benveniste está relativamente sintetizada em um texto, “A semiologia da língua”, que estabelece oposição entre dois níveis de significação: o semiótico e o semântico. Na tentativa de responder a pergunta “o que é a significação?” no estudo da língua. Assim, vincula-se à ideia de língua como sistema de signos, em uma remissão clara a Saussure, definindo o signo como unidade semiótica. Em outras palavras, ele é necessariamente um elemento de dupla relação cuja unidade é submetida a uma ordem semiótica. Unidade porque decomponível de todo que é a linguagem e submetida porque limitada à ordem da significação. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 31).

Ao pensar uma relação de subjetividade na língua, Benveniste (1989) vai além do sistema de signos, pois nesta perspectiva o papel do sujeito é imprescindível. A intersubjetividade se explica, por exemplo, pelo fato de que os falantes de uma comunidade estão mergulhados na língua e conforme Flores e Teixeira (2005, p. 34) é pela intersubjetividade que é possível estudar a subjetividade, porque “A intersubjetividade é a condição da subjetividade, assim como a linguagem é a condição da língua.”, e assim, por meio dessa relação é que se pode pensar o sujeito na língua. Micheletti (2008, p. 31) concorda que “O discurso está sempre atravessado pela subjetividade; não há discurso neutro, todo discurso

produz sentidos que expressam as posições sociais, culturais, ideológicas dos sujeitos da linguagem,”.

Benveniste (1989) afirma que o sujeito se constitui pela presença do outro, e com isso consolida o intersubjetivo

Para poder compreender o que, em Benveniste, significa a categoria de sujeito, é necessário remetermos ao conceito fundamental da teoria deste autor: a enunciação. Isto se deve a que, para ele, o sujeito não é o indivíduo que enuncia em si, senão que tem uma existência própria na enunciação. Por isso, em Benveniste, não subjaz uma concepção idealista de sujeito porque a sua teoria da enunciação não fala do sujeito em si, mas da representação linguística que a enunciação oferece dele. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p. 35).

A partir disso, Benveniste (1989, p. 82) apresenta uma definição do que compreende por enunciação, que consiste em “[...] colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.”. Com isso, podemos distinguir, concomitantemente, a enunciação do discurso, considerando que enunciação consiste no ato, e discurso no produto resultante desse ato. Ou seja, é o movimento do sujeito, por meio da apropriação do aparelho formal da enunciação, que transforma a língua em discurso. Em outras palavras, é impossível haver enunciação sem que o sujeito se aproprie da língua, e conseqüentemente não haverá discurso. Nesse sentido, “A enunciação é como instância de mediação, que assegura a discursivização da língua.”. (Fiorin, 2006, p. 75).

O processo de discursivização da língua (Benveniste 2006) consiste em uma referência interna em que se encontram as marcas de pessoa (eu, tu), de ostensão (aqui, este), de tempo e de espaço, e o *eu* se constitui como o centro da enunciação. Lembrando que no enunciado também existe a não-pessoa, ou seja, o *e/e*, que simboliza qualquer coisa de que se fala em um discurso (Benveniste, 2006). A realidade do discurso se dá quando *eu* se refere a *tu*, o *eu* representa o presente do discurso, pois quando o *eu* enuncia aciona um alocutário, introduzindo um *tu*.

Benveniste (1989) atribui um papel fundamental ao sujeito, porque, como já referido, é quem transforma a língua, enquanto forma abstrata, em discurso, semantizando as palavras e com isso definindo as posições de locutor e alocutário. Assim, enunciar é um movimento de transformar a língua individualmente.

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em

sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (BENVENISTE, 1989, p. 84).

Desta forma, quando falamos, por meio do emprego da língua, estabelecemos relações com o mundo, que são mediadas pelo sujeito, e, portanto, não são naturais. É nesse processo que se produzem os sentidos, pois como destacam Flores e Teixeira (2005), os novos sentidos se formam quando a língua é colocada em funcionamento e se estabelecem as relações entre o locutor, o referente (objeto que constitui a enunciação), e a enunciação em si.

3.2.2 Enunciação em Ducrot

Os estudos de Ducrot, na linha Benvenistiana, consideraram desde o início a enunciação na língua, bem como, introduziram o conceito de Polifonia nos estudos sobre enunciação no Brasil. Conforme Guimarães (1998):

A posição de Ducrot se desenvolve numa direção que leva a se passar de um conceito pragmático de enunciação (a enunciação como o ato de o locutor dizer algo para o ouvinte), para um conceito de enunciação como acontecimento (a enunciação como o acontecimento histórico do aparecimento do enunciado). Esta passagem se faz para se poder, nos termos da semântica argumentativa, escapar da unicidade e onipotência do sujeito psicológico, pragmático. (GUIMARÃES, 1998, p. 112).

Deste modo, uma das características da linguística pensada por Ducrot é o seu claro posicionamento estruturalista, que se destaca desde o início, pela recusa da inclusão do psicológico em seu objeto. Pontuando que é a recusa apenas do psicológico, e não do sujeito, “[...] porque o estruturalismo ducrotiano busca insistentemente a problemática do sujeito pela inclusão, na língua, da enunciação.” (Guimarães, 1998, p. 112). assim, o autor não considera o sujeito enquanto mente constituída que fala, mas o considera como linguagem.

Ducrot (2001) acredita que a língua não consiste apenas em um sistema de signos, mas que é um sistema que instrui o comportamento linguístico, e possibilita que o locutor e os interlocutores desenvolvam e especifiquem suas relações com o uso da língua. Desta forma, o autor compreende que o comportamento linguístico é ao mesmo tempo um comportamento social.

Una lingüística de la enunciación postula que muchas formas gramaticales, muchas palabras de léxico, giros y construcciones tienen la característica constante de que, al hacer uso de ellos, se instaura, o se contribuye a instaurar relaciones específicas entre los interlocutores. La lengua puede seguir considerándose como un código en la medida en que este último sea visto como un repertorio de comportamientos sociales (así como se habla de un código de la cortesía) y no ya como aquel que sirve para enseñar contenidos de pensamiento. (DUCROT, 2001, p. 134)³.

Ducrot (2001, p.34) define o enunciado como a unidade essencial do discurso, “uma série linguística produzida por um locutor”, e esta produção implica que o locutor no momento em que enuncia “se apresenta como assumindo a responsabilidade da mesma”. Deste modo, “O enunciado constitui uma série linguística efetivamente realizada, um fato histórico, uma ocorrência particular de entidades linguísticas.”, conforme Ducrot (2001, p. 35).

Outra distinção fundamental para compreender os estudos de enunciação de Ducrot é a de enunciação e frase. A frase, segundo Ducrot (2001) não equivale à prática viva e real da língua, mas se constitui como uma criação virtual. Na visão saussuriana um signo só se define a partir da sua relação com os outros signos, já na perspectiva de Ducrot, o signo é a frase, isto é, conforme Barbisan (2005, p. 29) “A estrutura abstrata, criada pelo linguista, e seu significado é constituído pelas possibilidades de relação semântica que ela apresenta com outras frases.”. É no enunciado que se produzirá a relação entre frases, e o enunciado é compreendido como um segmento do discurso.

Deste modo, discurso e enunciado acontecem em um tempo e um espaço, com um produtor, e ouvinte/s. Se consolidando como “[...] fato empírico, observável e que não se repete.” (Barbisan, 2005, p.29). No viés semanticista, o valor semântico da frase é a significação, e o do enunciado é o sentido. A significação não existe antes, ou fora, do uso, mas apresenta indícios do que é necessário procurar no contexto linguístico para encontrar o sentido do enunciado.

Para Ducrot (2001), o conceito de enunciação é puramente semântico, e o denomina como acontecimento, ou seja, fato responsável pelo aparecimento de um enunciado em um tempo e espaço determinados. Assim, considera o sentido como

³ Uma lingüística da enunciação postula que muitas formas gramaticais, muitas palavras do léxico, giros e construções tem a característica constante de que, ao fazer uso deles, se instaura, ou se contribui a instaurar relações específicas entre os interlocutores. A língua pode seguir considerando-se como um código na medida em que este último seja visto como um repertório de comportamentos sociais (assim como se fala de um código da cortesía) e não já como aquele que serve para ensinar conteúdos de pensamento.

uma representação, descrição, uma imagem do acontecimento histórico expresso na enunciação. Deste modo, Barbisan (2005) pontua que o enunciador supõe certas obrigações ao destinatário, isso em decorrência do fato de que a enunciação adquire determinados poderes. Por exemplo, quando o pastor/enunciador diz “declaro-vos marido e mulher”, eleva o destinatário a um novo status, de casado, sendo esta uma consequência da enunciação.

3.2.3 Semântica do Acontecimento

A partir dos pressupostos de Benveniste e Ducrot apresentados anteriormente, Guimarães (2005) elabora a sua perspectiva teórica, que denomina teoria da Semântica do Acontecimento. Como o autor mesmo afirma, esta teoria “constitui uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem se deve localizar no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (Guimarães, 2005, p. 7). Assim, temos uma semântica linguística com foco na observação do sentido presente no enunciado, pois para o autor, o sentido não é apenas uma relação entre a expressão e o real, e sim, são as relações das formas que significam no enunciado. Deste modo, somente podemos compreender o significado de uma forma quando consideramos o seu funcionamento como inerente ao sentido do enunciado.

Saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado. Mas para mim, considerar o processo no qual uma forma constitui o sentido de um enunciado é considerar em que medida esta forma funciona num enunciado, enquanto enunciado de um texto. Ou seja, não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto (GUIMARÃES, 2005, p.7).

A teoria busca, nesse sentido, compreender o que dizem os enunciados, e além disso compreender o funcionamento dos enunciados no interior de um texto. Assim, Semântica do Acontecimento e enunciação são constitutivos, e Guimarães ao elaborar a sua teoria, retoma os estudos de Benveniste (1989) e de Ducrot (2001). Relembrando que para Benveniste a enunciação é colocar a língua em funcionamento, ele inclui o sujeito como fundamental na constituição dos sentidos nos enunciados. Já Ducrot, compreende a enunciação como o ato em que o enunciado aparece, e para tal considera também as condições sociais e históricas.

O aspecto teórico em que Guimarães (2005) se distancia de Benveniste e Ducrot é na questão do sujeito, pois para o autor, Benveniste (1989) se limita ao sujeito da enunciação, ou seja, na função do locutor, centrando-se nele. Já Ducrot (2001), considera que a enunciação não é apenas o acontecimento onde surge o enunciado, mas é o espaço em que o sujeito se insere em uma posição histórica. Assim, o ponto principal de distinção teórica é que para Guimarães (2005) o sujeito não é responsável pelo que enuncia, por aquilo que diz.

Em síntese, a Semântica do Acontecimento consiste em compreender os textos como acontecimentos enunciativos, que ocorrem em espaço e tempo próprios. Assim, entende-se que toda e qualquer enunciação se trata de um acontecimento único, que possui um enunciador, um destinatário, um tempo e lugar só seus. Dessa forma, por mais que um ato enunciativo se repita no mesmo local, com os mesmos interlocutores e o mesmo discurso, não será o mesmo, pois o tempo já será outro, como afirma Guimarães (2005, p. 12), que “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivibilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação”.

Para Guimarães (1987, p. 17) “A enunciação é tomada como um acontecimento histórico, ou seja, não no sentido da história cronológica, onde os fatos significam um acontecimento social determinado apenas no tempo, sendo, desse modo, um fato sempre único e irrepetível.”. Do contrário, é compreendida em um sentido em que a história é constitutiva do presente de uma enunciação, e com isso a sua significação é determinada pelas condições sociais de existência. Por isso, a temporalidade é constituída no acontecimento da enunciação.

Partindo dessa particularidade do acontecimento enunciativo, e do seu funcionamento na linguagem, Tatsch (2013), explica como os sentidos são produzidos no entorno do acontecimento enunciativo.

A língua está em constante movimento nesse espaço enunciativo, constituindo, mantendo e atualizando sentidos. Por isso o acontecimento faz surgir o novo, produzindo sentidos pelo funcionamento da língua. Funcionamento esse orientado por uma memória de dizeres sociais, a partir dos quais a língua passa a significar. Nessa perspectiva, o acontecimento enunciativo é permeado por determinações de sentido. (TATSCH, 2013, p. 211).

A Semântica do Acontecimento, que é a base deste estudo, assegura que a análise do sentido da linguagem deve estar inserido no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer. Dessa forma, se acredita que o sentido da palavra não se reduz a um conceito, e também não é fixo. O sentido se constitui em cada enunciado, sempre em relação ao acontecimento em que funciona.

Sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento, o acontecimento é descrito como “[...] diferença na sua própria ordem.”, (Guimarães, 2002, p. 12). E esta diferença na enunciação se dá a partir da temporalização: o acontecimento constitui uma temporalidade que não é cronológica, e sim simbólica. O acontecimento enunciativo está inscrito no interdiscurso, ou seja, na memória ideológica de sentidos, e assim instaura seu presente por meio da rememoração de um passado de enunciações, com o qual projeta um futuro de possíveis interpretações.

Conforme Guimarães (2002, p. 16), este movimento é político, e se caracteriza na enunciação “[...] pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos.”.

Guimarães (2005), afirma que para que se tenha um acontecimento é preciso destacar dois elementos que são imprescindíveis para sua realização: a língua e o sujeito na constituição histórica do sentido. Além destes elementos, pode-se considerar também a temporalidade dos acontecimentos, que é um fator relevante para definir o sentido das formas e expressões e sugerir novos gestos de leitura e novas interpretações. Ressaltando que para que tenhamos um funcionamento discursivo, é fundamental que haja uma materialidade histórica do real, lendo em consideração o sujeito físico, que produz as enunciações, bem como, um sujeito que enuncia “[...] afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.”.

Assim, de acordo com Guimarães (2005), o acontecimento instaura a sua própria temporalidade, e o sujeito do dizer não deve ser tomado como origem do tempo, mas pela temporalidade ao dizer. Deste modo, o próprio acontecimento é responsável pela temporalização, e não o sujeito. Guimarães (2005) explica o funcionamento da temporalidade.

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação de pessoas e de fatos anteriores. O passado é, no

acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

A temporalidade é a representação de um presente que carrega em si uma latência de futuro, sem a qual não existe acontecimento de linguagem e nada é significado. A futuridade é essencial para essa projeção, e para que haja interpretação. O acontecimento só significa porque traz em si mesmo a projeção de um futuro. A partir desde presente e futuro, inerentes ao acontecimento, podemos afirmar que há um passado que permite que signifiquem, e que representa algo memorável. Apenas há sentido e significado próprios do acontecimento em virtude da latência de futuro, pois a enunciação recorta um passado como sendo memorável, um acontecimento marcante, que neste estudo refere-se ao imaginário constituído no senso comum sobre a língua, fruto de inúmeros acontecimentos precedentes.

Na Semântica do Acontecimento de Guimarães, há as categorias analíticas, responsáveis por caracterizar os funcionamentos semânticos da linguagem. Uma delas é a categoria de Designação que segundo Guimarães (2005) é “[...] a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome, [...] não é algo abstrato, mas linguístico e histórico.”. Assim, entende-se que a designação apenas cumpre com o seu papel quando toma para si o linguístico remetido ao real, ou seja, a sua significação na história.

De outro modo, é por meio da designação que as palavras significam, e faz-se necessário entender que não há um sentido universal para uma palavra, pois este se constitui sempre como único em cada novo enunciado que acontece. Desse modo, a mesma expressão pode remeter às mais diversas relações semânticas, a partir do texto em que está inserida. Guimarães (2005) explica que é um processo que consiste em atribuir um nome a algo que já possui um nome, dito de outra forma, é renomear, e conseqüentemente alterar o sentido. A partir disso, é preciso ressaltar que a designação remete ao significado de um nome sempre em relação à historicidade que é produzida.

3.2.4 O funcionamento da reescrituração

Como o intuito desta pesquisa é estudar o imaginário na perspectiva de como o senso comum enuncia sobre a língua e compreender os processos de constituição de sentidos que compõe este imaginário, consideramos ser adequado operarmos com reescrituração como movimento de redizer a palavra, um dos procedimentos analíticos da Semântica do Acontecimento. Assim, será possível recuperar os sentidos atribuídos ao português falado por Michel Temer e enunciados pelos sujeitos internautas.

Partindo da afirmação de Guimarães (2002, p. 7) de que “Não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto.”, estamos dizendo que um enunciado significa no texto, e portanto, o texto é compreendido como acontecimento enunciativo. Deste modo, uma mesma palavra pode significar coisas diferentes, em cada acontecimento, pois no funcionamento de um texto sempre há algo que é reescriturado, re-dito, re-significado, ou seja, que é retomado no texto. Com isso, mobilizamos as duas designações de maior recorrência nos enunciados, “Português Correto” e “Presidente Alfabetizado” e as definimos como os dois grandes eixos de sentido, e analisamos como essas designações se reescrevem, produzindo novos sentidos.

Para Guimarães (2002) a reescrituração é um processo de deriva de sentidos da textualidade, e destaca que não há texto em que não haja esse movimento de deriva de sentidos, o que equivale dizer que a reescrituração é inerente a toda materialidade textual. Assim, é imprescindível compreender como um nome se relaciona com outros nomes por meio da textualidade “[...] funcionando sob a aparência da substituíbilidade.”, (Guimarães, 2002, p. 27). O autor define a reescrituração como o procedimento de análise que consiste em identificar o processo de redizer aquilo que já foi dito, e atenta para a delimitação do conceito de textualidade.

Procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse, etc, são procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade. O que pretendo dizer é que as questões tomadas como procedimentos de textualidade são procedimentos de *reescritura*. Ou seja, são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim a textualidade e o sentido das expressões se constituem pelo texto

por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia. (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

Deste modo, a textualidade pode ser descrita como aquela que atribui a um conjunto de enunciados a condição de texto, e se constitui como resultado instantâneo de deriva de sentidos, e esta deriva se dá pela semelhança, igualdade ou recorrência das palavras no texto. Guimarães (2002, p. 28) afirma que “o procedimento de reescritura no texto faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si. E analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicacões por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação”. Com isso, os sentidos são produzidos pela constituição de discursos, do senso comum, sobre o português falado pelo presidente Michel Temer.

Uma das possibilidades de movimento analítico por reescrituração é pelo mecanismo semântico da sinonímia, ou seja, que dizem o mesmo de outro modo por meio de sinônimos, e a irrepitibilidade se constitui pela sua inscrição em tempo e espaços distintos, que é em síntese o sentido da enunciação. No caso do nosso corpus, a irrepitibilidade ocorre pelos fatores citados e porque não é o mesmo sujeito a enunciar, e com isso temos o atravessamento de uma condição histórica.

Dito de outro modo, a reescrituração é um movimento analítico de localização dentro de um texto, de palavras que dizem o mesmo, mas de outra maneira, ou seja, é repetir no texto. Assim, nosso procedimento analítico se constitui pela localização das formas nominais⁴ que se reescrevem diversas vezes nos enunciados dos sujeitos que compõem o corpus.

Com isso, percebemos que a reescrituração é um procedimento analítico textual de funcionamento semântico, em que a língua se reescreve, e o que ela significa se localiza no plano semântico, do sentido, e não no linguístico. Para tanto, não nos interessa a categorização gramatical e linguística, mas apenas compreender os sentidos dessas reescrituras.

Para Guimarães (2002, p. 28) é o texto que constitui o sentido e a textualidade das expressões, pela “reescritura infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia”. Assim,

⁴ Esta categorização é dada por Luiz Francisco Dias (1996), em sua obra “Os sentidos do idioma nacional”.

A reescrituração é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre, E ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável. (GUIMARÃES, 2005, p. 28).

Em síntese, conforme exposto, o movimento analítico de reescrituração no texto possibilita que uma expressão ou enunciado seja interpretado de um modo distinto de si mesmo. Após a delimitação do nosso corpus e de uma observação minuciosa optamos por adotar a reescrituração em nosso processo de análise e compreensão dos sentidos.

3.3 DESCRIÇÃO DO CORPUS

Com a ascensão da internet as formas de comunicação entre os sujeitos foram transformadas a uma velocidade enorme, especialmente a partir do momento em que se criaram as redes sociais, que propiciam uma interação individual e coletiva por meio de comunidades virtuais. Os sites que hospedam essas comunidades, como a rede social Facebook, criada em 2004 por Mark Zuckerberg e Eduardo Saverin, permitem a disseminação das conversações em rede.

Nesse sentido, Recuero (2012, p.01) afirma que o processo do desenvolvimento da comunicação e conversação em rede consolida “práticas coletivas, em que a conversação é acessível a diferentes grupos, interconectados dentro de uma mesma rede, cuja infraestrutura está proporcionada pelos sites de rede social”. Isso significa que “É preciso pensar como a conversação em rede está alterando o modo como nos comunicamos, o que dizemos, o que fazemos e o que pensamos.”. (p.01).

Uma das possibilidades do Facebook é a criação de Páginas, chamadas de Fanpages, com finalidades específicas, como divulgação de marcas, negócios, causas e movimentos sociais, figuras públicas, interesses e instituições particulares e públicas. O corpus deste estudo se encontra em uma Página, a Fanpage Oficial do Palácio do Planalto, que é um dos meios de divulgação das notícias do Governo Federal brasileiro, por meio de sua assessoria de imprensa. Esta página é curtida por sujeitos das mais diversas regiões do país, por um público heterogêneo, composto de distintas classes sociais e escolarização, conforme foi constatado ao visitar alguns perfis, de forma aleatória, dos seguidores.

A Página divulga as informações em forma de texto, fotos e vídeos, tanto editados como transmissões ao vivo. O objeto que originou o nosso corpus, é um vídeo transmitido ao vivo na Fanpage, e consiste no primeiro pronunciamento do presidente Michel Temer no exterior, desde o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Temer discursou em Xangai, na China, durante o encerramento de um Seminário Empresarial de Alto Nível chinês, no dia 02 de setembro de 2016, ocasião em que empresários chineses discutiam a possibilidade de investir mais de 10 bilhões no Brasil durante os próximos anos. A viagem presidencial teve como foco principal a participação no encontro do G20 – que consiste no grupo dos maiores economistas do país.

O pronunciamento do presidente, no dia 02, foi transmitido em tempo real pela página do Palácio do Planalto⁵ no Facebook, e imediatamente gerou inúmeros comentários dos internautas, que se manifestavam por meio da opção “comentar”, permitida pela rede social. O discurso de Temer durou cerca de 08min04s, e gerou, ao todo, aproximadamente 19.900 comentários dos internautas, e destes comentários um número significativo⁶ em torno de um terço, expressam as suas opiniões sobre a língua portuguesa falada pelo presidente, referida incessantemente por “português correto”, “português fluente”, “discurso de nível”, “português perfeito”, “nossa língua materna”, “alfabetizado”, dentre diversas outras ocorrências.

Ao acompanhar em tempo real a transmissão ao vivo, estes comentários relacionados ao português de Temer chamaram a atenção de imediato, produzindo um olhar analítico e reflexivo sobre o discurso do senso comum sobre a língua, o que em torno de um mês depois viria a se tornar projeto desta pesquisa de mestrado. Após aprovação no processo seletivo, e conversa com a orientadora com fins de estabelecer os devidos parâmetros para a concretização da pesquisa, foi iniciada a leitura minuciosa dos comentários, com atenção aos enunciados relacionados à língua falada pelo presidente. Posterior a isso foram definidos os critérios teórico-metodológicos de recorte e constituição do corpus final de análise, descritos no próximo capítulo.

⁵ Página Oficial do Palácio do Planalto, no Facebook: <https://www.facebook.com/palaciadoplanalto/videos/755889881215547/>.

⁶ Não foi realizada a contagem exata em decorrência do tempo para o desenvolvimento da pesquisa, apenas realizou-se a leitura dos comentários.

Deste modo, com o corpus delimitado e categorizado, defrontamo-nos com maior facilidade para proceder com o processo de estudo e análise. A imagem a seguir é um *print screen*⁷ da página de Facebook do Palácio do Planalto que apresenta o vídeo com uma breve descrição inicial e a data.

Imagem 1 -

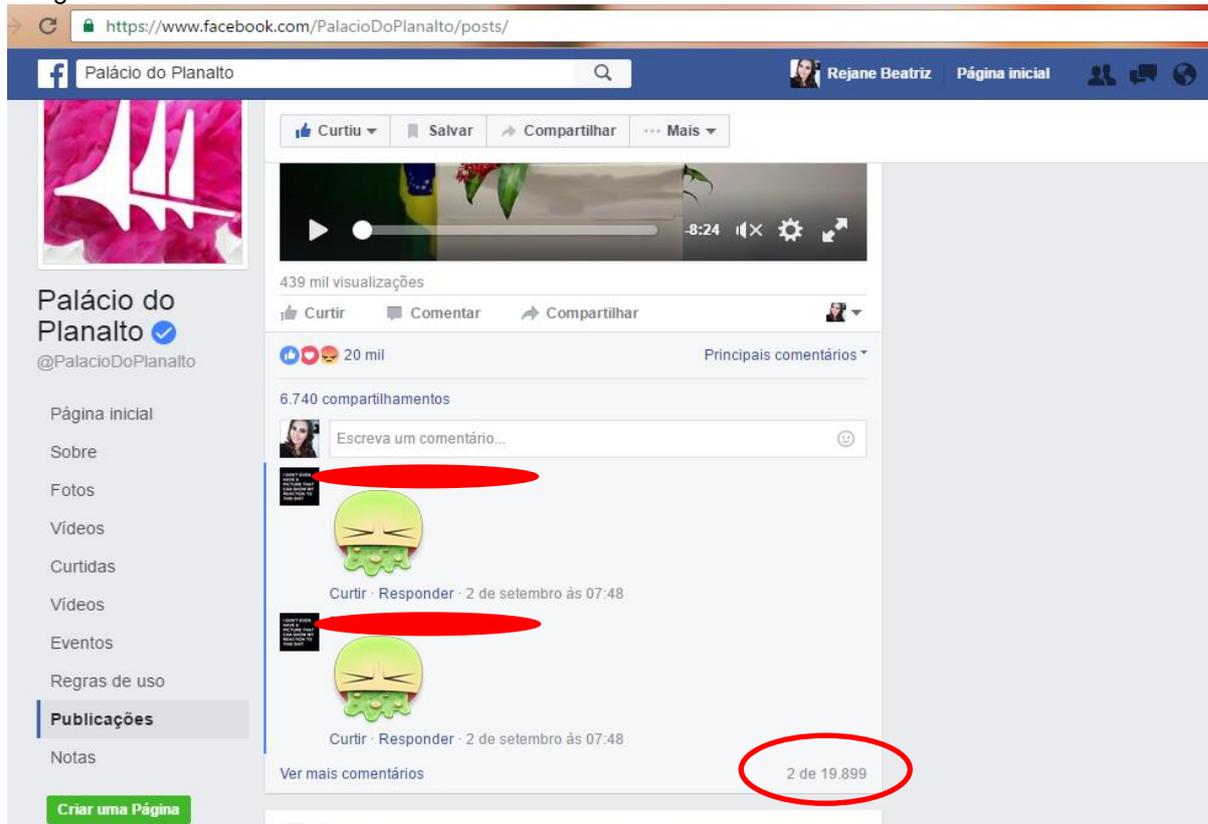


Fonte: Autora

Na imagem podemos observar os dados da interação dos sujeitos internautas com o vídeo. São 19.899 comentários, 6.740 compartilhamentos, 20 mil reações pela ferramenta curtir, e 439 mil visualizações. Estes dados classificam a postagem com uma interação acima da média, em comparação com as demais publicações da Página.

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/palaciодоplanalto/videos/755889881215547/>

Imagem 2 -



Fonte: Autora

Isto evidencia o quanto o Facebook por meio da ferramenta de criação de Fanpages auxilia as instituições públicas ou privadas na difusão de seus conteúdos. Com um cenário multifacetado em que a sociedade se encontra hoje, essa possibilidade em uma plataforma virtual permite que se atinjam públicos diversos. Assim, informações específicas e de determinada natureza, como a página oficial do Governo Executivo Federal, alcançam massas heterogêneas, tanto apoiadoras como contrárias ao que é divulgado. Exemplo disso é a página que deu origem ao nosso estudo, em que os sujeitos, por meio dos comentários expõem os mais diversificados posicionamentos em relação a um assunto específico ou o governo em sua totalidade.

4 PERCURSO ANALÍTICO

Com a delimitação dos conceitos teórico-metodológicos pertinentes para o desenvolvimento do estudo, iniciamos o processo de recorte do corpus. Antes, é pertinente discorrer acerca do lugar teórico do qual falamos quando nos referimos ao recorte, pois se trata de um conceito desenvolvido no interior da Análise de Discurso, pela pesquisadora Orlandi (1984, p. 14), que afirma que “[...] o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento de uma situação discursiva.”.

Deste modo, não se pode tomar uma sequência enunciativa como mera forma linguística, mas sim, como um fragmento que pertence a uma linguagem-e-situação, uma vez que neste enunciado funciona o exterior que constitui o elemento linguístico. Reformulando o conceito de recorte, na perspectiva dos estudos enunciativos, Guimarães (2018, p.76) o caracteriza como “um fragmento do acontecimento da enunciação. [...] Pelo recorte as formas linguísticas aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência”.

Para realizar o recorte dos enunciados a serem analisados no interior de nosso corpus, adotamos o método de sondagem (Guimarães 2018, p.75) para funcionar como o nosso procedimento geral de análise, pois de acordo com o autor, este procedimento consiste em um “[...] modo de eleger enunciados decisivos a serem estudados a partir de uma pergunta, de uma questão[...]”, e em seguida proceder com a descrição e análise de seu funcionamento, por meio de categorias semântico-enunciativas.

Assim, a questão primordial para eleger os enunciados em um primeiro momento, foi identificar aqueles que se referiam a língua portuguesa falada pelo presidente Michel Temer. Lembrando que este processo se deu totalmente de modo manual, sem o uso/suporte de ferramentas digitais para os recortes. Após a sondagem inicial realizada a partir de uma questão que estabeleceu o primeiro critério, e observando que ainda contávamos com uma quantidade demasiada grande de enunciados para análise, realizamos nova leitura minuciosa, e atentamos para a presença constante e recorrente de duas formas nominais, “Português correto”, e “Presidente Alfabetizado”. Assim, encontramos dois eixos de

funcionamento semântico para compor o nosso procedimento de análise, pois estes eixos sintetizam as ideias recorrentes e principais presentes nos enunciados relacionados ao português falado pelo presidente Temer.

O passo seguinte consistiu em identificar, dentro de cada um destes eixos, (A) “Português correto” e (B) “Presidente Alfabetizado”, as formas nominais mais recorrentes que reescreverassem os sentidos destes eixos. Após recortados e delimitadas estas formas, analisamos o seu modo de reescrituração e o sentido. Este movimento demonstrou-se fundamental para reduzir ainda mais o nosso recorte de enunciados para constituirmos, deste modo, o processo analítico de forma mais pertinente aos objetivos do trabalho.

Nessas reescrituras interessa-nos analisar os sentidos que se constituem em cada movimento de redizer, re-significar, retomar o que já foi dito. Assim, nossa análise se detém primordialmente no funcionamento semântico. A partir disso será possível compreender os sentidos do imaginário de língua discursivizados pelo senso comum, pois os enunciados que compõem o corpus nominam e reescrevem incessantemente o português falado pelo presidente Michel Temer.

4.1 MODOS DE REESCRITURAÇÃO E SENTIDO

A reescrituração se dá quando um elemento de determinado texto retoma um outro elemento deste texto, com isso o modo de relação enunciativa faz considerar uma forma como sendo diferente da outra. Ressaltando que, para Guimarães (2018, p.85), a “reescrituração é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. [...] O elemento que reescritura atribui (predica) sentido ao reescriturado”.

Após observar que há duas formas nominais que ocorrem com muita frequência nos enunciados, e que são, na mesma medida, reescritas por distintos modos, optamos por categorizar o processo analítico em dois momentos que são constituídos pelos dois eixos de funcionamento semântico formados pelas reescrituras dessas formas nominais recorrentes.

A estes eixos optamos por denominar pelas formas nominais (DIAS, 1996, p.29) que lhes representam, sendo: Português correto, e Presidente Alfabetizado. Deste modo, se tornará mais clara uma interpretação dos sentidos que circulam no discurso do senso comum sobre a língua falada pelo presidente, e com isso, os

sentidos que se constituem no funcionamento de um imaginário de língua, sustentado em uma ideologia.

Organizamos o nosso movimento analítico a partir dos dois eixos de funcionamento semântico representados na materialidade textual pelas formas nominais, e buscamos interpretar como os sentidos de língua se produzem na medida em que os enunciados reescrevem as formas nominais mais recorrentes, fazendo-as significar de modo diferente a cada nova recorrência. Uma vez que para Guimarães (2018, p.91) “O que é fundamental é que uma retomada se faz não como a remissão ao mesmo, mas, ao contrário, ao se fazer, faz significar algo que não estava significado.”.

4.2 SENTIDOS DE LÍNGUA NO IMAGINÁRIO DO SENSO COMUM

Antes de adentrarmos no processo analítico propriamente dito, é imprescindível discorrer sobre como se dá metodologicamente esse movimento de sentidos pela relação enunciativa de reescrituração. Para Guimarães (2018, p.87), os modos de reescrituração podem ser por repetição, substituição, elipse, expansão e condensação. Já os sentidos podem se constituir por sinonímia, hiperonímia, especificação, definição, desenvolvimento, generalização, enumeração e totalização. Deste modo, com os operadores enunciativos da reescrituração referidos, analisamos os sentidos de língua presentes no imaginário do senso comum, a partir dos comentários dos internautas.

Estruturamos o nosso processo analítico em dois momentos, sendo o primeiro no eixo de funcionamento semântico “A”, Português correto, e o eixo de funcionamento semântico “B” – Presidente Alfabetizado. Para cada eixo elegemos cinco enunciados que representam os sintagmas mais recorrentes relacionados à língua portuguesa falada por Michel Temer. Enumeramos os enunciados como “SE1”, “SE2”, “SE3”, SE4”, e “SE5”, correspondendo à “Sequência Enunciativa” seguida do número.

Para ilustrar cada eixo de funcionamento semântico, escolhemos um enunciado com a forma nominal que nomeia o eixo. Sendo para o eixo A: “Até que enfim um presidente que fale o nosso português correto!!!! Parabéns Temer”; e para o eixo B: “Sabia que o Brasil voltaria a ter um Presidente alfabetizado!!!!”.

a) Português Correto: uma representação do bem falar

Este conjunto se constitui por enunciados que remetem à ideia de correção de língua, no aspecto de uma avaliação estética do que é o “bem falar” significado pelos sujeitos. A seguir, podemos observar os enunciados e as suas respectivas ocorrências de reescritura. Os recortes são *print screens* (captura de tela) dos comentários na Fanpage do Palácio do Planalto, e o nome e a foto de perfil dos sujeitos estão ocultados para fins de preservação da identidade. Este eixo é constituído por cinco Sequências Enunciativas (SE) partindo do sintagma “Português correto”.

Sabemos que os sentidos se movem, se transformam, são sempre outros, mas também se mantém, permanecem enquanto os enunciados são outros. Estes sentidos buscamos analisar e pensar à luz da teoria da enunciação na perspectiva de Guimarães (2002), por meio da Semântica do Acontecimento, para desta forma compreender como se estrutura o imaginário do senso comum sobre a língua.

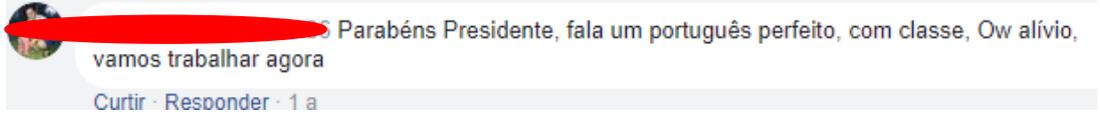
Quadro 1 – Eixo de Funcionamento Semântico “A”

(Continua)

Eixo de funcionamento semântico “Português correto”	
	<p>0:50 Até que enfim um presidente que fale o nosso português correto!!!! Parabéns Temer Curtir · Responder · 1 a</p>
SE1	<p>0:00 Ele é fluente em português adorei! Curtir · Responder · 1 a</p>
SE2	<p>2:57 O nosso velho e bom portugues!!! Nossa, quanta saudade!!! Deus o abençoe!! #ForacorjadoPT Curtir · Responder · 1 a</p>
SE3	<p>0:40 Ele fala o nosso idioma da forma como deve ser falado. Fazia tempo que não ouvia. Força Temer. Vamos vencer. Curtir · Responder · 1 a</p>

Quadro 1 – Eixo de Funcionamento Semântico “A”

(Conclusão)

SE4	
SE5	

Fonte: Autora

O enunciado que ilustra o Eixo A “Até que enfim um presidente que fale o nosso português correto!!!! Parabéns Temer”, apresenta de modo sucinto os sentidos de língua difundidos no senso comum, e representados pelos enunciados que compõe o corpus. O sintagma “[...] nosso português correto [...]” remete a uma crença na correção, em um modelo padronizado do que seria a forma correta de falar a língua, subjugando todas as demais variedades faladas. Atentando para o uso do pronome “nosso”, que gera o efeito de inclusão do locutor no enunciado, produzindo o sentido de que é a língua de todos os brasileiros – do presidente que fez bem em adotar essa língua correta e os demais brasileiros – mostrando-se nítido o imaginário que perpassa o senso comum. É neste sentido que Milroy (2011, p.57) afirma que “Um efeito extremamente importante da padronização tem sido o desenvolvimento da consciência, entre os falantes, de uma forma de língua “correta” ou canônica. [...] Praticamente todo mundo adere à ideologia da língua padrão e um aspecto dela é a firme crença na correção.”. Ou seja, acredita-se na existência da forma correta de falar a língua, e todos aqueles que o fazem estão de parabéns. Nesta perspectiva reescreveram-se as Sequências Enunciativas que integram este eixo.

SE1: “Ele é fluente em português adorei”.

A Sequência Enunciativa 1 se dá pelo modo de reescrituração por substituição. Uma vez que saber o que significa “Ele” envolve saber que “Ele” reescritura, por substituição, presidente. “Ele” produz sentido porque anteriormente é

designado de outro modo nos enunciados, no caso, o presidente Michel Temer, assim, o significado de “Ele” está em “presidente”.

O sentido, conforme as categorizações de Guimarães (2018, p. 87), desta reescritura é de definição, pois “fluyente em português” define/caracteriza “Ele”/presidente. Este sentido de reescritura estabelece uma relação de definição entre a reescrituração e o reescriturado, ou seja, a partir dos sentidos que circulam neste Eixo analítico, “Ele é fluyente em português” é a reescrituração de “O presidente fala o português correto”. No entanto, destacando que a cada reescritura há sentidos que se mantêm e sentidos outros que vem significar junto ao que já está posto no acontecimento da enunciação.

O movimento entre “fluyente em português” em relação ao sentido de “português correto” apresenta uma compreensão equivocada na perspectiva conceitual. Orlandi (1988) ao abordar teoricamente a língua imaginária e a língua fluida trata das especificidades do que vem a ser fluido, ou seja, a língua que está em movimento, desprendida das regras e normas impostas pelo processo de gramatização e instituição dos instrumentos linguísticos, pois a língua fluida é anterior a isso tudo, é a língua materna dos sujeitos falada rotineiramente nos agrupamentos humanos/sociais. Neste sentido, todo sujeito é fluyente na sua língua materna, uma vez que sabe perfeitamente usá-la para se comunicar, e fluência, nesta perspectiva, não está relacionado com domínio de normas ou determinada variedade da fala.

Scherre (2005, p.138) afirma que a língua materna é a primeira língua do sujeito, adquirida no convívio com a sociedade, sem ensino formal, e sem a presença da escola, e portanto, não existe ensino de língua materna. Ainda, conforme a autora

Em matéria de gramática, o que se ensina normalmente na escola é a gramática normativa da língua de uma comunidade e não a língua desta comunidade. Então, quando um falante nativo de uma língua explicita o sentimento secular inculcado de que não sabe falar a sua própria língua, ele está de fato confundindo a sua língua com a gramática normativa de parte de sua língua. (SCHERRE, 2005, p.138).

Desta forma, percebemos que o conflito que se instaura no imaginário do senso comum, inclusive dos alunos, decorre do fato de que na maioria das vezes se ensina a gramática normativa nas escolas como se estivesse ensinando língua

materna. Talvez na escola esta ideia de língua materna igual a língua nacional ou oficial seja uma reprodução do senso comum, que é a ideia dominante, caberia então a escola oferecer um modo de refletir sobre esta questão, especialmente quando há outras línguas maternas sendo faladas, e mostrar como não coincidem. Assim, desde a tenra idade se dissemina um pensamento equivocado sobre língua, a que segue se fortalecendo com a contribuição da mídia e discurso comum consolidado no âmbito social.

Na SE1, a fluência na língua é atribuída ao presidente, referindo-se a sua forma “correta” de usar a língua, logo, somente é fluente em português aquele que faz uso dessa mesma variedade, e aqueles que não se enquadram nessa definição não teriam a fluência de sua língua nacional. Assim, observamos o sentido que “ser fluente” em uma língua adquire no imaginário do senso comum, sintetizado no domínio da norma padrão.

SE2: “O nosso velho e bom portugues!!! Nossa, quanta saudade!!! Deus o abençoe!#ForacorjadoPT.”.

A SE2 repete o sentido de “português correto” por meio de uma reescritura em que se altera o sintagma, mas permanece o sentido. O modo de reescrituração é por repetição, aqui vista como “nosso velho e bom português”, e o sentido é por generalização, ao adotar o pronome “nosso”, como se fosse de fato o português de todos. Repetir é redizer, e este movimento se dá ao longo dos eixos, em que algo sempre se repete, mas também há o novo, o outro, que se instaura concomitantemente.

Há um sentido que permanece, uma vez que o “português correto” está para o “velho e bom português”, e este movimento toca sutilmente a sinonímia, como se ambos os sintagmas fossem sinônimos. E há um efeito de generalização, em “nosso”, referindo-se ao português do locutor do enunciado, ao português do presidente, e de quem mais se desejar, pois nosso equivale à junção de ‘eu-tu’, ou vários ‘tus’, ou seja, o sentido é de que o português do presidente é o mesmo do português do locutor do enunciado e de todo sujeito que está significado em “nosso”. Isso denota um imaginário de língua una, homogênea, igual de e para todos, desconsiderando-se a vivacidade da língua e a sua constante transformação em decorrência da sua natureza – sempre em movimento.

Ao citar a saudade do “velho e bom português” remete a ideia de que o português falado pelos presidentes anteriores, que falavam a mesma língua portuguesa, mas não o “velho e bom português”. E nisto está novamente o imaginário de que todos falam, ou, deveriam, falar a mesma variedade da língua. Este imaginário se mostra atravessado pelo pensamento purista, aquele que preza por manter a pureza das formas, para que com o tempo não sejam ‘deterioradas’. Faraco (2016) traz uma abordagem sobre o purismo, explicando as suas implicações:

O purismo, qualquer que ele seja (étnico, religioso, político-ideológico, linguístico), tem um fundo comum: a recusa do outro, do diverso, do diferente. Ora, é a diversidade que faz a grandeza da vida e da cultura humana. Assim, qualquer tentativa de se definir um chão comum em meio à diversidade e à mudança não pode se fazer tendo como preço o apagamento ou o silenciamento do outro, da diversidade, da diferença. (FARACO, 2016, p.2015).

O purismo se opõe ao movimento natural que se instaura no interior das instituições ao longo do tempo, pois não aceitar as mudanças e transformações significa rejeitar e silenciar tudo aquilo que muda, se adequando e adaptando a novas realidades. Moita Lopes (2013) relata as alterações constantes que ocorrem em todos os âmbitos sociais e a língua não se exime delas, fazendo-se imprescindível um reflexão acerca do que entende-se atualmente por língua.

Se é um fato que as sociedades nas quais vivemos estão sendo rapidamente alteradas em um mundo de fluxos, no qual pessoas, textos e línguas estão cada vez mais em movimento por entre as chamadas fronteiras nacionais e aquelas nas redes de comunicação cibernética, é necessário repensar o que temos chamado de português.”. (MOITA LOPES, 2013, p.19).

O discurso purista que se mantém e alimenta no interior do senso comum, e defende o “velho e bom português”, possui razão de existir, e pela perspectiva da historicidade o seu acontecimento semântico enunciativo está em meados do século XVIII, conforme nos explica Faraco (2016).

O mote do discurso purista era sempre o uso dos chamados autores clássicos da língua – em princípio, só o que estava nos clássicos era correto. Esse parâmetro, constituído pelo pensamento do século XVIII, tinha

sido consolidado por Candido Lusitano, pseudônimo árcade de Francisco José Freire⁸ (1719-1773). (FARACO, 2016, p.210).

O discurso purista foi forjado no século XVIII e de ampla circulação da metade do século XIX até a década de 1920, mas aos poucos foi perdendo fôlego no Brasil. Isto se deu em virtude de que estava repleto de contradições internas; e assim não conseguia amoldar-se às características inescapáveis da língua fluida.

Mesmo com a percepção da falta de coerência para a sua consolidação enquanto fato/verdade, a crença no purismo teve as suas bases fortalecidas ao longo da história pela corrente normativista gramatical. E isso desenvolveu um imaginário, atravessado ideologicamente, de homogeneidade linguística, conforme destaca Lucchesi (2015).

De um ponto de vista mais amplo, referente ao papel que a normatização linguística desempenha na construção da hegemonia ideológica no conjunto da sociedade, uma análise sócio-histórica remete aos contextos sociais e ideológicos que tem sustentado a conservação desse paradigma gramatical desde os finais do século XIX. [...] E o purismo gramatical tornou-se um poderoso instrumento de legitimação ideológica. (LUCCHESI, 2015, p.1930).

Ainda que transcorrido tanto tempo o discurso purista permanece no imaginário de muitos falantes da língua portuguesa no Brasil, desde que se tinha como base a língua dos escritores clássicos; e hoje, alimentado pela mídia e algumas perspectivas de gramáticos, este imaginário se repete no pensamento do senso comum, fundamentado pura e simplesmente na oposição “português correto” e “português errado” – neste caso, o errado são todas as variedades que não se encaixam no padrão ou ideia de padrão que equivale ao que se tem como “correto”.

Moita Lopes (2013, p.119) debate em seu estudo “Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em tempos híbridos de globalização cultural”, o quão importante é questionar essa ideologia que preza pela homogeneidade da língua, principalmente para que se reflita sobre as demais variedades que costumam ser vistas como irrelevantes e incorretas. “Ao desafiar o ideal de uma língua pura, focalizando o linguajar, essa posição teórica colabora para

⁸ Freire era um padre oratoriano, admirador da poética do Renascimento (o classicismo) e muito versado nos estudos da Antiguidade greco-latina. Escreveu a *Arte Poetica*, publicada em 1748, que foi o primeiro tratado de poética escrito em língua portuguesa e contribuiu para a afirmação da estética neoclássica do arcadismo português.

abrir espaço para problematizar as “vozes dos debaixo”, que tradicionalmente foram e são mantidas de forma cristalizada, por tal ideal, em sua inferioridade.”.

Assim, a SE2 do Eixo 1 traz o sentido do “velho e bom português”, que realmente significa em sua historicidade, e inclusive se perpetua até hoje em um imaginário difundido e alimentado pelo senso comum. No século XVIII o velho e bom português era aquele dos escritores tradicionais, não ‘corrompido’ pelos costumes da colônia; hoje, é aquele que dignifica o presidente ao seu posto e que não cogita o reconhecimento das variedades da língua como formas também genuínas, moldadas pelo tempo e pelo uso.

SE3: “Ele fala o nosso idioma da forma como deve ser falado. Fazia tempo que não ouvia. Força Temer. Vamos vencer.”.

A Sequência Enunciativa 3 tem a reescrituração na forma de substituição, e a relação de sentido produzida pela reescrituração por especificação. A forma nominal Português correto aqui é substituída por “nosso idioma”, e traz a especificação “da forma como deve ser falado”. Pode-se parafrasear dizendo: há um idioma, que é nosso, ou seja, uma língua comum a todos; há uma maneira correta de se falar essa língua, que é o modo que o presidente a fala, diferente de como os presidentes anteriores falavam.

A especificação remete ao aspecto normativo da língua, ao determinar “da forma como deve ser falado” o português, faz um recorte justo referindo-se que nem todos fazem uso dessa mesma forma. Pois, se o presidente fala como se deve falar, há os que falam como não se deve falar. Habita também o imaginário do país de uma língua só, ao afirmar “nosso idioma”, apagando assim toda a diversidade de “idiomas” que circulam, a língua nacional é homogênea.

Scherre (2005, p.100) apresenta em seus estudos uma das razões que alimentam a crença na correção, descrevendo-a como a ideia de que fala e escrita são, ou deveriam ser, iguais, e neste sentido afirma que “Não se pode confundir fala com escrita, seja no plano das unidades gramaticais seja no plano do desempenho linguístico. Unidades gramaticais da fala não são necessariamente as mesmas que as unidades gramaticais da escrita. Falar é diferente de escrever.”.

A compreensão de que a fala difere da escrita é apenas a ponta do iceberg no que se refere ao imaginário de língua, pois há ideologias sustentadas por diferentes âmbitos, conforme explica Moita Lopes (2013, p.20), ressaltando que “as ideologias

linguísticas são múltiplas e advêm de perspectivas políticas, culturais e econômicas específicas.”. Assim, como já especificado anteriormente, as crenças puristas que valoram negativamente as variedades de uma língua são também exemplos de ideologias linguísticas.

O imaginário de língua e as ideologias fundamentam-se em um padrão, como mostra a SE3, em “nosso idioma da forma como deve ser falado”, considerando o padrão como modelo de referência para o uso da língua, e tomado como o único correto. No entanto, na prática o padrão nunca alcançará o seu triunfo, pois de acordo com Faraco (2016)

O padrão não conseguirá jamais suplantando integralmente a diversidade porque, para isso, seria preciso alcançar o impossível (e, obviamente, o indesejável): homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história. Mesmo assim, o padrão terá sempre, por coações sociais, certo efeito unificador das demais normas. (FARACO, 2016, p.214).

O imaginário de que há uma forma correta apenas de falar a língua portuguesa toca inúmeros sentidos que significam na história, e silenciosamente apaga o movimento, a vivacidade, a natureza mutável, ou seja, todas as características inerentes a uma língua em uso na sociedade. Também é possível questionar, se o nosso idioma é novamente falado da forma como deve ser falado, quem representa esse “nós” hoje, além da figura presidencial? Seria a classe altamente letrada, detentora do poder social simbolizado no status? Uma vez que a língua do povo, em sua maioria, não é a língua do presidente, no sentido que é adotado na Sequência Enunciativa 3.

SE4: “Parabéns Presidente, fala um português perfeito, com classe, Ow alívio, vamos trabalhar agora”.

Nesta SE a reescrituração se dá por repetição e sinonímia, uma vez que o sentido de português correto se repete por “português perfeito, com classe”, e esta repetição funciona pela sinonímia, tendo o perfeito e com classe como sinônimos de correto. Em outras palavras, o português que é correto é perfeito e tem classe, significando elegância e educação, logo, quem não fala esse português, como o presidente, fala de modo ‘imperfeito’ e ‘sem classe’.

A língua falada nos padrões que se espera no imaginário do senso comum é adjetivada por perfeição e classe. A perfeição é compreendida como o estado

máximo de excelência das coisas, pois quando algo está perfeito, então não há mais o que ser moldado ou modificado. A classe qualifica a perfeição, pois não basta o português de Temer ser perfeito, ainda é falado com classe, e por isso recebe os parabéns.

Pinto (2013) retrata a língua falada pelo povo, e a língua falada pela parcela altamente instruída da população, destacando alguns aspectos que diferem ambas

Os iletrados e populares fariam uma variedade ou dialeto iletrado e popular de uma mesma língua, ao contrário dos cultos, que fariam um dialeto ou variedade que segue as regras da língua escrita e da gramática tradicional dessa língua. [...] Espera-se igualmente que esse grupo culto evite vocábulos e expressões populares e gírias.” (PINTO, 2013, p.127).

Desta forma, o português perfeito e com classe, falado pelo presidente é aquele português categorizado como o correto, que se aproxima da gramática tradicional, e se distancia do português ‘popular’, longe da perfeição e da classe. Novamente, há um padrão que produz sentido, adjetivando e qualificando a língua portuguesa, no viés da estética.

SE5: “idioma bem falado!! Parabéns!! Agora sim, não sinto vergonha do meu presidente!!”.

A Sequência Enunciativa 5, nos preceitos analíticos estabelecidos por Guimarães (2018), reescreve a forma enunciativa por repetição, no sintagma “idioma bem falado”, e move os sentidos de reescritura de sinonímia e desenvolvimento. “Idioma bem falado” possui o funcionamento semântico como sinônimo de português correto, ou seja, o português correto é o idioma bem falado. O locutor do enunciado desenvolve, referindo que o idioma bem falado é motivo para não sentir vergonha do presidente.

Em outras palavras, “idioma bem falado” é uma das formas de falar o português, pois se há o bem falado há também o mal falado. A língua bem falada elimina a vergonha, logo, a mal falada é motivo de envergonhar-se. E, se “agora” o português do presidente é motivo de não ter vergonha, é porque antes havia um/uns presidente/s que falavam mal e causavam vergonha.

Em síntese, o português correto é um idioma bem falado, desse modo todos aqueles que não o dominam não sabem falar bem a sua língua. O desenvolvimento do enunciado traz o estigma em torno do português daqueles que não se aproximam

à variedade padrão, sendo razão de vergonha, inclusive vergonha alheia. Scherre (2005, p.138) acredita que ainda há um longo caminho para se percorrer até alcançar o conhecimento e compreensão da diversidade linguística, pois para a autora, “Se ainda não conseguimos democratizar nem a comida, longe estamos de relativizar as estruturas e os usos linguísticos, legítimos mecanismos de identidade, mas que também podem ser perversos instrumentos de poder e de opressão.”.

E a existência desse “poder e opressão” a que se refere Scherre (2005) percebe-se na SE5, em que o “idioma bem falado” eleva o presidente à motivo de orgulho, pois o seu português correto e o seu status de cargo mais elevado de uma nação funcionam concomitantemente, qualificando o poder. Já a opressão recai sobre os que falam mal o português, pois são motivo de vergonha, e não bastasse a própria, mas também a alheia.

Apesar dos inúmeros esforços dos estudiosos linguistas para delimitar o que pode ser compreendido por acerto ou erro na língua, Scherre (2005, p.116) defende que “[...] o certo e o errado em português, bem como em toda e qualquer língua conhecida, realmente não são conceitos absolutos”. Assim, podemos refletir sobre o que seria de fato um idioma bem falado na perspectiva do imaginário do senso comum discursivizado nas SE’s que compõe o Eixo 1; seria o português que se aproxima das normas da língua escrita padrão, ou seria o português falado pela classe média alta que é detentora do poder social e econômico do país? O sentido que sobressalta é de que o idioma bem falado não causa vergonha (em, e nem para, ninguém).

As cinco Sequências Enunciativas que ilustram este primeiro Eixo apresentam sentidos que se reescrevem e ressignificam em cada novo movimento, pois como afirma Guimarães (2018, p.85), é função da reescrituração “redizer aquilo que já foi dito”. E estes movimentos se dão em torno do “português correto”, nas reescrituras dos sentidos em cada sintagma diferente. Há o sentido que se mantém, aquele de que o uso do português correto é inquestionável, e ocupa o lugar de status da língua; e há os sentidos que se movem, evidenciando os pensamentos de língua que compõe o imaginário do senso comum, atravessado pela ideia de purismo, da fala fiel ao padrão da escrita, e da existência de uma língua homogênea.

Para melhor compreensão do movimento analítico, sintetizamos a análise na tabela a seguir. Assim, possibilitando uma leitura geral do funcionamento semântico das reescriturações do Eixo A.

Tabela 1 – Modos e sentidos das reescrituras do Eixo de Funcionamento Semântico “A”

<u>Sequência Enunciativa</u>	<u>Modo de reescritura</u>	<u>Sentido</u>
<u>SE1</u> : “Ele é fluente em português adorei”.	Substituição	Por definição
<u>SE2</u> : “O nosso velho e bom português!!! Nossa, quanta saudade!!! Deus o abençoe!#ForacorjadoPT	Repetição	Por generalização
<u>SE3</u> : “Ele fala o nosso idioma da forma como deve ser falado. Fazia tempo que não ouvia. Força Temer. Vamos vencer.”.	Substituição	Por especificação
<u>SE4</u> : “Parabéns Presidente, fala um português perfeito, com classe, Ow alívio, vamos trabalhar agora”.	Repetição	Por sinonímia
<u>SE5</u> : “idioma bem falado!! Parabéns!! Agora sim, não sinto vergonha do meu presidente!!”.	Repetição	Por sinonímia e desenvolvimento

Fonte: Autora.

b)Presidente Alfabetizado: o nível de instrução como determinante da língua ideal

Este eixo de enunciados é formado por um recorte de comentários que fazem referência ao letramento e escolarização, constituindo sentidos em torno da formação educacional do sujeito como critério que reflete em sua língua falada. A seguir, podemos observar as Sequências Enunciativas.

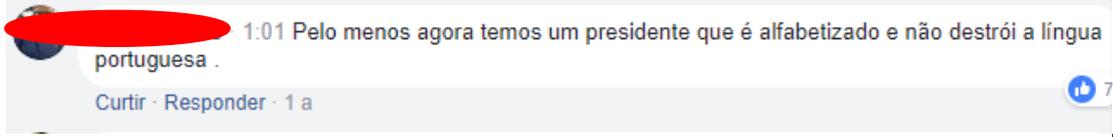
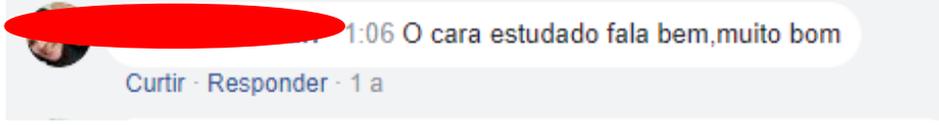
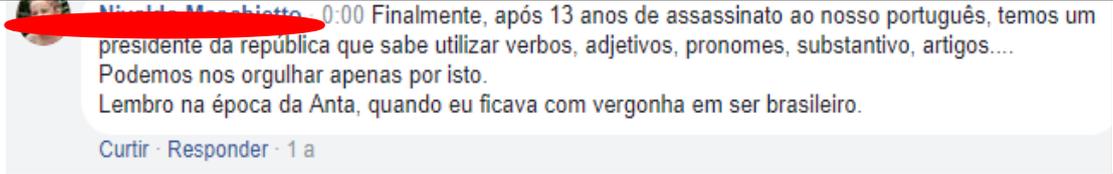
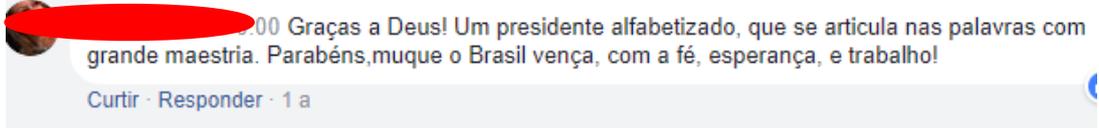
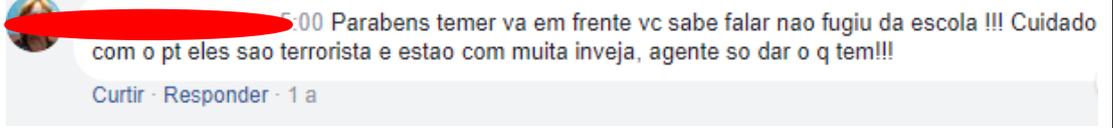
Quadro 2 – Eixo de Funcionamento Semântico “B”

(Continua)

Eixo de funcionamento semântico “Presidente Alfabetizado”
 <p>0:43 Sabia q o Brasil voltaria a ter um Presidente alfabetizado!!!</p> <p>Curtir · Responder · 1 a</p>

Quadro 2 –

(Conclusão)

SE1	 <p>1:01 Pelo menos agora temos um presidente que é alfabetizado e não destrói a língua portuguesa . Curtir · Responder · 1 a</p>
SE2	 <p>1:06 O cara estudado fala bem, muito bom Curtir · Responder · 1 a</p>
SE3	 <p>Nivaldo Moschetti 0:00 Finalmente, após 13 anos de assassinato ao nosso português, temos um presidente da república que sabe utilizar verbos, adjetivos, pronomes, substantivo, artigos.... Podemos nos orgulhar apenas por isto. Lembro na época da Anta, quando eu ficava com vergonha em ser brasileiro. Curtir · Responder · 1 a</p>
SE4	 <p>0:00 Graças a Deus! Um presidente alfabetizado, que se articula nas palavras com grande maestria. Parabéns, muque o Brasil vença, com a fé, esperança, e trabalho! Curtir · Responder · 1 a</p>
SE5	 <p>5:00 Parabens temer va em frente vc sabe falar nao fugiu da escola !!! Cuidado com o pt eles sao terrorista e estao com muita inveja, agente so dar o q tem!!! Curtir · Responder · 1 a</p>

Fonte: Autora

As Sequências Enunciativas produzem sentidos referentes à alfabetização do sujeito como qualidade essencial para um falar correto, relacionando o grau de escolarização com o nível de domínio da língua portuguesa. O enunciado que traz a forma nominal de maior recorrência e que simboliza este Eixo é “Sabia que o Brasil voltaria a ter um Presidente alfabetizado!!!”. Em cada SE há o atravessamento de um imaginário de língua, constituído ideologicamente no interior do pensamento do senso comum, e materializado nos enunciados.

Este é o Eixo B de funcionamento semântico localizado em nosso corpus, determinado a partir da recorrência de formas nominais referentes às duas grandes perspectivas enunciativas relacionadas à língua. A partir disso, nossos movimentos analíticos seguem fundamentados na Teoria da Enunciação, mais especificamente, nos preceitos da Semântica do Acontecimento, com a abordagem analítica apresentada por Guimarães (2018), que detém a análise centrada no plano semântico.

SE1: “Pelo menos agora temos um presidente que é alfabetizado e não destrói a língua portuguesa”.

Com base nos modos de relação por reescrituração, a SE1 apresenta a reescritura pelo modo de repetição no sintagma “um presidente que é alfabetizado”, e o sentido se dá por especificação, ao afirmar que “não destrói a língua portuguesa”. A SE repete que o presidente é alfabetizado, e esclarece que por ser alfabetizado não destrói a língua portuguesa. Logo, quem não é alfabetizado destrói a língua.

O sentido do enunciado elenca o conhecimento institucionalizado (escolarização) com o domínio da língua portuguesa, mais especificamente o bem falar, como se o primeiro fator fosse incidente sobre o segundo, e vice-versa. Se o sujeito é alfabetizado ele não destrói a língua portuguesa, ou, se o sujeito “não destrói a língua” é porque é alfabetizado. Já o advérbio “agora” remete, pela historicidade, a um período anterior, em que o presidente Lula e a presidente Dilma eram considerados “destruidores da língua”, e pela semântica da SE1, não poderiam ser considerados alfabetizados. Observamos a alfabetização funcionando como sinônimo do domínio da norma padrão da língua.

Há um detalhe na fala do presidente Michel Temer que faz suscitar o imaginário de língua do senso comum, que associa de imediato o “bem falar” ao nível de instrução, e Scherre (2005) especifica essa relação de sentidos.

A diferença básica entre brasileiros e portugueses, e entre brasileiros mais escolarizados e menos escolarizados, principalmente na fala, está na quantidade de concordâncias que deixam de ser feitas, embora se tente de todas as formas passar às nossas mentes e aos nossos sentimentos que os brasileiros, influenciados pelas línguas africanas, tenham reestruturado (ou, diriam alguns, preconceituosamente, mutilado) o português europeu. Mudamos nós e mudaram eles. Mudou o português no Brasil e mudou o português na Europa, fato comum em toda e qualquer língua que sofre a ação do tempo. (SCHERRE, 2005, p.131).

As concordâncias se constituem como uma das características na fala do presidente que desperta a atenção dos sujeitos, além delas, está o vocabulário culto e rebuscado próprio do âmbito jurídico em que Temer se insere. Porém, de imediato o domínio da norma padrão-culta é associado à alfabetização, mas de que alfabetização falam esses interlocutores? Pois sabemos que esta relação é equívoca, uma vez que nem todo sujeito alfabetizado fala esse “português correto” preconizado pelo senso comum, e nem todos analfabetos “destroem a língua”, porque não há relação direta entre um fato e outro.

Além disso, o imaginário difundido ignora totalmente as mudanças naturais da língua que ocorrem com o passar do tempo, bem como, não compreende que há diferenças intrínsecas à língua no ato de falar e de escrever que fazem com que estes dois atos políticos não sejam homogêneos. O esforço para apagar as variações na língua e leva-la ao ideal da homogeneidade não é uma utopia atual, pois conforme Faraco (2012, p.39) “A cultura escrita, associada ao poder social, desencadeou também, ao longo da história, um processo fortemente unificador, que visou e visa uma relativa estabilização linguística, buscando neutralizar a variação e controlar a mudança.”.

Os sentidos da SE1 movem-se por entre o imaginário de que de fato existe esta língua ideal, que é a língua falada pelo presidente, e os que falam desta forma são os ‘preservadores’ da língua e sujeitos alfabetizados, e quem não tem a sua fala nas consonâncias deste português é culpado por “destruir” a língua. Bem como, a alfabetização tendo como consequência um bom português é um fator que qualifica o sujeito, engomando o seu status, no caso, de presidente do país.

SE2: “O cara estudado fala bem, muito bom”.

A Sequência Enunciativa 2, do Eixo B, reescritura o sintagma pelo modo de substituição, e sentido de definição. Compreender o que significa “o cara estudado” requer saber que reescritura, por definição, “presidente alfabetizado”. A forma nominal reescriturada funciona ao mesmo tempo como sinônimo, em que o presidente alfabetizado equivale ao cara estudado, e é definido por “fala bem”. Ou seja, o presidente alfabetizado não é somente um cara estudado, mas também/inclusive “fala bem”, e isso é “muito bom”.

Porque o presidente é estudado, ele fala bem; nesta perspectiva denota-se uma relação da língua falada com o grau de estudo, em que o imaginário consiste em defender que a escolaridade é determinante da variedade de língua que o sujeito irá falar. Ou seja, todo sujeito que possui uma boa oratória e domínio da língua portuguesa em sua modalidade oral é um sujeito instruído.

Atentamos que alfabetizado é aqui substituído por estudado, e assim movimenta novos sentidos, além do grau inicial da escolarização que é a tão referida alfabetização, pois há agora um “cara estudado”, em que a voz do participio denota uma ação terminada, ou seja, ele já concluiu seus estudos, e o seu “bem falar” é em decorrência disso. Faraco (2016, p.213) afirma que “O tom de debate no Brasil (há

mais de século) é sempre o mesmo: recrimina-se os brasileiros por não cuidarem de sua língua e por supostamente não saberem falar e escrever ‘corretamente.’”, o que justifica esse imaginário que relaciona tão intimamente língua falada com língua escrita ao grau de estudo.

Com isso, evidencia-se que é longo ainda o caminho a ser percorrido em busca da compreensão e respeito pela heterogeneidade linguística, com o conhecimento de que o processo de mudança linguística é histórico. Somente dessa forma se tornará possível, de modo gradual e lento, suplantando esses imaginários de língua enraizados no senso comum. Nesta perspectiva, Faraco (2016, p.215) afirma que “[...] no ensino e nas práticas sociais, é indispensável, em primeiro lugar, respeitar todas as expressões sociolinguísticas, combatendo todos os preconceitos e toda a violência simbólica que se pratica tendo a língua como pretexto.”.

No imaginário consolidado, conforme a SE2, os sentidos movem-se em apenas uma direção, a de que o sujeito que é altamente escolarizado irá ter o domínio satisfatório sobre a língua falada. No entanto, há sentidos que ainda necessitam ser tocados, os de que nem todos os sujeitos que dominam a boa oratória são “estudados”, e nem todos que são escolarizados possuem a capacidade de desenvolver uma boa fala.

SE3: “Finalmente, após 13 anos de assassinato ao nosso português, temos um presidente da república que sabe utilizar verbos, adjetivos, pronomes, substantivo, artigos... Podemos nos orgulhar apenas por isto. Lembro na época da Anta, quando eu ficava com vergonha em ser brasileiro.”.

O modo de reescrituração da Sequência Enunciativa 3 é por condensação, e o sentido por enumeração. “Finalmente após 13 anos de assassinato ao nosso português” condensa todo período histórico que antecedeu a atual presidência, por meio do advérbio “finalmente”. O sentido se dá por enumeração uma vez que qualifica o presidente da república como aquele “que sabe utilizar verbos, adjetivos, pronomes, substantivo, artigos...”, e isto é um motivo de orgulho.

Os sentidos políticos que se movimentam no interior do enunciado remetem ao imaginário de língua que estamos observando ao longo de toda a análise. Aqui, o presidente da república não assassina o português porque sabe utilizar verbos, adjetivos, pronomes, substantivos e artigos, ou seja, possui conhecimento

gramatical que reflete em sua fala, consolidando-a como um modelo a ser seguido, já que é razão de orgulho.

A segunda parte da SE3 refere-se ao governo de Dilma Rousseff, citado como “época da Anta” que provocava “vergonha em ser brasileiro”, em decorrência dos usos linguísticos da presidenta, que não se aproximavam tanto da norma padrão como Michel Temer. Desta forma, o uso oral da língua portuguesa pelos sujeitos transita entre o orgulho e a vergonha, conforme se aproxima ou se distancia do modelo gramatical.

Scherre (2005) explica o estigma social que circunda os sujeitos que falam a língua portuguesa sem atentar-se às concordâncias devidas, conforme prega a gramática, e isto acaba resultando em uma segregação entre aqueles “que sabem falar” e os que “não sabem falar” português.

A falta de concordância verbal (nós vai) ou nominal (dois pastel), esta, sim, é denominada erro, e a pessoa que não faz concordância, além de carregar um forte estigma de não saber falar português, de ser um brasileiro que tem dificuldade de se expressar corretamente, pode não só perder o emprego, mas até, dizem (ou diziam), a eleição para a Presidência da República. Isso acontece não porque a falta de concordância acarreta problemas na comunicação, mas porque ela distingue grupos sociais: tendem a fazer mais concordância pessoal de classes com mais prestígio social ; tendem a fazer menos concordância pessoas de comunidades com menos prestígio social, embora todos os brasileiros, em maior ou menor grau, deixem de fazer concordâncias no uso espontâneo da linguagem. (SCHERRE, 2005, p.123).

O imaginário está nisto, o bom uso gera orgulho, inclusive alheio, pois observamos os locutores dos enunciados expressando este sentimento em relação ao português do presidente Michel Temer. A língua que é praticada cotidianamente pelos longínquos recantos dessa nação, e que não atenta para as normas da gramática, é uma “língua assassinada”, razão de vergonha.

SE4: “Graças a Deus! Um presidente alfabetizado, que se articula nas palavras com grande maestria. Parabéns, que o Brasil vença, com a fé, esperança e trabalho.”.

A Sequência Enunciativa 4, do Eixo B, apresenta o seu modo de reescrituração por repetição, e o sentido por especificação, pois “um presidente alfabetizado” é especificado como aquele que “se articula nas palavras com grande maestria”. A forma nominal “presidente alfabetizado” reescriturada por repetição adquire sentido por meio da especificação.

Relaciona-se uma boa capacidade oratória com a alfabetização, como se uma fosse consequência da outra. O presidente se articula nas palavras com grande maestria porque é alfabetizado, e vice-versa. O imaginário presente nesta SE é o mesmo que já percebemos anteriormente, e que se constitui, principalmente, a partir da ausência de distinção entre língua falada e escrita, e do conhecimento de que uma língua jamais será homogênea, em decorrência de uma série de fatores sócio-históricos imbricados.

Leite (2008), em sua obra “Preconceito e intolerância na linguagem” discute sobre os modos como o preconceito e a intolerância linguística estão camuflados nos discursos e atingem o cerne das individualidades, uma vez que a linguagem é o que o homem tem de mais íntimo e por isso é o que representa a sua subjetividade.

Tratar a língua em uso implica saber interpretá-la sob diversos enfoques, dentre os quais o discursivo, o textual e o gramatical. Isso é muito diferente de entender que a língua se restringe a um punhado de regras da gramática tradicional e que elas são a norma culta! E é essa a batalha, contra o preconceito e a intolerância linguísticos, que se tem de travar para que não se afirme por aí que “A dificuldade com a clareza é um traço cultural do Brasil”. (LEITE, 2008, p.103).

Assim, compreendemos que se “articular nas palavras com grande maestria” não é uma característica necessariamente decorrente do grau de instrução do sujeito, apesar de serem assim assimilados no senso comum. Na SE em questão, os sentidos se movem com mais intensidade em relação à boa oratória de Michel Temer, detalhe que chamou atenção dos sujeitos internautas imediatamente após a sua posse, e levou a associação ao seu alto nível de instrução.

Tem-se criado um ideal de língua, que como já referido, é a língua da gramática, e todas as variedades que se distanciam dela não recebem o mesmo prestígio social. Porém, o que se ignora no imaginário do senso comum é o fato de que a língua é um todo, independente do seu nível empregado na modalidade oral (culto, padrão ou coloquial), e em decorrência disso está em sua totalidade suscetível às mudanças condicionadas pelo tempo e pela história, conforme explica Leite (2008),

A norma culta é, como todas as normas, dinâmica, mutável. Até mesmo autores de gramáticas tradicionais de grande credibilidade reconhecem essa mobilidade da norma e incorporam no bojo do texto de suas gramáticas alguns usos que, em outras épocas, eram considerados inapropriados ao domínio culto. (LEITE, 2008, p.102).

Desta forma, uma fala “engessada”, presa à tradição gramatical, não condiz com a realidade, pois por mais que o sujeito “se articule nas palavras com maestria” não significa que não possua nenhum ‘tropeço’ à luz das normas. A gramática é sólida, fixa; a língua é viva.

SE5: “Parabens temer va em frente vc sabe falar não fugiu da escola!!! Cuidado com o pt eles são terrorista e estao com muita inveja, agente so dar o q tem!!!”

A Sequência Enunciativa 5 significa pelo modo de reescrituração por repetição, e sentidos de sinonímia e especificação. A forma nominal recorrente deste Eixo, “presidente alfabetizado” é aqui reescrito simplesmente por “temer” seguido da sinonímia que reescritura “alfabetizado” por “sabe falar”, e especifica por “não fugiu da escola”, movimentando assim diversos sentidos.

O sentido da SE é: o presidente Michel Temer sabe falar porque não fugiu da escola, ou, o presidente não fugiu da escola, e por isso sabe falar. Novamente prevalece o imaginário de que a escolarização está relacionada diretamente com a capacidade de boa oratória do sujeito. Nesta perspectiva, sujeitos que não frequentaram a escola, ou como referido, fugiram/abandonaram, os estudos, como consequência não sabem falar bem.

Em sequência na SE5, o locutor refere-se ao partido que acabara de sair do poder, PT, cujos presidentes, Lula e Dilma, são conhecidos por não falarem o “português correto”, sendo alvos de críticas da sociedade e da mídia; insinuando que estes estariam com “inveja” porque agora está no poder um sujeito que se destaca pelo seu bom e correto discurso. O sentido que prevalece é de que o sujeito que “fugiu da escola” não sabe falar, e, portanto possui inveja daqueles que são “alfabetizados” e sabem falar o “português correto”.

Antunes (2012) afirma que todo sujeito, independente do seu nível de instrução ou classe social, possui um conhecimento gramatical internalizado de sua língua, em decorrência da linguagem ser uma ferramenta de uso da coletividade, e para que a comunicação se realize com sucesso é imprescindível que as regras básicas da língua sejam mantidas. Porém, no imaginário do senso comum, aqueles que “deslizam” na língua não tem conhecimento gramatical nenhum.

A atividade verbal, na sua dupla modalidade de fala e escrita, implica necessariamente o saber gramatical. Ou seja, toda atividade verbal se realiza a partir dos padrões estabelecidos por uma gramática, mesmo que

os usuários da língua, por acaso, não tenham conhecimento explícito das regras que utilizam. Ninguém cria, nas particulares circunstâncias de comunicação, suas próprias regras linguísticas. A língua é um fato social, um saber coletivo, que existe em função da interação do indivíduo com os seus pares. Assim, é necessário que estes partilhem as mesmas regras de funcionamento da língua. No entanto, essa gramática é apenas parte da língua. (ANTUNES, 2012, p.118).

Milroy (2011, p.76) afirma que estabelecer a ideia de uma variedade padrão, e posterior a isso difundir o conhecimento dessa variedade por meio da sua codificação em compêndios gramaticais e dicionários amplamente usados, e ainda promover essa variedade em um amplo espectro de funções, leva a desvalorização das outras variedades. Com isso, a forma padrão se torna a única forma legítima, e as outras formas se tornam, no imaginário do senso comum, ilegítimas.

Neste sentido, não se pode menosprezar o papel da escola em sua função formadora do sujeito, e como aparelho encarregado de ensinar a norma padrão da língua. No entanto, é preciso repensar as práticas, de modo que se suscite uma reflexão pertinente voltada à língua em sua totalidade, considerando a sua vivacidade e diversidade.

Na tabela a seguir podemos observar o movimento de sentidos e os modos de reescrituração no Eixo B de funcionamento semântico

Tabela 2 – Modos e sentidos das reescriturações do Eixo de Funcionamento Semântico “B”

(Continua)

<u>Sequência Enunciativa</u>	<u>Modo de reescrituração</u>	<u>Sentido</u>
SE1: “Pelo menos agora temos um presidente que é alfabetizado e não destrói a língua portuguesa”.	Repetição	Por especificação
SE2: “O cara estudado fala bem, muito bom”.	Substituição	Por definição
SE3: “Finalmente, após 13 anos de assassinato ao nosso português, temos um presidente da república que sabe utilizar verbos, adjetivos, pronomes, substantivo, artigos... Podemos nos orgulhar apenas por isto... [...]	Condensação	Por enumeração

Tabela 2 – Modos e sentidos das reescriturações do Eixo de Funcionamento Semântico “B”
(Conclusão)

<p>SE4: “Graças a Deus! Um presidente alfabetizado, que se articula nas palavras com grande maestria. Parabéns, que o Brasil vença, com a fé, esperança e trabalho.”.</p>	<p>Repetição</p>	<p>Por especificação</p>
<p>SE5: “Parabens temer va em frente vc sabe falar não fugiu da escola!!! [...]”</p>	<p>Repetição</p>	<p>Por sinonímia e especificação</p>

Fonte: Autora.

b) Movimento de sentidos pela reescrituração

Por meio do procedimento analítico podemos observar o movimento de sentidos que ocorre nos enunciados em relação ao português falado pelo presidente Michel Temer. As reescriturações de ambos os eixos de funcionamento semântico remetem ao pensamento de que para ocupar a cadeira presidencial o sujeito necessita ser altamente letrado e conhecedor das normas da língua. O bom uso da língua portuguesa funciona como denominador comum para qualificar o sujeito ao seu posto de presidente, ou seja, ao lugar de poder, de visibilidade e representação do povo. Nessa perspectiva, Dias (2018, p.179) afirma que “[...] no Brasil, a qualidade de um político passa pela capacidade de domínio da língua normativa.”, e isto se confirma nos enunciados.

Os sentidos giram em torno de uma divisão social, e nisso há um funcionamento político. A capacidade de fazer uso de um “português correto” segrega os sujeitos a duas margens totalmente distintas, que não dialogam, pois o lugar da “boa língua” se sobrepõe imensuravelmente à língua coloquial do povo, à língua fluida, em funcionamento no cotidiano. Assim se solidifica um espaço de divisão política entre aqueles que falam bem e os que não falam. Esta divisão é parte de um imaginário de língua, e também alimenta um preconceito linguístico que, por vezes, é inclusive instigado pela mídia, como ocorreu após o discurso de posse do presidente Michel Temer, em que um jornalista de um meio de comunicação tradicional afirmou:

Um discurso impecável na forma e no conteúdo. A forma foi impecável. Pela primeira vez em muito tempo, sentia-se a presença de uma autoridade que inspirava respeito. Sem gritos, sem atropelos à língua, sem suor, sem dedo em riste. Temer, com um risinho contido, recorreu até a uma mesóclise. (AZEVEDO, 2017⁹).

As reescrituras se dão por distintos modos e sentidos, de acordo com o modelo analítico proposto por Guimarães (2018). Observamos, em um primeiro momento, a recorrência dos sintagmas relacionados ao português falado por Temer, e a partir disso determinamos dois Eixos de funcionamento semântico, nomeados “Português correto” e “Presidente alfabetizado”, e em cada Eixo elegemos cinco Sequências Enunciativas. O movimento de sentidos revelou o imaginário de que há uma forma correta de falar e que esta deve ser usada para que se possa legitimar o lugar que o sujeito ocupa na sociedade. Ao encontro desse argumento, Dias (2018, p. 182) afirma que “a boa postura, a boa forma, e boa língua é marca representativa do ‘sujeito letrado’, do ‘bom português’, da autoridade respeitável”.

Deste modo, observamos que a partir dos sentidos reescriturados a ‘língua correta’ falada pelo presidente Michel Temer o qualifica para o seu posto antes da sua competência política, pois no imaginário discursivizado pelo senso comum falar um “bom português” é sinônimo de um alto grau de escolarização, de letramento, de conhecimento normativo da língua, e portanto, motivo de orgulho para quem é representado por um sujeito dotado desta qualidade.

Para fins de reflexão, a expressão “não fugiu da escola”, do Eixo Presidente Alfabetizado, remete ao imaginário de que todo sujeito escolarizado por consequência fará uso de uma língua padrão-culta, e que não cometerá erros de português em seus discursos, e isso ocorre em decorrência da escola, na maioria das vezes, ignorar a existência das variedades da língua e não ensinar sobre a heterogeneidade linguística. É evidente que cabe à escola o papel de ensinar a língua padrão, pois se não fosse assim, quem haveria de ensiná-la?! No entanto, o erro está no fato de apenas se deter nesta norma, deixando de lado todas as outras, tão presentes na rotina da população. Bagno (2007, p. 27) traz essa situação ao afirmar que “A escola tenta impor sua norma linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos os quase 190 milhões de brasileiros, independente de sua

⁹ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/um-discurso-impecavel-na-forma-e-no-conteudo-a-8220-democracia-da-eficiencia-8221/>.

idade, de sua origem geográfica, se sua situação socioeconômica, de seu grau de escolarização etc.”.

É possível observar claramente que o discurso do senso comum é permeado por um imaginário de língua fortemente marcado. Este imaginário se edifica sobre uma ideologia fundante, que toma a língua como instrumento simbólico de poder, capaz de colocar sujeitos em espaços inalcançáveis pelos demais pelo simples fato de terem o domínio da norma, do bem falar.

Bem como, esse imaginário revela um pensamento em defesa do purismo linguístico, como se a língua fosse homogênea e as variações no uso, inadmissíveis, conforme explica Faraco (2016)

Embora a defesa purista não tenha nenhum resultado prático – no sentido de difundir a norma padrão, ‘higienizando’ (como desejariam seus paladinos) a norma culta brasileira -, ela tem efeitos negativos sobre o modo como tradicionalmente se representa a língua no imaginário do Brasil, vista aí, com frequência, como cheia de erros e deformações. O país tem tido, ao longo de século e meio, grandes dificuldades para reconhecer seu rosto linguístico e, em consequência, para promover uma educação linguística consistente. (FARACO, 2016, p.363).

As tantas ideias sem fundamentação científica difundidas no senso comum tem as suas raízes fixadas em âmbitos e ideologias específicas, e causam dissenso na sociedade quando o assunto é língua. Scherre (2005), a partir de uma ampla análise de conteúdos divulgados na mídia sobre questões linguísticas refere-se à questão afirmando que

[...] a mídia brasileira vem prestando um real desserviço à inteligência e à dignidade humana, ao estabelecer identidade entre gramática normativa e língua ou idioma de um povo; ao reforçar a confusão entre língua falada e língua escrita; ao instigar e fortalecer o preconceito linguístico. Mais do que isto, a mídia brasileira tem faltado com a verdade, ao enfatizar a ideia de que as formas linguísticas de prestígio são as únicas formas certas do ponto de vista da estrutura linguística. (SCHERRE, 2005, p.116).

Considerando os equívocos da mídia no que diz respeito à língua portuguesa, e de como, na condição de um aparelho ideológico, contribui na disseminação de ideias impertinentes que geram imaginários sem sustentação alguma que servem apenas para agregar mais preconceito e intolerância às variedades da língua, surge outro cenário midiático que é imprescindível que pensemos. A Internet. É deste meio, hoje em seu auge de utilização em nível de globalização, que obtivemos o

nosso corpus, e é neste meio que se faz necessário pensar a língua portuguesa também, pois conforme Oliveira (2013, p.55) “Na internet, o português alcançou recentemente a cifra de 87 milhões de usuários, passando a ser, em 2010, a quinta língua mais usada na rede – à frente do japonês.”. Assim, os equívocos oriundos da mídia tradicional, ainda considerada a voz da verdade, alojam-se no imaginário do senso comum e depois seguem para a sua disseminação no meio virtual, por meio da Internet.

A análise semântica, a partir dos pressupostos da teoria da Enunciação, na perspectiva da Semântica do Acontecimento, evidencia que o domínio oral da língua portuguesa pelo sujeito chama atenção, seja pelo seu “bom português”, ou “assassinato da língua portuguesa”, - nos mesmos sintagmas recorrentes. Trata-se de algo além de uma simples distinção de uso linguístico. Trata-se de poder, ideologia, dominação e subordinação. Para Bauman e Briggs (2003, p.17) “Modos de falar e escrever fazem com que as classes sociais, o gênero, as raças e as nações pareçam reais e os tornem capazes de justificar relações de poder, possibilitando que os subalternos pareçam falar de modos quem clamem pela subordinação deles próprios”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inquietações pessoais e acadêmicas, leituras dos estudos existentes e reflexões teóricas; foram estes os principais fatores instigadores que conduziram esta pesquisa desde a elaboração do projeto até a sua fase final. A pesquisa “A reescrituração e os sentidos de língua na perspectiva do senso comum: ideologia e imaginário.” vem agregar à construção do conhecimento científico sobre língua, ao se propor a analisar os sentidos de língua na perspectiva do senso comum.

Conforme Mariani (2004), tradicionalmente os estudos de dizeres sobre a língua tem-se detido em investigar o discurso de gramáticos, literatos, políticos, ou seja, apenas pessoas de influência na sociedade. A partir disso, esta pesquisa visa disponibilizar uma outra perspectiva dos “dizeres sobre”, por meio de enunciados do senso comum, para compreender qual o imaginário e ideologia que constituem o pensamento de língua.

A perspectiva teórica adotada para o desenvolvimento do trabalho é a da Enunciação, proposta inicialmente por Benveniste, e reformulada, a partir dos preceitos de Guimarães (2002), por meio da Semântica do Acontecimento. Este viés teórico preconiza que os enunciados são irrepetíveis, uma vez que se dão em um tempo e espaço únicos, e em decorrência disso, os sentidos são sempre outros, por mais que o texto enunciado seja o mesmo.

Compreendemos que ideologia e imaginário são duas noções importantes para a construção dos sentidos, o que justifica o nosso posicionamento teórico-conceitual ao adotar estes conceitos e desenvolvê-los ao longo da pesquisa. Ainda, consideramos imprescindível teorizar as noções de língua materna, nacional e oficial, monolinguismo, nacionalismo e purismo, movimentos políticos da norma e da enunciação. Bem como, pensamos o espaço virtual como um novo espaço enunciativo, buscando compreender as tessituras desse sujeito que enuncia neste ambiente.

Os movimentos analíticos foram realizados por meio do processo de reescrituração (Guimarães 2018), que consiste em um procedimento de funcionamento semântico, em que se observa o modo como os sentidos se reescrevem textualmente, significando sempre outra coisa. Para proceder com a análise, observamos inicialmente todo o corpus de comentários dos internautas na

fanpage oficial do Palácio do Planalto, referentes ao português falado por Michel Temer em seu primeiro pronunciamento no exterior na condição de presidente.

A perspectiva do senso comum sintetiza o lugar do qual estes comentários estão sendo construídos; os sujeitos enunciadore que produzem os enunciados, são os internautas, e eles entram no lugar da não-identificação porque não é possível identificar exatamente quem são esses sujeitos e que lugares ocupam socialmente. Os internautas se colocam em uma perspectiva de significar o que é língua pra eles.

Identificamos dois eixos funcionamento semântico representados nas formas nominais mais recorrentes, sendo eles “português correto” e “presidente alfabetizado”. Em cada eixo, analisamos o modo e os sentidos das reescriturações das formas nominais referidas. O corpus de análise se constitui de cinco enunciados em cada eixo de funcionamento semântico. A partir disso, foi possível compreender o imaginário de língua que permeia a perspectiva do senso comum.

Dentre os sentidos observados, percebemos o quanto ainda se confunde no discurso do senso comum o uso escrito e falado da língua, em que se atribui a correção e a norma à modalidade oral. Assim, surge um conflito entre o plano linguístico e o plano enunciativo, em que o “bem falar” é idealizado e funciona como critério que qualifica, ou não, o sujeito para ocupar os espaços sociais de poder e visibilidade. Os enunciados apresentam um ponto de vista de uma língua imaginária, e inclusive, se percebe que o locutor não faz uso da mesma língua que defende. Os sentidos, em sua predominância, estão voltados à correção de língua e a escolarização, acreditando-se que sujeitos instruídos no sistema tradicional de ensino tem o domínio sobre a língua padrão.

A partir disso precisamos compreender também, a realidade sócio-histórica e entendê-la como um conjunto múltiplo de variedades que consecutivamente irão refletir na língua em sua prática cotidiana. Isso implica entender a relação da língua com os grupos sociais que a utilizam e também superar os preconceitos linguísticos.

São os imaginários de língua que cooperam para a consolidação de uma ideologia linguística, sustentada na ideia de purismo, monolinguismo e homogeneidade. Isto em um país que desconhece a existência das aproximadamente 300 línguas, entre alóctones e autóctones, que coexistem com o português em solo nacional (Guimarães 2005). Assim, podemos inferir que o

imaginário de língua e a ideologia geram uma falsa percepção da realidade linguística, e o senso comum se sustenta indubitavelmente nela.

Ainda, em decorrência dos raros estudos enunciativos na perspectiva adotada por esta pesquisa, em relação ao sujeito virtual, nos propomos a pensar este sujeito e suas tessituras em um novo espaço de enunciação: o digital. O caracterizamos como aquele que não detém o controle sobre o seu dizer (de fato, ninguém controla o seu dizer) e das reescrituras de seu enunciado, em decorrência dos limites porosos e das fronteiras desconhecidas desse outro/novo espaço de enunciação proporcionado pelas redes sociais.

Conhecer os sentidos de língua na perspectiva do senso comum nos apresenta um novo panorama dos dizeres sobre a língua estudados até então, possibilitando compreender os enunciados disseminados na sociedade que encontram forte respaldo midiático e popular, mas que não possuem nenhuma sustentação científica.

REFERÊNCIAS

- ABRAÇADO, J. Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito lingüístico, variação linguística e ensino. **Revista Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito lingüístico e cânone literário**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 11-26, 1. sem. 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/36/entrevista.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2017.
- ACHARD, P. (1989). Um Ideal Monolíngüe. In: Vermes, G.; Boutet, J. (orgs.) **Multilingüismo**. Trad. Tânia Alkimin. Campinas: Editora da Unicamp, p. 31-55, 1987.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ANTUNES, I. C.. No meio do caminho tinha um equívoco: gramática, tudo ou nada. In: BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- AZEREDO, J. C. de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 3.ed. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BAGNO, M. **A norma oculta: Língua & poder na sociedade brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- _____. O que é uma língua? Imaginário, ciência & hipóstase. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. P.355 – 387.
- BARBISAN, L.. Benveniste e Ducrot. In: **Letras**, N° 33. Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, 2005.
- BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. **Problemas de Linguística Geral II**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2006.
- BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1980: 12.
- BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BERTUCCI, R. A.; NUNES, P. Á.. Interação em rede social: das reações às características do gênero comentário. **Domínios de Lingu@gem| Uberlândia | vol. 11, n. 2 | abr./jun. 2017**.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

BAUMAN, R.; BRIGGS, C. **Language Ideologies and the Politics of Inequality.** Voices of Modernity. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAMACHO, R. G. **Conflito entre norma e diversidade dialetal no ensino da língua portuguesa.** 1984. Tese (Doutorado em Linguística) – Araraquara: UNESP, 1984.

CAMACHO, R. G. Sociolinguística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (orgs). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2001.

CAMARA Jr., J. M. **História da Linguística.** Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** Tradução Guy Reynoud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Título original: L'institution imaginaire de La société.

COSERIU, E.. **Lições de linguística geral.** Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1989.

DIAS, C.. **Análise do discurso digital: Sujeito, espaço, memória e arquivo.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil.** Campinas, SP: Pontes, 1996.

DUCROT, O. **El decir y lo dicho.** Buenos Aires: Edicial S.A., 2001.

FARACO, C. A., TEZZA, C. **Prática de texto para estudantes universitários.** 16. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

FARACO, C. A. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós.** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008.

_____. O Brasil entre a norma culta e a norma curta. In: LAGARES, Xoán; BAGNO, Marcos (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos.** São Paulo: Parábola, 2011 [2001]. Pp. 259-277.

_____. Norma culta brasileira: construção e ensino. In: ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino.** 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

_____. **História sociopolítica da língua portuguesa.** 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FIORIN, J. L. Enunciação e Semiótica. **Revista Letras**, nº. 33 – Émile Benveniste: Interfaces, Enunciação e Discursos. Santa Maria: PPGL – Editora UFSM, 2006.

FLORES, V.; TEIXEIRA, M. **Introdução à Linguística da enunciação.** São Paulo: Contexto, 2005.

GADET, F.; Pêcheux, M. **A língua inatingível**. Trad. B. Mariani et al. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Orgs.). **História das Ideias Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **A língua portuguesa no Brasil**. Cienc. Cult. vol.57 no. 2 São Paulo Apr./Jun., 2005.

_____. **Semântica: enunciação e sentido**. Pontes Editores: Campinas, SP, 2018.

HOBBSAWM, E. J. (2002). **Nações e nacionalismo**. desde 1780. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

JOSEPH, J.E; TAYLOR, T.T. (orgs.) (1990). **Ideologies of Language**. Londres: Routledge.

LAGORIO, C. A. Norma e bilinguismo no espanhol americano: o caso andino. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. Pp. 193-214.

LEITE, M. Q.. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCCHESI, D.. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCUSCHI, L. A.. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p.19-36.

MARIANI, B. **Colonização Linguística**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. A redação do Código Civil: polêmica linguística, jurídica ou política? In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. P.237-256.

MARIANI, B; MEDEIROS, V.G. Notícias de duas pesquisas: idéias linguísticas e governo JK. **Veredas online** – aemática- 1/2007, p. 128-144. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo093.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.

MICHELETTI, G. **Enunciação e gêneros discursivos**. São Paulo: Cortez, 2008.

MILROY, J.. Ideologias linguísticas e as consequências da padronização. In: LAGARES, X.; BAGNO, M. (orgs.). **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011 [2001]. Pp. 49-87.

MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

OLIVEIRA, G. M. de. Um Atlântico ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. In: MOITA LOPES, L. P. da (org.). **O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORLANDI, E. P. **Política Linguística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. **Língua Brasileira e Outras Histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

_____. **A Linguagem e seu Funcionamento**. Pontes: Campinas, 2001.

PESAVENTO, S.. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, no 29, 1995.

PINTO, J. P. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, L. P. da (org.). **Português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013

POCHE, B. A construção social da língua. In: VERMES, G.; BOUTET, J. (Orgs.). **Multilinguismo**. Trad. Tânia Alkmin. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1989. p. 57-88.

RECUERO, R. Redes sociais e sites de relacionamento. **ComCiência. Revista Eletrônica de Conhecimento Científico – SBPC**, 10.09.2012. Disponível em: Acesso em: 28 jul. 2017.

RÊVUZ, C. A língua estrangeira, entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Linguagem e identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 1988.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

STURZA, E. R. **Línguas de Fronteiras e Política de Línguas: uma História das Ideias Linguísticas**. Tese de Doutorado. Campinas, SP, 2006.

TATSCH, L. Estudo enunciativo da designação da expressão Língua gaúcho na obra de Dante de Laytano: Reflexão sobre a noção de acontecimento. **Web Revista**

Sociodialeto. Disponível em:

<http://sociodialeto.com.br/edicoes/16/10012014013808.pdf> . Acesso em: 20/10/2016.

WEBER, A. **Política de línguas e mídia no Mercosul: um estudo enunciativo de jornais de fronteira.** Tese de Doutorado. Santa Maria, RS, 2013.

WOLFRAM, W.; FASOLD, R.W. **The study of social dialects in American English.** Englewood Cliffs. N.J.: Prentice Hall Inc., 1974.

ZILLES, A. M. S.; FARACO, C. A. **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino.** 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

ZOPPI F. M.. Língua oficial e políticas públicas de equidade de gênero. Revista: **Língua e Instrumentos Linguísticos** – N°36 – jul-dez 2015.

Anexo A – Quadro de recortes de comentários

 [Redacted] 4:08 É MUITO BOM OUVIR UM PRESIDENTE QUE TEM CULTURA E VERBALIZA COMO NINGUÉM O NOSSO AMADO IDIOMA! 🍀🍀
Curtir · Responder · 1 a

 [Redacted] 4:54 Meu deus cara, que delícia de português. Não to nem acreditando.
Curtir · Responder · 1 a  16

 [Redacted] 4:48 Finalmente um presidente com bom português, vai
PRESIDENTOO
Curtir · Responder · 1 a  7

 [Redacted] 7:48 Isso é música, um Presidente que fala Português correto.
Curtir · Responder · 1 a  13

 [Redacted] 0:50 Até que enfim um presidente que fale o nosso português correto!!!! Parabéns
Temer
Curtir · Responder · 1 a  1

 [Redacted] 1:19 Presidente de um excelente português
Curtir · Responder · 1 a

 [Redacted] 2:57 O nosso velho e bom português!!! Nossa, quanta saudade!!! Deus o abençoe!!!
#ForacorjadoPT
Curtir · Responder · 1 a

 [Redacted] 4:40 Ele fala o nosso idioma da forma como deve ser falado.
Fazia tempo que não ouvia. Força Temer. Vamos vencer.
Curtir · Responder · 1 a

 [Redacted] 6:01 Sim, prestem atenção no português 'pomposo' sem compreender o
que ele fala.
Curtir · Responder · 1 a

 [Redacted] 5:23 Devolveram para o Brasil a nobreza da língua portuguesa.
Curtir · Responder · 1 a  3

 1:39 Até que enfim ouvindo em Belo português.
Curtir · Responder · 1 a

 5:00 Parabens temer va em frente vc sabe falar nao fugiu da escola !!! Cuidado com o pt eles sao terrorista e estao com muita inveja, agente so dar o q tem!!!
Curtir · Responder · 1 a  9

 7:08 Como eu sonhei com esse dia! Ter alguém que representasse meu país bem! Chega de destruir o português!
Curtir · Responder · 1 a

 2:38 Como é bom ouvir uma pessoa alfabetizada falar chega de analfabetos avança brasil
Curtir · Responder · 1 a

 1:50 Fala muito bem, com propriedade. Quão bom é ter um Presidente com capacidade cognitiva e com ensino superior.
Curtir · Responder · 1 a

 6:03 Portugues perfeito, inteligente e firme! Agora vamos logo COPIAR OS EUA para viramos logo um país de primeiro mundo!!!
Curtir · Responder · 1 a

 0:39 Que bom que agora temos um Presidente com Estudo! Que sabe falar! Não vai nos deixar envergonhados!
Curtir · Responder · 1 a

 1:28 Parabéns! Agora nós temos um presidente pelo menos fala o português correto...rs
Curtir · Responder · 1 a

 2:38 Que maravilha ! A nossa língua mãe, falada adequadamente , muito bom ouvir! Parabéns Senhor Presidente! Que Deus o abençoe !
Curtir · Responder · 1 a  1

 0:42 Como é bonito ver um presidente saber falar a língua portuguesa fluentemente!
Curtir · Responder · 1 a

 1:50 Graças a Deus, o português voltou a ser o idioma de nossa Pátria!
Curtir · Responder · 1 a

 1:15 E viva as mesóclises e os plurais da língua portuguesa, torturados a quase 15 anos!!!!
Curtir · Responder · 1 a

 2:10 Como é bom ouvir a língua portuguesa ser pronunciada com coerência!
Curtir · Responder · 1 a

 8:17 Que excelência de português.... Quanta diferença.....
Curtir · Responder · 1 a

 0:43 Sabia q o Brasil voltaria a ter um Presidente alfabetizado!!!
Curtir · Responder · 1 a

 0:34 Sem erros de português 🍷🍷🍷
Curtir · Responder · 1 a

 1:40 Que coisa Boa ouvir alguém q saiba falar a nossa língua!
Curtir · Responder · 1 a

 4:43 Porque vcs cobra tanto falar correto , a maioria da população brasileira fala errado me polpa viu aff
Curtir · Responder · 1 a

 2:21 Parabéns!!! Fala bem nossa língua 🙌🙌🙌
Curtir · Responder · 1 a

 1:06 O cara estudado fala bem,muito bom
Curtir · Responder · 1 a

 2:44 Excelente discurso!! Português escoreito!!!
Curtir · Responder · 1 a

 0:39 Português de nível
Curtir · Responder · 1 a

 - 8:38 Finalmente, coesão, coerência, correção e encadeamento lógico voltaram a fazer parte do discurso presidencial. Parabéns, Presidente Temer!
Curtir · Responder · 1 a

 - 0:00 Graças a Deus! Um presidente alfabetizado, que se articula nas palavras com grande maestria. Parabéns, muque o Brasil vença, com a fé, esperança, e trabalho!
Curtir · Responder · 1 a  2

 - 1:01 Pelo menos agora temos um presidente que é alfabetizado e não destrói a língua portuguesa .
Curtir · Responder · 1 a  7

 - 5:40 o português volta a ser a língua oficial do Brasil. Um discurso coerente volta a ser comum. A inteligência volta a ser vista e incentivada. Não votei em Temer, para não votar no PT, mas agradeço aos 54 milhões que votaram em Temer. Parabéns sr. presidente. Parabéns Brasil!!
Curtir · Responder · 1 a

 - 1:53 Língua portuguesa correta, como é linda! Bom de ouvir 🍀🍀
Curtir · Responder · 1 a

 - 1:25 Como é agradável ouvir um português correto e fluente
Curtir · Responder · 1 a

 - 3:02 Nossa língua Pátria agradece Presidente Temer !
Curtir · Responder · 1 a

 - 1:30 Kra, ELE CONJUGA OS VERBOS DIREITINHO! ❤️👍👍👍👍👍
Curtir · Responder · 1 a  2